

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Suely Weber

Uma análise lingüístico-discursiva do documento programático
do P-SoL, Partido Socialismo e Liberdade

MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA
E ESTUDOS DA LINGUAGEM

SÃO PAULO
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Suely Weber

Uma análise lingüístico-discursiva do documento programático
do P-SoL, Partido Socialismo e Liberdade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Maria Cecília Pérez de Souza e Silva.

SÃO PAULO
2008

Banca Examinadora

Ao meu filho Martin Enrique,

Aos meus pais,

Ao Aílton,

com muito amor.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Maria Cecília Perez Souza e Silva, pela orientação competente, pelo apoio, pela dedicação, pela paciência, pela compreensão, pelos ensinamentos e pela sua postura profissional exemplar. Meu muito obrigada, de coração.

À Prof.^{ra}. Dr.^a. Vera Lucia de Albuquerque Sant'Anna, que num momento obscuro trouxe uma luz, uma idéia brilhante, imediatamente abraçada por mim, e responsável pela realização deste trabalho. Muito obrigada.

À Prof.^{ra} Dr.^a. Tatiana Piccardi, que fez parte da minha qualificação, por ter acrescentado sugestões preciosas ao meu trabalho.

Aos meus adorados pais, Lenira e Eduardo Weber, que sempre estiveram ao meu lado e acreditaram em mim, e que durante toda uma vida foram e são exemplos de dignidade, respeito, amor, dedicação... Obrigada por tudo, eu não sou nada sem vocês, vocês são tudo para mim.

Ao meu querido filho, Martin Enrique, que mesmo nos momentos mais difíceis sempre me deu força para seguir adiante, e não desistir nunca. Obrigada filhote, eu te amo muito.

Ao meu companheiro, Aílton, que esteve ao meu lado nessa longa jornada de estudos, demonstrando uma paciência inabalável e uma compreensão infinita. Obrigada, do fundo do meu coração, pelo carinho, pela força e por me suportar nesse momento difícil.

À minha tia Anna, que mesmo distante, acreditou em mim e me transmitiu uma energia muito forte.

A todas as professoras do LAEL que colaboraram com minha formação acadêmica.

À Maria Lúcia e Márcia do LAEL, que com tanta atenção e competência sempre me auxiliaram na resolução dos probleminhas inesperados.

A todas as minhas amigas do grupo, Silma, Bia, Rosiléia, Inês, ao amigo Luis, Rose, Adriana, Sonia, Maísa, Ieda, Glória, Yara, Ilda e Ana Maria, agradeço pelo incentivo e por colaborarem direta ou indiretamente na realização desse trabalho.

À Silma, que dividiu comigo um pouquinho de seu enorme conhecimento, com toda aquela simpatia, foi mais do que o suficiente para que todas as “luzes” começassem a se acender.

À Inês Otranto e Rosiléia Borim, que com palavras de conforto e força tanto me incentivaram e me fizeram acreditar no sucesso.

E por fim, a todos os meus amigos, inclusive a Fátima, que estiveram ao meu lado durante esse tempo todo, preenchendo minha vida com alegria.

Resumo

Neste trabalho apresentamos uma análise lingüístico-discursiva do Documento Programático da Frente de Esquerda P-SoL - PSTU - PCB, que deu sustentação como programa de governo à campanha política para a Presidência da República da candidata Heloísa Helena, nas eleições em 2006. A razão que nos motivou a fazer este estudo foi a crise e a transformação por que está passando um dos maiores e mais populares partidos políticos que o Brasil já teve em seu cenário nacional, o PT, e a conseqüente criação de um novo partido, o P-SoL, Partido Socialismo e Liberdade, pelos dissidentes do próprio PT. Compreendemos que uma análise lingüístico-discursiva que aponte, em textos concretos, para os movimentos de constituição do novo partido possa ser útil para um maior entendimento do panorama político-partidário hoje no país. Do ponto de vista teórico, privilegiamos os estudos de Maingueneau, em particular, o modelo da Semântica Global. Como objeto de análise, tomamos o Documento Programático do P-SoL, que possui uma introdução composta por quinze itens e quatro blocos temáticos cuja distribuição é a seguinte: A alternativa macroeconômica (pp.10-28); A dinâmica do novo ciclo (pp.29-34); A distribuição da renda e riqueza (pp.35-41); e População e território (pp.42-45). São dois os nossos objetivos: analisar a interdiscursividade do documento programático do P-SoL, de modo a depreender a relação polêmica que se estabelece entre o “novo” discurso e a formação discursiva petista; depreender o *ethos* do P-SoL, e via interdiscursividade, o *ethos* do PT, partido do qual o P-SoL é uma dissidência. Os resultados das análises nos permitiram concluir que o P-SoL apresenta um *ethos* de sinceridade, seriedade e de compromisso no sentido de resolver a crise e trazer *mudanças*, já o PT se apresenta como um antifidador descomprometido com o povo, sujeitado aos interesses das elites, incapaz de levar adiante as suas propostas, corrupto, descontrolado, e não mais como representante político dos trabalhadores e das classes menos favorecidas da sociedade.

Palavras-chave: *Ethos*, Análise do Discurso Francesa, Polêmica, Partido Socialismo e Liberdade.

Abstract

In this work we'll present a linguistic-discourse analysis of the Programmatic Document of the Left Front P-SoL – PSTU – PCB, which gave support as a government program to the political campaign for the Republic Presidency of the candidate Heloisa Helena, in the 2006 elections. The reason that motivated us to make this study, was the crisis and the transformation being experienced by one of the largest and most popular political party that Brazil ever had in this national scenery, the PT, and the consequent establishment of the new party, the P-SoL, Partido Socialismo e Liberdade, among the dissidents of the PT itself. Therefore we understand that a linguistic-discourse analysis that could point out in actual texts for the movements of constitution of the new party be able to be useful for a better understanding of the current country's political party overview. This necessity has come from the core of a generalized anxiety from part of the Brazilian left parties to find or to rediscover a new route. For that we have based on theoretic point of view of the Global Semantics which dictates this Programmatic Document, in other words, the analysis of the different levels of the speech carrying the notion of manner of speech, *ethos*, scenography interspeech as well as the categories of analysis, among them the identification of the person's emblems, the types and the denial. The theory fundamentals which will support this analysis will be turned for the French Discourse Analysis, with emphasis to Maingueneau studies. As an analysis procedures, we take the Programmatic Document of P-SoL, which has an introduction composed by 15 items and 4 team blocks which the distribution is the following: The macroeconomics alternative (pages 10-28); The dynamic of the new cycle (pages 29-34); The distribution of income and wealth (pages 35-41); and Population and Territory (pages 42-45). We have two objectives in this research: the first one is to analyze the interdiscourse of the Programmatic Document of the P-SoL, in order to attach into the controversial relation which is being established between the "new" speech and the discursive formation of the PT. The second is to analyze the P-SoL's *ethos* in the document, *ethos* initially established to be established as a reborn identity of the Brazilian left; and by interdiscourse, the PT's *ethos*, party of which P-SoL is a dissident.

Key-words: *Ethos*, French Discourse Analysis, Polemics, Partido Socialismo e Liberdade.

Sumário

Introdução	01
1. Contextualização histórica dos partidos políticos	04
1.1. A importância dos partidos políticos nos processos democráticos	04
1.2. Os partidos políticos no Brasil – um breve histórico – do Império à atualidade	10
2. Semântica Global	25
2.1. Semântica Global: uma proposta teórico-metodológica	25
2.2. Da interdiscursividade à relação polêmica	27
2.3. Gênero discursivo e <i>ethos</i>	32
2.4. A noção de gênero de discurso	33
2.5. Imagens de si no discurso e a noção de <i>Ethos</i> discursivo	37
2.6. A cena de enunciação	40
2.7. Modalidades	42
2.8. Negação	45
3. Análise do <i>Corpus</i>	49
3.1. Apresentação	49
3.2. Interesse do <i>corpus</i> , composição organizacional do documento programático e sua coleta	50
3.3. A constituição da cenografia	52

3.3.1. Topografia e cronografia	54
3.3.2. Identificação e levantamento dos embreantes de pessoa	58
3.3.3. Modalidades	71
3.3.4. A constituição da interdiscursividade	74
3.3.5. A construção do <i>ethos</i> do P-SoL e do PT e via interdiscursividade, a constituição do <i>ethos</i> do PT, no documento programático do P-SoL	81
3.3.6. A negação	85
Considerações Finais	90
Referências Bibliográficas	94
Anexos	99
Anexo 01: Documento Programático do P-SoL	100
Anexo 02: Carta ao Povo Brasileiro	145
Anexo 03: Lançamento do P-SoL	149
Anexo 04: Fundação do P-SoL	150
Anexo 05: Cópia do e-mail enviado pelo Sr. Luiz Araújo.....	152

Introdução

Nesta pesquisa fazemos uma análise lingüístico-discursiva do Documento Programático da Frente de Esquerda P-SoL-PSTU-PCB, (doravante documento programático do P-SoL), o qual serviu de base para a candidata Heloísa Helena fazer sua campanha para concorrer à presidência da República nas eleições de 2006. Representa uma proposta de compromissos que esse novo partido assumiria perante a sociedade brasileira, caso vencesse as eleições, com o objetivo de trazer mudanças nas esferas político-econômico-social, visando a um futuro promissor respaldado pela força e participação do povo brasileiro.

A razão que nos motivou a fazer este estudo foi a crise e a transformação por que está passando um dos maiores partidos políticos brasileiros, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a conseqüente criação de um novo partido, o P-SoL, Partido Socialismo e Liberdade, por dissidentes do próprio PT. Diante desse cenário, em meio à crise do PT, compreendemos que uma análise lingüístico-discursiva que pudesse apontar, em textos concretos, para os movimentos de constituição do novo partido poderia ser útil para um maior entendimento do panorama político-partidário hoje no país. Essa necessidade surge no bojo de um anseio generalizado de parte das esquerdas brasileiras por encontrar, ou reencontrar, um novo rumo.

Nesta pesquisa, são dois os nossos objetivos: analisar a interdiscursividade no documento programático do P-SoL, de modo a apreender a relação polêmica que se estabelece entre o *novo* discurso e a formação discursiva petista; apreender o *ethos* do P-Sol e, via interdiscursividade, o *ethos* do PT, partido do qual o P-SoL é uma dissidência.

Diante dessa exposição, formulamos a pergunta de pesquisa que nos motivou a fazer este trabalho: como se articula, do ponto de vista lingüístico-discursivo, o surgimento de um partido, o P-SoL, que nasce a partir e contra um outro partido já existente, o PT? Para responder a essa pergunta, seguiremos os preceitos teóricos da AD francesa em sua vertente enunciativo-discursiva, com orientação voltada aos estudos de Maingueneau (1984/2005).

O tratamento do discurso, segundo Maingueneau, merece destaque a partir de uma *Semântica Global*, ou seja, por meio dela explicam-se as práticas dos adeptos de um discurso, seu *ethos*, a organização das comunidades discursivas, as práticas intersemióticas e a relação polêmica, relacionada à leitura do Outro na forma de simulacro. No ponto central desse modo de fazer análise do discurso, se encontra a implementação da idéia de que o interdiscurso precede o discurso.

No primeiro capítulo, procuramos situar historicamente a importância dos partidos políticos no processo da democratização brasileira, e indicar o modo pelo qual os partidos de esquerda, principalmente o PT, foram novamente tomando espaço e se reorganizando, após a queda do regime militar nos anos 80.

No segundo capítulo, apresentamos o modelo da Semântica Global com base na relação entre os diferentes planos do discurso, trazendo as noções de gênero do discurso, *ethos*, cenografia, interdiscurso, assim como as categorias de análise, dentre elas, a identificação dos embreantes de pessoa, as modalidades e a negação.

No capítulo três, explicitamos o interesse do *corpus*, sua composição organizacional e coleta, e às análises, que como procedimento estabelecemos primeiro a constituição da cenografia, em seguida, o levantamento das marcas de pessoa, a identificação das modalidades, a constituição da interdiscursividade, a identificação do *ethos* do P-SoL e do PT, a negação e, finalmente, nas

considerações finais, o resultado das análises, que nos permitiram concluir que o P-SoL apresenta um *ethos* de sinceridade, seriedade e de compromisso no sentido de resolver a crise e trazer *mudanças*, já o PT se apresenta como um antifiador descomprometido com o povo, sujeitado aos interesses das elites, incapaz de levar adiante as suas propostas, corrupto, descontrolado, e não mais como representante político dos trabalhadores e das classes menos favorecidas da sociedade.

1.

Contextualização histórica dos partidos políticos

1.1. A importância dos partidos políticos nos processos democráticos

Considerando os objetivos de nossa pesquisa, parece-nos pertinente fazer algumas considerações sobre os partidos políticos, época e lugar em que surgiram, e a sua função e importância nos processos democráticos da nossa história. Para tanto, trazemos também a esse contexto, comentários feitos por cientistas políticos europeus e americanos, tais como Duverger¹, Sartori² e Downs³.

Importante se faz retornarmos alguns séculos na história, para destacar a origem e os motivos do surgimento dos primeiros partidos políticos, pois, ao contrário das interpretações feitas da doutrina de Rousseau, que dizia que não havia lugar para o partido político na democracia, hoje seria impossível a democracia sem os partidos políticos. Historicamente, os partidos políticos começaram a surgir na Inglaterra, no século XVI, com a queda do absolutismo⁴ ocasionada pela busca de um modo de aprimoramento da democracia representativa, ou seja, de um sistema representativo. Dessa maneira, as forças

¹ Maurice Duverger (França 1917). Cientista político e sociólogo francês.

² Giovanni Sartori (Itália – 1924). Cientista político especializado no estudo da política comparada. Sua obra mais destacada é *Teoria da Democracia*.

³ Anthony Downs. Economista. Elaborou um modelo teórico para analisar os problemas dos Estados democráticos. A política partidária ocupa um lugar central em seu pensamento.

⁴ *Absolutismo*: foi um sistema político que vigorou nas monarquias européias durante os séculos XVI e XVII. Suas características básicas eram a concentração de poder nas mãos dos reis.

sociais que historicamente tomam o nome de partidos políticos começam a desempenhar uma importante função no destino de todas as comunidades estatais. A partir de então, o crescimento dos partidos políticos, assim como sua importância pública, acompanha o crescimento da democracia e suas instituições.

Importantes pensadores políticos como Maquiavel⁵, Locke⁶ e Rousseau⁷ centravam sempre sua discussão no conflito entre os interesses específicos do indivíduo e o bem comum, despreocupando-se com as normas do jogo político, ou seja, para Locke, os homens nascem livres e com direitos iguais, mas divergem entre si, o governo e o poder político são necessários, assim como também é a liberdade do cidadão. Já para Rousseau, a sociedade deveria ser homogênea, sem conflitos de interesses, que deveriam ser resolvidos por meio de uma democracia direta, impossível numa sociedade de massas.

Os partidos políticos sempre foram malvistas. Até mesmo a Constituição Americana de 1787 não previa a existência de partidos, tratava apenas da instituição dos poderes do Estado - Executivo, Legislativo e Judiciário - pois havia a preocupação de que o voto da maioria da população menos favorecida pudesse impedir a satisfação dos interesses dos mais ricos e poderosos, sendo assim, não se interessavam pela existência de partidos. Até mesmo, grandes filósofos, pensadores, e historiadores de outrora fizeram graves críticas à formação dos partidos políticos, como por exemplo, após dizer que a ignorância abre aos homens a porta dos partidos e a vergonha depois os impede de sair,

⁵ Nicolau Maquiavel (Florença 1469/1527). É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna. Foi historiador, poeta, diplomata e músico italiano do Renascimento.

⁶ John Locke (Wrington 1632 - Harlow 1704). Filósofo inglês precursor do Iluminismo. Estudou medicina, ciências naturais e filosofia em Oxford. Influenciou nas modernas revoluções liberais: Rev. Inglesa, Rev. Americana e na fase inicial da Rev. Francesa. Em ciência política, costuma ser enquadrado na escola do direito natural ou jusnaturalismo.

⁷ Jean – Jacques Rousseau (Suíça 1712 - França 1778). Foi um dos mais considerados pensadores europeus no séc. XVIII. Sua obra inspirou reformas políticas e educacionais. Formou com Montesquieu e os liberais ingleses, o grupo de brilhantes pensadores, pais da ciência política moderna. Foi filósofo iluminista precursor do romantismo do século XIX.

Halifax⁸ também afirmou que por melhor que seja o partido político, este apenas representava uma forma de conspiração contra um país. Outro pensador influente da primeira metade do século XVIII, Bolingbroke⁹, deu sustentação à idéia de que a pior de todas as divisões certamente era aquela que resultava das divisões partidárias. Assim como, um outro importante pensador político e um clássico da antiga democracia liberal, Tocqueville¹⁰, dizia que os partidos políticos representavam um mal inerente aos governos livres.

Entretanto, foi o filósofo liberal Burke, no século XVIII, que, de maneira precursora, tomou a defesa do partido político e foi completamente contra a corrente de idéias antipartidistas de sua época, pois, em seus escritos, pela primeira vez ficou nítida a idéia de que, no seio da ordem democrática, o futuro reservava aos partidos um brilhante destino político.

A partir de Burke, outros filósofos liberais passaram a reconhecer a importância dos partidos políticos para a democracia, como por exemplo, John Adams¹¹, Bagehot¹², Bryce¹³, Henry Maine¹⁴, Saint¹⁵, dentre outros. Sendo assim, a história dos partidos políticos passa a não revelar mais, como a princípio, as características de reprimidos, desprezados e hostilizados, tanto na doutrina como na prática das instituições.

⁸ Halifax (Inglaterra 1633/1695). Político inglês.

⁹ Bolingbroke (século XVIII). Foi um dos pensadores mais influentes de seu tempo, investiu panfletariamente contra os partidos políticos.

¹⁰ Aléxis de Tocqueville (França 1805/1859). Foi um pensador político, historiador e escritor francês. Tornou-se célebre por suas análises da Revolução Francesa.

¹¹ John Adams – chegou a ser presidente dos EUA. Erudito e refletido, foi mais um filósofo do que um político.

¹² Walter Bagehot (Inglaterra 1826/1877). Economista-político britânico, especialista em filosofia moral, teórico social, crítico literário, analista político, escritor e jornalista.

¹³ James Bryce (Inglaterra 1838-1922) Diplomata britânico

¹⁴ Henry James Sumner Maine (Inglaterra 1822/1888). Jurista e historiador britânico.

¹⁵ Henri de Saint-Simon. Filósofo francês do século 19.

Historicamente, os partidos políticos surgiram na Inglaterra, no século XVI, mas somente no século XVII foram mais precisamente definidos. Do século XVIII ao XIX, segundo Sartori (1982), o sistema partidário conviveu com um governo responsável representado pela monarquia constitucional e com os grupos parlamentares, que, gradativamente, constituíram-se enquanto partidos no Parlamento. Dessa forma, o monarca tinha que, constantemente, prestar contas ao Parlamento sobre seu governo. Nessas condições surgiram os partidos, ou seja, numa ilha isolada do restante do continente europeu, sob a revolução industrial e com uma sociedade homogênea. Com a reforma eleitoral inglesa, em 1832, o sistema político passou a sofrer alterações, e, conseqüentemente, com a expansão do direito ao voto, os grupos parlamentares passaram a buscar votos e foram se tornando partidos eleitorais ou grupos parlamentares com comitês eleitorais.

No entanto, Downs (1957/1999) postula que não há bem comum e que o sistema político visa apenas ao poder e seus benefícios, logo, a função do partido político não é expressar as demandas da sociedade, mas apenas ser um instrumento para conquistar o poder. Já Aldrich (1995) também procura explicar o surgimento dos partidos, em especial nos EUA. Ele afirma que os partidos nasceram com outras funções, como a ocupação dos cargos públicos, a mobilização do eleitor e a atuação dentro do governo.

Seja como for, o certo é que a expansão dos partidos foi contínua e seu fortalecimento tem-se dado com a continuidade das eleições. O governo tornou-se sensível, principalmente porque o voto passou a pressupor certas atitudes práticas no sentido de atender às reivindicações sociais. Por isso, a função de expressão dos partidos às demandas reivindicatórias da população. Dessa forma, os partidos políticos podem ser entendidos como canais de expressão da sociedade junto ao governo. Também pode-se dizer que os partidos políticos pertencem, em primeiro lugar, aos meios de representação, sendo um instrumento ou uma agência de representação do povo, expressando suas demandas e/ou reivindicações. O governo, por sua vez, torna-se partidário, pois é o partido que

passa a governar. Assim, esse processo de consolidação tornou os partidos em partidos de massa, sendo que a queda das barreiras eleitorais¹⁶ levou ao surgimento de partidos de cunho trabalhista, comunista, socialista, etc.

Contudo, a melhor forma para se definir um partido político está nas suas origens, ou seja, existem partidos que surgiram no Parlamento, são descentralizados, e seus parlamentares possuem grande autonomia diante do partido, sendo cada um dono de um comitê eleitoral próprio, os chamados partidos de elite. Há aqueles classificados como partidos de massas, ou partidos extra-Parlamento, pois possuem objetivos maiores do que simplesmente alcançar o poder, uma vez que pretendem transformar toda a estrutura social (Duverger, 1964/1970) por exemplo, o Partido Socialista Francês, que tinha como objetivo não só levar a classe trabalhadora ao poder, mas também criar uma sociedade socialista. Dessa maneira, o Parlamento era apenas o caminho para a revolução. Esses partidos possuem uma estrutura permanente, funcionando constantemente e não só em períodos de eleições.

No contexto europeu, onde a sociedade era extremamente estratificada, hierarquizada e os trabalhadores demoraram muito a ser integrados na sociedade e no sistema político, nasceram vários partidos de massa. Por outro lado, no contexto americano (EUA) foi muito diferente, pois o processo de inserção das massas trabalhadoras se deu mais prontamente, por essa razão não existem por lá partidos socialistas ou de massa¹⁷. Portanto, a definição de um partido pode ser dada pela sua origem, como partido burguês ou partido operário, assim como também pelos seus fins e objetivos, como partido socialista ou partido liberal.

¹⁶ Barreiras econômicas (voto censitário), hereditárias (parte das cadeiras no Parlamento destinadas à nobreza sem necessidade de eleição, passando-se a vaga hereditariamente para o seu herdeiro ou sucessor, como perdurou na Inglaterra até meados dos anos 1990) e de gênero (exclusão das mulheres).

¹⁷ O Partido Comunista dos EUA é um dos maiores do mundo, contudo não tem força eleitoral suficiente para conquistar cadeiras no Parlamento, ficando restrito à participação em alguns setores sociais ligados ao proletariado.

Mas a melhor definição é aquela centrada na forma de se angariar os votos e ganhar eleições, o que distingue um partido político de uma associação ou de um sindicato, ou seja, ele se caracteriza principalmente pelo fato de existir, prioritariamente, para ganhar eleições.

Portanto, tanto para Sartori (1982) quanto para Downs (1957/1999), pode-se dizer que, independente da origem do partido, tanto para os de elite quanto para os de massa, o que interessa é o *voto*.

É importante ressaltar neste contexto que o desenvolvimento da democracia no mundo moderno levou à constituição e à consolidação dos partidos políticos. A essência da democracia se fixa em dois princípios fundamentais: o voto e os partidos políticos, símbolos da participação do povo na soberania do Estado. Na democracia moderna, diferentemente da democracia clássica, onde o cidadão participava de assembleias públicas para se tomar as grandes decisões, pois não existiam os partidos, temos o caráter representativo, indireto, o qual os cidadãos escolhem seus representantes para defenderem os pontos de vista das elites, e foi justamente esse caráter representativo que levou ao surgimento dos partidos.

Sintetizando esta parte inicial, pode-se dizer que, no que tange às formas de organização do Estado, primeiramente verificamos que o Absolutismo perdurou como forma de poder durante séculos; em seguida, devido às transformações sociais, foi sendo substituído, aos poucos, pelas idéias liberais com o intuito de barrar os excessos do poder monárquico e dar direito às pessoas “comuns”, à liberdade em relação ao Estado. Concomitantemente com o pensamento liberal, surgiu a idéia da divisão dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e, nesse momento, com a formação do Parlamento, surgem os primeiros partidos políticos. Mesmo assim, as primeiras constituições liberais não eram democráticas, traziam uma concepção elitista, mas, paulatinamente, a democracia foi se instalando ao longo do século XIX, dando

lugar à extensão dos direitos políticos aos trabalhadores e às classes sociais menos favorecidas.

Paralelamente a essas transformações, os partidos políticos transitaram de partidos de elite a partidos de massa devido à crescente participação popular na política. Embora, no século XX, tenhamos chegado a uma democracia representativa, que impera em quase todas as partes do mundo atual, há ainda os partidos de inspiração autoritária, que criticam o sistema representativo, considerando-o falho no que concerne aos interesses da população e servem de legitimação para o domínio das elites.

O homem do mundo moderno vive em sociedades complexas, muito populosas, caracterizadas por diferenças étnicas, regionais e sociais, as quais, sem o respaldo de um sistema representativo efetivo e sem a ajuda dos partidos, não permitiriam uma organização pautada na democracia. A democracia torna possível que a população se organize e participe da política por meio dos partidos, pois viabiliza essa participação popular nas decisões políticas e no controle sobre as ações daqueles que exercem o governo.

Após esta sucinta explanação sobre a história dos partidos políticos e das transformações político-ideológicas pelas quais a humanidade passou durante esses últimos séculos, passaremos ao nosso próximo item nos concentrando na história da trajetória dos partidos políticos brasileiros.

1.2. Os partidos políticos no Brasil – um breve histórico – do Império à atualidade

Antes de mencionarmos como se deu a criação dos partidos políticos no Brasil, é necessário voltarmos um pouco na história, pois este país sofreu forte influência européia desde sua colonização portuguesa, e teve seus modelos baseados naqueles que estavam em vigor no velho continente. Devido a essa

colonização, os partidos políticos brasileiros foram criados com base nos modelos europeus. Antes de ser Nação, o Brasil foi Estado, e a opção pelo sistema monárquico tornou-se possível devido à presença da família real portuguesa instalada no Rio de Janeiro. O Estado brasileiro, apesar de manter a monarquia, nasceu sob influência direta das idéias liberais, segundo as quais o imperador não deveria ter poderes absolutos, nem o Estado prerrogativas ilimitadas. Outro aspecto essencial do mecanismo liberal era a existência de um Parlamento, que deveria controlar o poder do imperador, e, também, agir como representante dos anseios populares. Dessa maneira, a nação seria a fonte de poder e legitimidade da monarquia, tratando-se, portanto, de um Império Constitucional. Sendo assim, o imperador era considerado o representante máximo e perpétuo do Brasil, enquanto os deputados seriam também representantes, mas eleitos e temporários.

Mesmo seguindo o mecanismo liberal, foram surgindo conflitos entre o imperador e uma parte dos deputados, fazendo com que a Assembléia fosse fechada, caracterizando, desde cedo, a tradição autoritária do Estado brasileiro, pois o nosso primeiro governante não conseguiu conviver com a autonomia do Poder Legislativo. Dessa maneira, mesmo com a independência do Estado brasileiro, as muitas características do liberalismo ficaram comprometidas na sua aplicação prática.

Por outro lado, com respeito aos partidos nos primeiros anos do Império, estes praticamente não existiam, e mesmo com a existência de diferentes grupos que se dividiam entre republicanos, absolutistas e liberais, nos quais as pessoas partilhavam das mesmas opiniões políticas, estes não eram nem organizados, nem possuíam um longo período de existência para serem caracterizados como tal. A abdicação de D. Pedro I foi o ponto de partida para a vida partidária brasileira. Surgiram, então, três partidos no Brasil: o Partido Liberal, o Partido Conservador e o Partido Caramuru (eram os reacionários, adeptos da volta do imperador deposto, que desapareceu com o falecimento de D. Pedro I). Os

partidos Liberal e Conservador se firmaram como aqueles que iriam governar os destinos do Brasil até o término da monarquia. Os dois partidos não apresentavam diferenças ideológicas marcantes, aceitando ambos a filosofia liberal clássica, de pouca intervenção do Estado no domínio econômico e outras características próprias do Liberalismo do século XX. Até meados de 1870, os partidos Liberal e Conservador eram os que mais se destacavam nos debates políticos, mesmo após a criação do Partido Republicano, nesse mesmo ano.

Esses partidos, da época do Império, eram muito distintos da organização partidária vigente hoje, ou seja, a participação política era restrita a uma pequena elite, e a sua legislação eleitoral também era voltada para essa elite, composta por vereadores, senadores, deputados, presidentes de províncias, ministros de Estado, e os assuntos políticos só interessavam aos grupos abastados, proprietários rurais, intelectuais etc., a maioria proveniente das classes altas. O sistema partidário brasileiro trazia enormes semelhanças com o de alguns países europeus daquela época, mas o modelo partidário que vigora na atualidade surgiu na Europa somente a partir do século XIX, assim como os grandes movimentos populares só entraram em cena também por forte influência do socialismo europeu.

Os grupos republicanos civis começaram a se organizar a partir de 1870, e junto com os militares, mais especificamente com o exército, foram os responsáveis pela derrubada da monarquia. No dia 15 de novembro de 1870, ocorreu a primeira intervenção política dos militares, e, a partir desse momento, eles se tornaram peças centrais nos acontecimentos do país, e sem sua participação, juntamente com os líderes civis, a República não teria sido implantada. Vale ressaltar também que o primeiro presidente e o seu vice eram militares.

Com a implantação da República, caracterizada por uma reação ao centralismo do Estado imperial, ocorreram várias reformas com o objetivo de diminuir o poder central e aumentar o dos governos estaduais. A partir de então,

o Brasil passou a ser composto por uma federação de estados autônomos e independentes do governo federal. Todavia, os primeiros partidos republicanos, o Partido Republicano Nacional (PRN) e o Partido Republicano Paulista (PRP), dominaram quase que totalmente a política nacional, e novamente a maioria da população ficou excluída das decisões, conseqüentemente esses partidos continuaram com os mesmos defeitos dos seus antecessores da época do Império e só davam voz às classes dominantes.

Na Primeira República, a autonomia estadual, garantida pela Constituição de 1891, foi um ideal republicano que permitiu a expansão de forças sociais e econômicas das regiões, por isso os partidos republicanos mineiro e paulista passaram a ser peças essenciais dessa máquina da política dos governadores ou dos Estados. Devido à política dos governadores¹⁸, a vida política tinha sido completamente federalizada, os partidos que tinham maior peso eram todos de âmbito estadual, e esse fator garantia o controle da política pelas lideranças locais. Com o poder garantido na relação com o governo central, esses partidos eram contrários a qualquer espécie de mudança nas regras eleitorais, mas, em poucos anos, à medida que a sociedade brasileira se desenvolvia e se tornava mais complexa, começaram a surgir fortes críticas ao sistema vigente e o país se viu envolvido em uma séria crise.

Por volta de março de 1926, no governo do presidente Artur Bernardes, alguns cafeicultores paulistas abriram a primeira fissura nesse bloco monolítico, e lançaram um partido dissidente, o Partido Democrático Nacional. Tratava-se de uma proposta alternativa ao velho Partido Republicano Paulista (PRP), numa tentativa de mobilizar a opinião pública educada e intelectualizada dos grandes centros contra os perigos da oligarquia paulista, pois o domínio absoluto do PRP no cenário estadual era apenas uma garantia para a representação dos interesses cafeeiros no cenário nacional. Dessa maneira, essa divisão trouxe um prenúncio

¹⁸ Política dos governadores – acordo tácito segundo o qual o presidente da República buscava sempre articular-se com os líderes dos Estados, tendo em vista obter estabilidade política.

de crise no sistema de poder, uma demonstração patente da decadência da política dos partidos estaduais. Contudo, mesmo como fruto de uma nova mentalidade e como uma espécie de estuário do pensamento político progressista, o Partido Democrático Nacional, pela sua estrutura e composição, exprimiu apenas os anseios da reforma política, não se aprofundou até as necessidades da reforma social.

Diante desses fatos, na década de 20, o país mergulhou em uma crise profunda, pois, à medida que a sociedade brasileira se desenvolvia, a insatisfação social aumentava, com isso surgiram os primeiros movimentos de rebeldia e o nascimento do Partido Democrático Nacional. Mesmo assim, com todas essas mudanças, foi somente na década de 30 que o sonho dos revolucionários de chegar ao poder foi possível. A elite republicana se dividiu e o grupo dissidente juntou-se aos “tenentes” com a finalidade de tomar à força o controle do Estado. Alguns setores da sociedade tiveram destaque no processo de desestabilização do regime, principalmente os “tenentes”, os trabalhadores urbanos e parcelas intelectualizadas das classes médias. Indignados com os vícios da República, esses setores, juntamente com jovens oficiais do exército, organizaram várias conspirações e levantes armados, porque acreditavam que, dessa maneira, iriam desbancar a oligarquia paulista e moralizar as práticas políticas do país.

Assim ocorreu a revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930 e derrubou o governo de Washington Luís, possibilitando a vitória do movimento revolucionário. Os seus quinze anos de governo seguintes caracterizaram-se pelo nacionalismo e populismo. Sob seu governo foi promulgada a Constituição de 1934. Em 1937, fecha o Congresso Nacional, instala o Estado Novo e passa a governar com poderes ditatoriais. Sua forma de governo passa a ser centralizadora e controladora. Perseguiu opositores políticos, principalmente partidários do comunismo. Embora tenha sido um ditador e governado com medidas controladoras e populistas, Vargas foi um presidente marcado pelo investimento no Brasil, além de criar obras de infra-

estrutura e desenvolver o parque industrial brasileiro, gerando empregos, tomou medidas favoráveis aos trabalhadores.

A partir de então, com a derrubada do regime anterior, a vida social e política do país tomou novos rumos, fazendo com que muitas pessoas passassem a ter um interesse maior pela política. Sendo assim, muitos partidos começaram a se organizar para disputar as eleições na nova Assembléia Constituinte, em 1933.

Durante essa década, a política brasileira sofreu influência internacional marcada pelo declínio do liberalismo e pela polarização fascismo *versus* comunismo. Foi na década de 30, segundo Motta (1999), que o comunismo se tornou uma força política com grande expressão no quadro nacional, embora nos primeiros momentos de sua existência o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fosse um partido frágil e de restrita penetração social, pois o movimento operário existente estava sob forte influência dos anarquistas; ambos divergiam na área política e ideológica.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi muito perseguido pelas autoridades e proibido de atuar legalmente, desde sua fundação em 1922 até 1985, ou seja, por aproximadamente 60 anos viveu na clandestinidade, porque o Estado e as elites dirigentes temiam que ele destruísse o sistema social vigente.

Em suma, a década de 30 foi marcada como um período da história no qual houve um interesse crescente da população pelos assuntos políticos, gerando o aparecimento de diversas experiências partidárias, fazendo com que, pela primeira vez, surgissem partidos capazes de mobilizar a população. Por outro lado, nesse mesmo período, houve também fatores negativos, como as debilidades da dinâmica partidária brasileira, como a corrupção política, a troca de favores, partidos fragilmente organizados e tendências regionalistas acentuadas. O aspecto mais problemático foi o aumento da influência das propostas autoritárias, já que os partidos e políticos mais populares, mais

preparados para enfrentar os impasses do Brasil, foram aqueles mais próximos do autoritarismo.

No final do período da ditadura varguista, que compreendeu os anos de 1930 - 1945, e com a 2ª Guerra Mundial chegando ao seu desfecho, as pressões a favor de reformas democráticas tornaram-se muito fortes. Com o esgotamento da ditadura e o retorno às práticas democráticas, os grupos políticos novamente começaram a se organizar, visando a constituir partidos para disputar o pleito eleitoral. De acordo com o decreto-lei presidencial, de maio de 1945, foram marcadas eleições, estabelecendo-se as diretrizes para a formação partidária, pois havia um temor de que se retornasse à situação de República Velha, com o predomínio das oligarquias partidárias regionais. Somente em 1950, foi estabelecida pelo Congresso Nacional uma moderna configuração para os partidos, definindo-os como entidades jurídicas de direito público, e não mais privado, que deveriam se registrar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que seriam indispensáveis para o funcionamento das instituições democráticas.

Getúlio Vargas, mesmo com as estruturas de seu governo abaladas, deixou sua marca sobre dois dos principais partidos criados até então, o Partido Social Democrático¹⁹ (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro²⁰ (PTB), em 1945. De 1945 a 1964, a vida política brasileira foi polarizada entre estes dois partidos,

¹⁹ Partido Social Democrático (PSD) – principal partido criado por Vargas. Aglutinou interventores, encarregados das instituições públicas e boa parte dos que se beneficiavam com o centralismo (fazendeiros cuja produção era comprada pelo Estado, industriais com cargos no sistema de federações e acesso ao governo, etc). Isso resultou em um partido voltado para a continuidade de esquema estadonovista, e muito pragmático, que via na ocupação dos cargos que permitiam a continuidade do estatismo uma forte razão de existência.

²⁰ Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – segundo partido criado por Vargas. Baseava-se no sindicalismo estadonovista. Seus líderes eram dirigentes sindicais que controlavam verbas previdenciárias, compartilhadas com o governo por meio dos institutos classistas, então autarquias. Esta estrutura dava um caráter dúplice ao partido, que ganhava força com o atendimento de reivindicações trabalhistas, mas só podia atendê-las com ajuda do Estado. Dessa maneira, atuava no sentido de canalizar pedidos para o governo, o que só reforçava o esquema montado na ditadura.

e pela União Democrática Nacional²¹ (UDN), partido anti-getulista, considerado como o maior responsável pelas tentativas de golpes militares que se sucederam até a implantação da ditadura em 1964. Outra agremiação partidária, muito importante também nesse período, depois do PSD, PTB e UDN, foi o Partido Social Progressista²² (PSP), resultado de uma fusão que, além do PRP, juntou o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS).

A partir de 1965, o regime militar causou o rompimento do sistema partidário democrático existente e com o Ato Institucional-2 impôs a existência de somente duas associações políticas nacionais, mas nenhuma delas podendo utilizar a palavra “partido”, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), base de sustentação civil do regime militar, formada pela UDN e egressos do PSD, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com a função de fazer uma oposição bem-comportada frente ao regime. O sistema de cassações de mandatos foi adotado pelo regime militar para livrar-se de seus adversários (4.682 indivíduos perderam os seus direitos políticos).

O regime militar começou a planejar o retorno à democracia a partir do governo Geisel, no início de 1974. Com Geisel subiu ao poder um grupo preocupado com os rumos autoritários seguidos pelo regime militar, que temia que os excessos de autoritarismo pudessem levar a uma ditadura, ou pior ainda, a um Estado fascista. Nesse quadro, a transformação do MDB em partido popular,

²¹ União Democrática Nacional (UDN) – terceiro partido nacional. Encontrou grandes dificuldades para sobreviver, embora fosse o único partido sem vínculos com o Estado. Seu grande trunfo estava no fato de se opor à ditadura, por essa razão, reuniu no início liberais, adversários do governo, sobreviventes da primeira república, socialistas democráticos. Após um período surgiram divisões, trazendo dois elementos contraditórios que compunham sua base: liberais e militares centralizadores.

²² Partido Social Progressista (PSP) – foi fundado em São Paulo por Ademar de Barros, em junho de 1946. Foi extinto pelo regime militar, por intermédio do Ato Institucional nº 2. Foi representado por um presidente da república, João Café Filho, o vice de Getúlio Vargas em seu segundo mandato, e extremamente forte no Estado de São Paulo, sob a direção de Ademar de Barros como governador e prefeito de São Paulo, e também como candidato à Presidência em 1960.

e sua crescente influência sobre a opinião pública, tornou cada vez mais difícil o jogo para os donos do poder, e aumentaram-se as pressões favoráveis a uma aceleração no processo de democratização.

A partir desse momento, segundo Motta (1999), o caráter gradualista da transição democrática dificulta a tarefa de escolher um marco cronológico para o encerramento do período autoritário. De acordo com esse autor, várias datas e acontecimentos podem ser adotados, como por exemplo, em 1984, com a campanha popular pelo restabelecimento do voto direto para presidente (“diretas-já”); em 1985, quando a chapa oposicionista Tancredo Neves – José Sarney foi eleita no Colégio Eleitoral; em 1988, ano da promulgação da nova Constituinte, e em 1989, quando se elegeu diretamente o presidente da República.

Todos esses acontecimentos marcaram o fim dos quase 21 anos de autoritarismo e o início de um novo ciclo político na história brasileira. Uma das primeiras medidas do governo da Aliança Democrática (formada pelos integrantes do PMDB e a Frente Liberal, dissidência do PDS) foi aprovar no Congresso a Emenda Constitucional nº25 (15.5.1985), que restabeleceu as eleições presidenciais diretas e retirou da Constituição o dispositivo referente à fidelidade partidária. Ficou também autorizada a livre criação de novos partidos políticos (de início, cinco novos partidos políticos vieram substituir o bipartidarismo do regime anterior: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT) e a reorganização de todas as siglas que tivessem tido os seus registros indeferidos, cancelados ou cassados durante a vigência do regime autoritário. A Nova Constituinte, em 1988, alterou também a condição jurídica dos partidos, pois de entes públicos passaram a ser privados, concedendo plena autonomia para que cada agremiação partidária determinasse suas próprias regras internas de organização e funcionamento.

O resultado que temos hoje, segundo Schilling (2007), é um multipartidarismo excessivo, o que na opinião de alguns críticos fragiliza a governabilidade, e, na de outros, os defensores da mais ampla e livre organização

partidária, indica que a complexidade e as desigualdades do Brasil ficam melhor expostas na multiplicidade e não na uniformidade partidária.

Apesar do grande avanço que tivemos rumo à democracia e à conquista de uma autonomia plena dos partidos políticos, estes demonstram não representar os verdadeiros interesses em jogo no interior da sociedade brasileira. Isso significa que, nas diversas oportunidades históricas, tanto no Brasil império como na república, nossos governantes se depararam com um dilema que até os dias atuais fragiliza a nossa política, pois tiveram de fazer uma opção entre conseguir a estabilidade política, mesmo fazendo algumas concessões, ou manter a integridade das suas idéias, dos seus programas políticos e até mesmo da representatividade dos mandatos para que foram eleitos.

Um bom exemplo dessa situação é o que está acontecendo com o Partido dos Trabalhadores (PT), considerado por muitos cidadãos brasileiros como uma das construções mais originais da política brasileira. Esse partido está completando 28 anos, e esse fato é digno de ser registrado, se compararmos com outros partidos políticos brasileiros, pois, afinal, só há pouco mais de meio século podemos falar em partidos nacionais, excetuando os casos do Partido Comunista Brasileiro e o da Ação Integralista Brasileira.

Para se afirmar como alternativa histórica da classe trabalhadora, o PT foi criado em prol de um ideal comum: lutar por uma sociedade mais justa e democrática, e com o tempo, se tornou uma das maiores referências de esquerda do Brasil e do mundo.

Alguns parlamentares, eleitos pela legenda do MDB em 1978, contribuíram para sua fundação, mas o principal apoio veio do cenário extraparlamentar. As bases sociais do partido se originaram de três setores: líderes do sindicalismo em ascensão, destacando o nosso atual presidente (2008), Luís Inácio “Lula” da Silva; militantes ligados ao trabalho pastoral da Igreja

Católica; intelectuais e pequenos grupos marxistas. Essa mescla marca sua originalidade, mas não o isenta de conflitos, e é responsável pela união na mesma entidade de católicos, intelectuais, operários e marxistas. O PT é um dos raros casos na nossa história que foi criado fora do universo das elites e do Estado. Aos poucos, apesar de uma trajetória pouco animadora no início, esse partido foi ganhando experiência e sucesso, tendo havido um contínuo crescimento eleitoral e político. O sucesso da experiência petista explica-se por vários fatores: pelo apoio de uma larga militância, ligada a organizações sociais de prestígio; por uma proposta social defendida pelo partido que é fundamental num país arruinado pela desigualdade social e pela pobreza; por seu discurso crítico em relação ao *status quo*, colocando-se como uma nova proposta e de forma alguma comprometida com as tradicionais elites sociais e políticas do país; e pela figura carismática de Lula, que construiu uma imagem de popularidade superior ao prestígio do próprio partido, imagem essa que nas eleições presidenciais de 1998 deu a ele o título de um dos candidatos mais votados, e na última eleição de 2006, possibilitou sua reeleição ao cargo de presidente da república, portanto, sua popularidade levou-o ao segundo mandato.

Contudo, apesar de o PT ser um partido de massas, cuja fundação foi considerada o marco zero da luta de classes no Brasil, sua transformação é bastante clara e evidente nesses últimos anos, após as inúmeras derrotas sofridas nas eleições que participou. Com isso, o programa do PT foi sendo alterado, e depois da derrota eleitoral de 1998, Lula ameaçou não ser candidato, a não ser que fossem adotadas sua política de alianças e sua plataforma programática. Diante de um mandato de Collor e de dois mandatos de FHC, o partido foi facilitando as manobras de Lula e seu núcleo dirigente. Mesmo assim, o programa do PT, embora tendo sofrido muitas alterações, seguiu afirmando a necessidade de um novo modelo econômico e da ruptura com o FMI. Mas, quando no governo, Lula seguiu com o FMI e não rompeu com o modelo anterior. Esse fato se deve ao sistema capitalista implantado, que hoje já não oferece mais espaço para concessões que criem a ilusão de que por meio de

reformas graduais se possa chegar ao socialismo ou mesmo resolver os problemas e as necessidades básicas da classe trabalhadora e dos pobres. Nesse momento de nossa história, estamos na época do capitalismo neoliberal, que é a retirada do setor público em favor da acumulação privada, onde não há “sobras” a serem distribuídas para a classe trabalhadora; ou os governos se confrontam com o *establishment* capitalista, com o imperialismo, os mercados e as grandes corporações para fazer mudanças de interesse do povo, ou se rendem completamente a estes que deveriam confrontar. Foi isso o que ocorreu com Lula, no Brasil, e com o ex-ministro britânico Tony Blair, na Inglaterra, entre outros, de forma marcante e definitiva. Optaram por ceder ao invés de enfrentar o imperialismo, os mercados e o capital.

Embora o PT tenha tido seus momentos de glória, o ano de 2005 trouxe o cenário da mais grave crise que a República brasileira atravessou desde o golpe militar de 1964, a bancarrota do PT logo após a vitória na eleição presidencial de 2002. O PT somente conseguiu chegar à Presidência da República assumindo a idéia de governar com e para o grande capital, aceitou e até reproduziu a expressão presente do capitalismo em sua atual fase de decadência imperialista: o neoliberalismo. Dessa maneira, passou a aderir a lógica do governo capitalista, que por um lado significa defender a acumulação das grandes corporações privadas, e por outro lado significa atacar os interesses dos trabalhadores assalariados e do povo. Sendo assim, segundo Genro e Robaina (2006), o partido de Lula ainda terá base eleitoral e tem chances de vencer inúmeras eleições, mas não existe mais como partido identificado com a transformação estrutural da sociedade brasileira.

Diante desses fatores, abriu-se um novo capítulo na história do partido e do país. A crise política aberta provocou uma mudança qualitativa no cenário político nacional após a denúncia de corrupção feita quando um vídeo mostrava cenas filmadas de um funcionário dos Correios pedindo propina a um empresário em nome do então deputado Roberto Jefferson que denunciava um amplo

esquema de corrupção nas estatais. De acordo com Genro e Robaina (2006), todo o Congresso Nacional, os partidários políticos, a Justiça, enfim, o regime político, a articulação das instituições da República “democrático-burguesa” foram abaladas com as denúncias, revelando o contraste entre as exclusões de milhões e os benefícios de uma pequena minoria de corruptos e exploradores.

Diante destas mudanças, denúncias de corrupção, escândalos envolvendo ministros do governo etc., fez com que a imagem do PT começasse a ruir, dando espaço para que, a partir de 2003, o povo passasse a desconfiar de que suas expectativas eram irreais, fazendo com que uma parte minoritária mas organizada e histórica da base social do PT, os servidores públicos, rompessem com o partido, e a partir de então, bases sociais de um novo partido, o P-SoL, começaram a surgir.

A fundação do P-SoL se deu nos dias 5 e 6 de junho de 2004, em Brasília. Segundo Heloísa Helena, este partido começou com aqueles que decidiram entrar na aventura humana de formar um abrigo para a esquerda socialista brasileira, ou seja, reuniu milhares de militantes, muitos dos quais foram os que ajudaram a construir o PT. O seu grande objetivo é ser um partido democrático, manter com firmeza as bandeiras históricas dos trabalhadores e do socialismo, trazendo uma representação política com capacidade de adquirir influência de massas, baseado nas lutas dos trabalhadores.

Após inúmeros atos e debates para lançar as bases programáticas do P-SoL, e dos grandes esforços para a legalização do partido, foram colhidas mais de 600 mil assinaturas de militantes, sendo que destas, 438 mil foram reconhecidas e suficientes para o registro definitivo do partido. Desta forma, com a legalidade conquistada, o partido passou a ser o elemento de extrema importância do processo de recomposição da esquerda socialista brasileira, e um dos mais importantes em nível internacional.

Mesmo assim, o P-SoL necessita corrigir e avançar em muitos aspectos, e também, aprofundar a discussão sobre o programa para a luta socialista no Brasil, para então, preparar um projeto político consistente, capaz de reunir o melhor da classe trabalhadora e da juventude, e intervir de maneira decisiva na realidade política brasileira. Para atingir tal objetivo, o partido necessita demonstrar sua viabilidade e consolidar seu perfil anticapitalista, assumindo assim, uma natureza revolucionária para com isso atrair as massas, ou seja, retomar a confiança do povo em sua própria força e na força de uma opção política. Sendo assim, faz-se necessário uma mobilização por todo o país, levando um plano com medidas de urgência, que parta das necessidades e da consciência das massas, e que contribua para a compreensão da necessidade da luta pelo poder dos próprios trabalhadores.

Genro e Robaina (2006) ressaltam que hoje, os partidos da burguesia estão muito desacreditados, e que desta forma, é evidente que há uma grande necessidade de se construir um partido amplo, socialista e dos trabalhadores, com uma representação com força real dos trabalhadores e do povo, apresentando uma alternativa global para o país, ou seja, uma proposta de novo poder.

Dessa maneira, utilizando-se diversas formas de estratégia de sobrevivência, como a adotada por Lula para vencer as eleições, e outras tantas adotadas por inúmeros outros políticos importantes, com o intuito de evitar crises políticas graves que pudessem fragilizar o poder das elites, fez com que, por parte da população brasileira em geral, os partidos políticos merecessem pouca confiança, sendo assim, o interesse dos eleitores por homens confiáveis, por *salvadores*, se sobrepõe aos programas partidários ou ideológicos.

Neste nosso trabalho, pela análise lingüístico-discursiva do discurso programático do P-SoL, procuraremos mostrar quão verossímil se apresenta esse quadro dos partidos políticos, pois, por meio dos dissidentes do PT, que deixaram o partido por este desviar, na sua essência, de suas origens primeiras, passaram a entender que, de fato, o *salvador* carismático juntamente com os ideais do

partido das massas foram desviados de seu curso, pois, de certa forma, se aliaram às elites e foram, aos poucos, deixando de defender os reais interesses da classe trabalhadora, dos operários, das classes menos favorecidas da população brasileira, ou seja, deixando de ser o partido do povo.

2.

Semântica Global

De acordo com o que expusemos na introdução desta pesquisa, dirigimo-nos aos estudos sobre o discurso, baseando-nos, para a análise do nosso *corpus*, nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, e mais especificamente nas noções de gênero discursivo, cenografia e *ethos*, tal como propostas por Maingueneau (1984/2005). Dessa maneira, neste segundo capítulo, discorreremos sobre a fundamentação teórica que representa a base teórica de toda a nossa pesquisa, com a exposição e a explanação dos conceitos que foram imprescindíveis para a realização da mesma. Iniciaremos com entrada pela noção de Semântica Global, que rege os processos discursivos, resultado de forças coercitivas às quais os discursos necessariamente obedecem; e nos itens que seguem, discorreremos sobre as noções de gênero de discurso, *ethos*, cenografia, interdiscurso, assim como, algumas categorias de análise, dentre elas, a identificação dos embreantes de pessoa, as modalidades e a negação.

2.1. Semântica Global: uma proposta teórico-metodológica

A partir da segunda metade da década de 80, a crise que a Escola Francesa de Análise do Discurso estava passando, finalmente chegara ao fim, pois, se produziu uma mudança na maneira de pensar e estudar o discurso, trazendo, por meio da publicação de diversas obras, propostas de outros

conceitos, viabilizando uma renovação significativa neste campo. Uma dessas obras que favoreceram esse campo do saber foi *Gênese dos Discursos*, de Maingueneau (1984/2005). Este teórico, como ele mesmo diz, se arriscou em uma nova empreitada, trazendo, como fruto de uma reflexão sobre suas pesquisas, um modelo teórico e metodológico, o de Semântica Global, que superou a concepção tradicional das relações entre texto e contexto. Para Maingueneau, um discurso se caracteriza por uma semântica global, ou seja, analisar um discurso por meio dessa proposta significa explicar as práticas dos adeptos de um discurso, seu *ethos*, a organização das comunidades discursivas, a compreensão das práticas intersemióticas, e a noção de interdiscurso que precede o discurso, pois a identidade de um discurso não é somente uma questão de vocabulário ou de sentenças, ela depende do fato de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais, inclusive da interpretação do estatuto histórico dos discursos.

Maingueneau trabalha no espaço do discurso que não é o da língua, pois, a estrutura da língua é assumida como um sistema relativamente autônomo, sem que os textos sejam considerados as materializações de ideologias. O modo como um texto é escrito, as estratégias textuais utilizadas, decorrem de ordem discursiva, ou seja, utilizar-se de determinados recursos da língua e não de outros é um indício fundado nas restrições impostas pelo e no discurso.

Fazer uma análise sob essa ótica significa pensar globalmente o funcionamento discursivo e perceber que os significados organizam-se em todas as dimensões discursivas. Não há um lugar privilegiado de constituição de sentidos, ou seja, não há uma profundidade que funcione como um princípio organizador dos significados mobilizados em um discurso. Dessa maneira, rompe-se com uma teoria da significação que esteja centrada especificamente nos signos ou nas sentenças, tornando evidente e necessário lidar com o “*dinamismo da ‘significância’ que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo além dela*”. (Maingueneau, 1984/2005:22).

Para o desenvolvimento deste trabalho foi pertinente olharmos também para a noção de *ethos*²³ discursivo que, segundo hipótese de Maingueneau, configura-se como mais uma instância dos discursos que deriva de uma semântica global e, por este motivo, está imbricada aos processos de adesão dos sujeitos aos discursos. Esta noção é uma propriedade das formações discursivas, pois suas regras não determinam somente o que dizer, mas também o *tom* adequado em que se *deve* dizer os enunciados que lhe são característicos, dando autoridade ao que é dito. No contexto teórico da AD, as formações discursivas são caracterizadas como um sistema de restrições: a partir desse sistema que antecede os sujeitos e explica por que suas enunciações são as que são, os enunciadores sabem o que falar, ou seja, sabem proceder de acordo com as regras que organizam a(s) formação(ões) discursiva(s) a que se encontram associados. Isso significa que os dizeres dos sujeitos são condicionados pelo conjunto de regras que caracterizam cada formação discursiva e ideológica. Assim, o sistema de restrições semânticas que especifica o dizível de uma formação discursiva faz com que determinados enunciados pertençam a um discurso ou a outro.

2.2. Da interdiscursividade à relação polêmica

A interdiscursividade é o conceito central e de base em nossa pesquisa, pois é por meio dessa noção que procedemos à análise do Documento Programático do P-SoL, a fim de chegarmos a depreender a relação polêmica que se estabelece entre o “novo” discurso e a formação discursiva petista. De acordo com Maingueneau (1984/2005:21), falar em interdiscurso significa que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas sim, um espaço de trocas entre vários discursos. Isso quer dizer que os discursos se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso, eles não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas sim, já nascem de uma

²³ *ETHOS*, esta noção será desenvolvida no próximo item deste capítulo.

relação interdiscursiva, e com ela, sua identidade é estruturada, ou seja, a identidade discursiva é construída na relação com o Outro.

“O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos.” (Maingueneau, 1987/1997:113)

Ao falar da noção de interdiscurso, esse autor postula a hipótese do primado do interdiscurso sobre o discurso, ou seja, nessa concepção, os discursos já nascem em uma relação constitutivamente dialógica com seu Outro, em um espaço de trocas que precede e que constitui, ao mesmo tempo, todo e qualquer discurso. O posicionamento do P-SoL reivindica o mesmo “lugar” de origem do posicionamento do PT (de como era antes, na sua fundação) e quer ocupar o mesmo *espaço discursivo* que o PT. A noção de espaço discursivo, será melhor compreendida a partir da distinção das três instâncias do discurso, que Maingueneau (1987/1997) apresenta para especificar com maior clareza a noção de interdiscurso: *universo, campo e espaço discursivos*. O termo universo discursivo não é de relevância para a análise das relações entre as formações discursivas, por ser muito abrangente, pois representa o conjunto de todos os tipos de formações discursivas que interagem em uma dada conjuntura. O campo discursivo, por sua vez, caracteriza-se por um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, ou seja, os discursos que se encontram em um mesmo campo discursivo estão sempre em relação mais direta, seja essa relação de oposição ou de aliança. Os espaços discursivos constituem espaços de circulação dos discursos desde sua gênese, ou seja, são subconjuntos de formações discursivas que o analista julga necessário colocar em relação. Esse

conceito de espaço discursivo é definido como a dimensão do interdiscurso no qual se encontram os posicionamentos discursivos que mantêm entre si uma relação de oposição. Essa relação de oposição, que se estabelece entre os vários posicionamentos, já existe independentemente de alguém (o analista do discurso, por exemplo) selecioná-la, restando apenas tentar compreender o que ocorre no interior do interdiscurso para que a polêmica seja estabelecida. Essa relação interdiscursiva que se dá entre esses dois posicionamentos possui caráter constitutivo, ou seja, de interincompreensão regrada. Interincompreensão significa que diferentes discursos já “nascem” polemizando entre si, eles não são neutros, ao contrário, eles se caracterizam como instância de materialização de diferentes posturas ideológicas postas em movimentação pelo sujeito falante nas diferentes situações enunciativas.

Esta noção de alteridade foi somente radicalizada na Análise do Discurso na segunda metade da década de 80, graças ao concurso de correntes pragmáticas e à abertura a novas abordagens do discurso, que Gênese do Discurso, de Maingueneau, fez parte, pois propunham outros conceitos e outras maneiras de pensar e estudar o discurso, além daquela que prevalecia no movimento althusseriano da análise do discurso, até então dominante na França.

Esses fatores mostram que se reproduziu uma remodelagem profunda no campo da Análise do Discurso, tornando o primado do interdiscurso o foco de interesse principal dos estudos, fazendo com que, em um plano teórico, a unidade de análise pertinente seja a interação entre duas formações discursivas, e não uma formação discursiva, ou seja, a unidade de análise pertinente é um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos, e não o discurso.

A partir dessa nova maneira de se fazer análise do discurso, novos conceitos foram desenvolvidos, como por exemplo, o de heterogeneidade enunciativa, que se subdivide em heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. Esses conceitos levam os lingüistas a distinguir essas duas formas

de presença do Outro no discurso, sendo que a heterogeneidade mostrada é acessível aos aparelhos lingüísticos, pois, ela incide sobre a superfície textual, “*na medida em que permite apreender seqüências delimitadas que mostram claramente sua alteridade (discurso citado, auto-correções, palavras entre aspas, etc.)*” (Maingueneau, 1984/2005:33). Já a heterogeneidade constitutiva não deixa marcas visíveis: “*as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem lingüística stricto sensu*” (ibidem:33). Mesmo quando não há qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, na qual os discursos de que ela deriva ajudam a construir sua identidade.

Os discursos reagem a outros discursos de forma adversa, a partir de sua própria perspectiva, ou seja, as formações discursivas interagem com outras formações discursivas no espaço enunciativo encarando, a partir de seus vieses, umas as outra e, segundo (Maingueneau, 1984/2005:22), “*Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse outro se dá sob a forma do “simulacro” que dele constrói.*”

Nesse caso, notamos que uma certa formação discursiva integra o seu Outro de maneira a negá-lo por meio de uma posição ideológica divergente, definindo o lugar desse Outro no *espaço discursivo*. Dessa maneira, instala-se a polêmica, pois o Outro é integrado pelo discurso agente (aquele que se encontra em posição de tradutor; de construtor do simulacro) como simulacro, representado, numa semântica do discurso, pelos semas que definem a grade semântica daquela formação discursiva.

“É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável.” (Maingueneau, 1987/1997:125)

Nesse sentido, percebemos que a noção de simulacro é de fundamental importância para a compreensão da polêmica, pois, se trata de ver um Outro discurso pelo viés do Mesmo, e isso só é possível graças a um tipo de sistema de filtragem, encarregado de “traduzir” o discurso Outro por mecanismos definidores da formação discursiva agente (aquela que se encontra em posição de tradutora). Assim, podemos dizer que as formações discursivas estão sempre implicadas com “eternas” polêmicas, e que estas não surgem de forma contingente do exterior, mas sim, são a atualização de um processo de delimitação recíproca, localizado na raiz dos discursos em questão. Não podemos perder de vista que é a formação discursiva que estabelece sua forma de existência com outros discursos, pois há alguns que admitem a coexistência com a multiplicidade de discursos, enquanto que há outros que requerem para si uma legitimidade exclusiva.

“Um enunciado de uma formação discursiva pode, pois, ser lido em seu “direito” e em seu “avesso”: em uma face, significa que pertence a seu próprio discurso, na outra, marca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos.” (Maingueneau, 1987/1997:120).

O que deve ficar claro, do exposto, é que, é preciso enfatizar que a polêmica é constitutiva da interdiscursividade e que é nessa relação interincompreensiva que os discursos garantem seu modo de existência. E de acordo com (Maingueneau, 1984/2005:113), *“A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro.”*

É necessário compreender ainda, que o discurso não nasce do nada, mas de uma situação preexistente que regula as leis de seu aparecimento. É o

interdiscurso, a memória discursiva, esse grande Outro que permite o surgimento dos discursos, inevitavelmente em relação polêmica. Só não podemos esquecer de que a interincompreensão tem também seu lado positivo, pois ela nos coloca dentro de certas redomas, possibilitando que pelo menos no interior de um discurso haja compreensão, onde os sujeitos falem da mesma maneira e da mesma coisa.

2.3. Gênero discursivo e *ethos*

Nos próximos itens, faremos uma explanação sobre as noções de gênero do discurso e *ethos*. Estas noções foram selecionadas, pois nos ajudaram a compreender porque esse documento, sob nossa análise, pertence a um gênero discursivo, que por sua vez associa-se a uma cenografia, ou seja, momentos e lugares de enunciação específicos ocasionando a sua legitimação e, por meio da noção de *ethos*, mostra que até mesmo um texto escrito possui uma “vocalidade específica” que possibilita relacioná-lo a uma fonte enunciativa, e como esta voz ou tom, como Maingueneau prefere chamar, está associada a uma (ou várias) cenografias.

Ao mencionarmos que o documento programático do P-SoL pertence a um gênero discursivo, e que, por natureza, solicita a escolha de uma cenografia, estamos nos referindo a um discurso, que é o político, e que está propício a uma ou a várias cenografias, e salientamos que não são todos os gêneros do discurso que propiciam o desenvolvimento de variadas cenografias, ou até mesmo, não são suscetíveis de adotar cenografias variadas, como é o caso das receitas médicas, ou das listas telefônicas. Esta variação está relacionada à intenção dos gêneros do discurso, no nosso caso, estamos trabalhando com o documento programático de um partido político, que é um tipo de gênero que tem por objetivo primeiro persuadir o seu público, mobilizando uma cenografia(s),

levando o seu co-enunciador a aderir (ou não) a uma determinada comunidade discursiva²⁴. Passaremos à noção de gênero de discurso.

2.4. A noção de gênero de discurso

Abordamos, nesse momento, os estudos sobre os gêneros de discurso, pois estes, que se fazem presentes no ato de linguagem são de suma importância nos estudos da linguagem. Primeiro porque, o gênero está relacionado aos tipos de interação que se inscrevem nos costumes de uma sociedade e funcionam como referência de sentido, e segundo porque, na interação entre falantes, os parceiros na comunicação aprendem a moldar a fala de acordo com o gênero e, são capazes de identificá-lo na comunicação. (Bakhtin, 1953/2000).

Na visão de Maingueneau (1987/1997), todo texto pertence a uma categoria de discurso, isto é, a um gênero de discurso, que corresponde às necessidades da vida cotidiana. O analista do discurso não pode ignorá-la, portanto, o primeiro passo para acedermos a um texto é saber o gênero ao qual ele pertence.

Segundo Bakhtin (1953/2000), a utilização da língua efetua-se por meio de enunciados concretos, orais e escritos, que são provenientes das esferas da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, seja pelo seu conteúdo ligado ao *tema* em questão, seja pelo seu *estilo* relacionado à seleção do léxico e a recursos fraseológicos e gramaticais e, principalmente, por sua *construção composicional*.

Esses três elementos se entrelaçam numa totalidade imbricada. Assim, os gêneros de discurso, dependendo da esfera da atividade humana à qual estejam

²⁴ A comunidade discursiva nesta pesquisa diz respeito aos grupos de produtores de textos com uma finalidade predominantemente ideológica, que por sua vez são produtoras de valores, de opiniões e de crenças; como por exemplo, os partidos políticos.

ligados, mudam, transmutam-se, desaparecem, permanecem invariáveis, misturam-se, surgem etc. Antes de tudo, os gêneros de discurso são “organizadores” da fala, pois é impensável imaginar a existência de um enunciado que não esteja ancorado numa situação que, por sua vez, tenha algo a ver com uma atividade humana.

Esses organizadores da fala são aprendidos, assim como é aprendida a língua materna, e possibilitam o diálogo, desempenhando uma função determinante na economia cognitiva:

“Aprender a falar é aprender a estruturar enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, menos ainda, por palavras isoladas). Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala pelas formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final, em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo [...] Se os gêneros de discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível”. (Bakhtin, 1953/2000:302)

O gênero, conforme Bakhtin, está relacionado aos tipos de interação que se inscrevem nos costumes de um determinado grupo e que, ao serem acionados, funcionam como referências de sentido. Qualquer gênero está orientado em relação à realidade em duas direções: a primeira para um ouvinte/receptor em conjunto com as condições precisas de performance e percepção, a segunda para a vida pelos seus contextos temáticos.

Nossas reflexões sobre a noção de gênero nesta pesquisa são orientadas para a de que todo gênero do discurso é um dispositivo social de produção e de recepção do discurso, e, ao mesmo tempo, uma realidade empírica, uma organização verbal e um fenômeno social. Maingueneau (1987/1997) salienta que o gênero de discurso tem incidência decisiva na interpretação dos enunciados, não sendo possível interpretá-los se não se souber a que gênero ligá-los. Vejamos o que diz esse autor sobre a funcionalidade no gênero:

“A cada gênero associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. O gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espaço de legitimação”. (Maingueneau, 1987/1997:36).

Dessa maneira, entendemos que o documento programático do P-SoL tem a sua funcionabilidade condicionada a um momento determinado: o das eleições presidenciais de 2005. Como documento programático abrange as principais questões políticas do país, o que caracteriza sua parte estável, mas pode ser reestruturado ou não pelos seus membros, de tempos em tempos, com o objetivo de estar sempre atualizado, e em consonância com os anseios da sociedade. Sendo assim, entendemos que uma das características desse gênero é manter, em qualquer tempo, a sua função, mas ficar sempre atualizado devido às grandes mudanças sofridas pela sociedade.

Maingueneau (1998/2002) ressalta que, como qualquer ato de fala, um gênero de discurso implica condições de diferentes ordens. A *comunicacional*, é uma delas, e especifica o tipo de transmissão do gênero, se oral ou escrito, e o meio pelo qual ocorre a transmissão. A outra é a *estatutária* em que se questiona qual estatuto o enunciador deve assumir e qual deve conferir ao seu co-

enunciador para tornar-se sujeito de seu discurso. Quanto às competências requeridas ao interlocutor, Maingueneau (1987/1997) afirma que não é por terem dado prova de competência que determinados indivíduos detêm o tipo de discurso (o político, no nosso caso), mas porque o exercício deste discurso pressupõe um lugar de enunciação afetado por determinadas capacidades e, ao ocupar esse lugar, o indivíduo supostamente as detém.

Os enunciadores do documento programático do P-SoL são personagens estatutariamente definidos pelo lugar discursivo que ocupam na enunciação, que tem o direito e competência, dados por essa posição, para redigir sobre política. Ao considerarmos que este documento de nossa pesquisa pertence a um discurso político, estamos considerando que este texto tem por objetivo realizar um determinado programa que aponta para a conquista do poder político por um grupo social de pessoas, que possuem a mesma concepção sobre a forma desejável da sociedade do Estado.

Como salienta (Charaudeau, 2006:21), *“O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra [...]”*

A palavra intervém no espaço de discussão, no espaço de ação e no espaço de persuasão em um discurso político, e o político, assumindo uma posição ideológica, coloca-se histórica e socialmente perante o seu público e, quando isso ocorre, é como se ele estivesse no centro de um campo de forças e tivesse de assumir um conjunto de crenças e valores, que não poderá contradizer. No documento programático do P-SoL, por se tratar de um texto escrito, não temos uma interação face-a-face, mas, a palavra intervém no espaço da persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e as decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu próprio proveito.

2.5. Imagens de si no discurso e a noção de *Ethos* discursivo

Neste item iremos discorrer sobre a noção de *ethos*. Este termo vem desde a Antigüidade, onde assumiu duas posturas distintas, a dos seguidores de Isócrates, Cícero e dos retóricos da Idade Clássica, e a dos adeptos da linha de Aristóteles. Para os primeiros, o *ethos* é um “dado preexistente ao discurso”, pois quanto mais sincero e virtuoso se é, mais sincero e virtuoso se deve parecer ser; enquanto que para os que seguem a tradição retórica de Aristóteles, o *ethos* correspondia a um meio técnico de persuasão, pois por meio de sua maneira de dizer o orador poderia conquistar a confiança do público, tornando o seu discurso crível. Segundo Eggs (1999/2005), o estudo do *ethos* por Aristóteles surge, primeiramente, como sinônimo de honestidade, sendo assim, “o orador que mostra em seu discurso um caráter honesto parecerá mais digno de crédito aos olhos de seu auditório” (ibidem 1999/2005:29). Entretanto, mais adiante, a noção de *ethos* abandona esse sentido moral e passa a remeter a uma héxis, isto é, a um modo de habitar o espaço social. Trata-se, portanto, não do que o orador diz sobre ele mesmo, mas do que ele “revela pelo próprio modo de se expressar” (Maingueneau, 1987/1997:45).

Contudo, dentre os vários teóricos da análise do discurso, aderimos à linha seguida por Maingueneau que se refere ao *ethos* relacionado ao exercício da palavra, ao papel a que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de sua atividade discursiva. Para ele, o *ethos* passa a ser relacionado à noção de uma prática discursiva, isto é, não é um locutor ou um autor empírico que decide desempenhar um papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório, mas sim, o posicionamento no qual o enunciador está inserido que o faz assumir um determinado modo de enunciação. Para este autor, a noção de *ethos* discursivo caracteriza-se como mais uma instância dos discursos que deriva de uma Semântica Global e, por conseqüência, está atrelada aos processos de adesão dos sujeitos aos discursos. A noção de Semântica Global, como vimos anteriormente,

tem a ver, de forma geral, com a capacidade de os sujeitos falarem de acordo com as regras específicas de uma formação discursiva, isto é, os sujeitos mostram-se capazes de identificar e aderir a essas regras e, a partir disso, produzir novos enunciados. Em outras palavras, os dizeres dos sujeitos são condicionados pelo conjunto de regras que caracterizam cada formação discursiva e ideológica.

Nesse contexto, Maingueneau (1984/2005) retoma a noção de *tom*. O modo de enunciação remete a um *tom* ou a uma *voz*, que se apóia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um caráter (conjunto de traços psicológicos) e a de uma corporalidade (maneira de vestir, movimentar-se e agir dentro do espaço social), que são atualizados por meio de uma personalidade que se revela pela enunciação, e não por meio do que o enunciador diz de si mesmo no texto. O *tom* (tanto do texto escrito quanto oral) permite ao leitor construir uma imagem do corpo do enunciador, mas não do corpo do autor efetivo, assim, a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador. Esse fiador, cuja figura o co-enunciador deve construir com base em indícios textuais de diversos tipos, vê-se investido de um caráter e uma corporalidade. Dessa maneira, diz-se que o *ethos* está na ordem do mostrado, e não na do dito. Isto remete à representação social, pois, a visão que uma determinada sociedade tem do corpo do enunciador depende dos imaginários coletivos que ela constrói para si, ou seja, os estereótipos²⁵, e cuja valorização ou desvalorização varia e é reforçada ou transformada pela e na enunciação.

“A qualidade do ethos remete, com efeito, à imagem desse ‘fiador’ que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado”

²⁵ Para a Análise do Discurso, o estereótipo, como representação coletiva cristalizada, é uma construção de leitura, uma vez que ele emerge somente no momento em que um alocutário recupera, no discurso, elementos espalhados e frequentemente lacunares, para reconstruí-los em função de um modelo cultural preexistente. (Dicionário de Análise do Discurso, 2004:215).

[...] “as idéias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneiras de ser”, sendo que a recíproca também é verdadeira, ou seja, as maneiras de ser comandam as maneiras de dizer, as idéias. (Maingueneau, 1998/2002:99).

De acordo com Maingueneau, quando se trata de discurso político, por exemplo, além da persuasão por argumentos, a noção de *ethos* possibilita fazer uma reflexão sobre o processo mais geral da adesão dos sujeitos a uma certa posição discursiva, e que não tem por objetivo provocar uma adesão imediata, mas que devem, de alguma forma, conquistar um público eleitor que tem o direito de aceitá-los ou recusá-los.

Ainda se tratando do domínio político, podemos dizer que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale, pois esses enunciadores constantemente ocupam a cena midiática, fazendo com que os co-enunciadores disponham de representações prévias do *ethos* desse enunciador. Mas mesmo que o co-enunciador desconheça o caráter do enunciador, apenas o fato de que um texto pertença a um gênero de discurso ou a uma certa postura ideológica, induz expectativas com respeito ao *ethos*.

Maingueneau fala também de incorporação referindo-se à maneira pela qual o co-enunciador se relaciona ao *ethos* de um discurso, isto é, o *ethos* deriva da delimitação de um lugar não só para o próprio enunciador do texto, mas também para o co-enunciador, cuja posição pode ser de adesão ou não. Sendo assim, a incorporação atua em três registros que são indissociáveis: a-) a criação de um *ethos* do fiador, conferido pelo co-enunciador a partir de indícios da própria enunciação; b-) a incorporação ou assimilação pelo co-enunciador desse *ethos*; c-) a constituição de um corpo formado pela comunidade imaginária que comunga na adesão de um mesmo discurso. Ou seja, a mobilização do co-enunciador frente a um discurso está de certa forma atrelada aos processos de incorporação que esse discurso desperta, que, por sua vez, decorrem dessa voz

(tom) e desse corpo que se constrói na enunciação. Trata-se, portanto, de uma estratégia de assimilação do *ethos* do enunciador, para que o co-enunciador incorpore um modo de ser no espaço social e, ao identificar-se com o *ethos*, passe a fazer parte de um corpo social.

Como vimos, a noção de *ethos* está associada a uma postura que vê na relação entre *o que* é dito e *como* é dito algo indissociável. Isto é, o conteúdo dos enunciados e o modo de dizer são mutuamente dependentes, e a partir desta relação que um universo de sentido se constrói em um discurso. Veremos, ainda, no próximo item, que o cenário em que se fala é parte igualmente relevante deste quadro interativo, em que todos os elementos mantêm entre si uma relação de dependência e complementaridade. Fala-se, assim em cena de enunciação.

2.6. A cena de enunciação

A cena de enunciação é *“uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado”* Maingueneau (In: Amossy, 2005:75). É importante considerar que uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de um tempo e de um espaço objetivamente determináveis do exterior. É preciso considerar que o que ocorre é um movimento de referência do interior do discurso para fora dele, isto é, a dêixis discursiva aponta para a cena em que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar. Enfim, trata-se de uma cena que valida a enunciação e ao mesmo tempo é validada por ela, e que recobre as noções de “cena englobante”, “cena genérica” e “cenografia”.

A cena englobante está relacionada à classificação pragmática de um discurso (religioso, político, científico...) enquanto que a cena genérica define os gêneros possíveis em que um discurso pode se manifestar: um editorial, um

sermão, um comício, um aforisma, etc. Há, portanto, uma relação de restrição entre cena englobante e cena genérica. Por fim, a cenografia caracteriza-se e é construída pelos elementos – textuais e gráficos, por exemplo – que compõe a cena enunciativa. O discurso, portanto, surge de uma cenografia específica e ao mesmo tempo a constrói e a legitima, estabelecendo que “essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar” (ibidem: 77). Os “papéis” dos sujeitos na enunciação (locutor-alocutário/enunciador – co-enunciador), constituem um dos fatores da cenografia discursiva.

A *cenografia* nos permite identificar os papéis discursivos assumidos pelo falante no seu discurso e a sua relação com o outro, assim como as coordenadas temporais e espaciais que se estabelecem na situação de enunciação. Entendemos que esse conceito na obra de Maingueneau se respalda numa construção progressiva com a finalidade de reafirmar uma certa independência do nível discursivo frente às evidências empíricas. Para o autor, a *cenografia* comporta uma “*dêixis*” *discursiva* que tem a mesma função da ‘*dêixis*’ da língua, isto é, definir o conjunto de referências articulado pelo triângulo: EU – TU (*locução discursiva*) – AQUI (*topografia*) – AGORA (*cronografia*). De acordo com o autor, são elas as que desenham os pontos de diferenciação/legitimação que o inscrevem sócio-discursivamente e que o instituem como realidade lingüística. Assim a cenografia “*define as condições de enunciador e de co-enunciador, mas também o espaço e o tempo a partir dos quais se desenvolve a enunciação*” (ibidem: 41-44).

Neste contexto, a topografia não se refere exatamente aos lugares onde os sujeitos interagem, mas se encarrega de delimitar o território desses sujeitos, a posição que devem e podem ocupar, na instância do discurso. É compreensível que, esse teatro da linguagem, podemos entender que o enunciador do discurso está definido em relação às formações discursivas. Já a cronografia é vista como um momento histórico do discurso, ao mesmo tempo em que seu sujeito em termos de lugar (posição na cadeia social).

Como parte integrante do conceito de cenografia, a locução discursiva, formada a partir do par da interlocução EU/TU, designada por Maingueneau por enunciador e co-enunciador, permite o levantamento do estatuto das pessoas que interagem nos textos em análise. Para melhor depreender o funcionamento da locução discursiva recorreremos às modalidades.

2.7. Modalidades

O estudo das modalidades é de grande relevância para este trabalho, pois estas são consideradas como parte da atividade ilocucionária, ou seja, são marcas que revelam a atitude do enunciador em relação ao co-enunciador e àquilo que é enunciado em sua própria fala.

O termo modalidade possui noções bastante diferentes conforme seja empregado por lógicos, lingüistas ou semioticistas. A lingüística e a semiótica se distinguem da lógica, pois não têm “*relação alguma com a ‘verdade’ que interessa tanto ao lógico, ou com a ‘realidade’, ou, dito de outra forma, com referentes factuais...*” (Charaudeau; Maingueneau, 2004:334). Como nossa pesquisa se desenvolve na Lingüística Aplicada, optamos por focar a reflexão sobre modalidades sob o ponto de vista dessa disciplina, ou seja, que trata as modalidades sob o ponto de vista dos interlocutores: as modalidades são facetas de um processo mais geral de modalização, de atribuição de modalidades ao enunciado, pelo qual o enunciador, em sua própria fala, exprime uma atitude em relação ao destinatário e um maior ou menor engajamento ou distanciamento do conteúdo de seu enunciado. Também pode ocorrer do uso das modalidades a apresentação do locutor como autoritário ou polêmico, ou seja, quando um locutor situa seu discurso no campo da necessidade, da certeza, do imperativo, das normas, seja qual for o eixo, o seu discurso apresenta-se como autoritário, pois o locutor irá manifestar um saber (explícito ou implícito) e obrigará o interlocutor a aderir a seu discurso, aceitando-o como verdadeiro e incontes-

tável (eu sei, portanto, é verdade), e para tal faz uso de lexicalizações do tipo: é certo, é preciso, é necessário, todos sabem, é impossível, não pode haver dúvidas, é dever de todos, etc; por outro lado, o discurso mostra-se polêmico quando o locutor não impõe (ou finge não impor) a sua opinião, deixando (ou fingindo deixar) ao alocutário a possibilidade de aceitar ou não os argumentos apresentados, de aderir ou não ao discurso que lhe é dirigido, portanto, o discurso apresenta-se como polêmico, predominando nele uma argumentação com base no *crer* (eu acho, portanto, é provável, possível, permitido, facultativo, etc).

Segundo Koch (2006), no momento de se depreender as modalidades, faz-se necessário recorrer a informações contextuais, e nos fala das três principais modalidades: epistêmicas, aléticas e deônticas. No eixo alético, é determinado o valor de verdade ou falsidade do conteúdo e de uma proposição, refere-se ao eixo da existência. No eixo epistêmico, revela-se a atitude de conhecimento do locutor, sua manifestação de crença em relação ao conteúdo veiculado; no eixo deôntico, inscreve-se a força ilocucionária, isto é, atos diretivos de fala que implicam ordem, obrigação e permissão. Essa modalidade relaciona-se também com o tempo em predicação de futuridade, na medida em que diz respeito à conduta obrigatória/permitida. Dessa maneira, situada no domínio da conduta, do dever, essa modalidade se origina do fato do enunciador manifestar uma tendência a controlar, os eventos manifestados em sua fala, que pode ser rastreado pelo uso do imperativo e do verbo modal com valor de permissão.

Os operadores modais, que viabilizam a posição do interlocutor frente ao enunciado produzido, em qualquer contexto interativo, são os seguintes:

- a) verbos auxiliares modais: poder, querer, dever, precisar, etc;
- b) predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc;
- c) advérbios modalizadores: necessariamente, educadamente, etc;

- d) construções de *auxiliar mais infinitivo*: ter de (mais infinitivo), precisar, necessitar (+infinitivo); dever (+infinitivo), etc;
- e) modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos do subjuntivo; futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese;
- f) verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, etc;
- g) operadores argumentativos: portanto, porque, pois, só, até, mas, e, etc;
- h) orações modalizadoras: tenho a certeza; sabem que, etc;

Os verbos auxiliares modais *poder*, *saber*, *querer* e *dever* têm carga semântica expressiva, pois auxiliam na interpretação das relações de poder (por exemplo, entre empregador e empregado, em ambiente de trabalho).

Os tópicos em que aparecem esses elementos modais podem ser marcados pelas considerações:

- a) os verbos *poder* e *dever*, como auxiliares modais, podem ser empregados para designar capacidade física, permissão ou eventualidade;
- b) o verbo modal *dever* pode exprimir uma obrigação interna e externa, além de probabilidade;
- c) o verbo auxiliar modal *saber* designa a idéia de certeza; e
- d) *querer* vai designar a força impositiva da vontade, que pode ser a do próprio sujeito ou de outro, tendo um vínculo muito forte com a noção de obrigação (Cervoni, 1987/1989).

O recurso às modalidades, neste trabalho, se faz pertinente, pois, seu estudo nos permitirá identificar, com mais profundidade, qual é o objetivo do locutor do discurso do P-SoL ao produzir o seu enunciado, perante o seu interlocutor e perante sua própria fala.

2.8. Negação

Como já vimos anteriormente, no item 2.2, há duas formas de identificarmos a presença de discursos Outros em um discurso, que segundo Maingueneau (1987/1997), se distinguem entre heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada (ou representada). Na heterogeneidade constitutiva, o discurso é dominado pelo interdiscurso (conjunto de discursos de um mesmo campo discursivo). No entanto, a heterogeneidade mostrada impõe-se no discurso por meio de marcas explícitas, como a presença da letra em itálico, a presença de aspas, do uso dos dois pontos, das “ilhas”, do discurso direto, indireto, indireto livre, do resumo com citação, da modalização discursiva (Segundo...), da modalização autonímica (o outro *eu* do enunciado), slogan, provérbio, verbos introdutórios (disse, protestou,...), negação (não deve). Dessa maneira, devido à grande incidência de ocorrências da negação em nosso *corpus*, privilegiaremos essa noção como uma marca de heterogeneidade mostrada.

O estudo das negações formuladas por Ducrot (1984/1987) nos permitirá depreender a função desempenhada por enunciados negativos na produção do sentido de um texto, revelando o cruzamento das várias vozes que atravessam esses enunciados, determinando, por meio do documento programático, o papel/posição do locutor²⁶, enunciador e co-enunciador.

²⁶ Em nossa análise, embora sigamos a concepção polifônica de Ducrot, não adotamos a distinção terminológica locutor x enunciador, mas nos baseamos na concepção de Maingueneau.

Para Ducrot (1984/1987), há uma distinção entre locutor e enunciador, a saber: por locutor compreende-se um ser apresentado como responsável pelo enunciado, ao passo que ao enunciador, mesmo que possua voz na enunciação, não se pode atribuir palavras precisas, pois a enunciação expressa apenas o seu “ponto de vista”. Já, no enunciado do locutor, podem ser encontrados diversos pontos de vista que correspondem ao seu, além disso, esse autor estabelece ainda algumas relações que se revelam no embate entre enunciador e co-enunciador. Isso permite afirmar que se trata de pessoas diferentes, e, dessa forma, torna-se necessário distinguir locutor/enunciador, fazendo com que se possa ajustar e integrar as proposições a um quadro mais geral.

Em um enunciado negativo, é preciso distinguir duas proposições: uma primeira e uma outra que a nega, sendo assim, segundo Ducrot (ibidem) haveria uma dissimetria entre enunciados negativos e afirmativos, uma vez que a afirmação estaria implícita na negação de um modo muito mais fundamental que a negação na afirmação. Esse autor explica essa dualidade pressuposicional da negação da seguinte maneira:

“...a maior parte dos enunciados negativos [...] é analisável como encenação do choque entre duas atitudes antagônicas, atribuídas a dois “enunciadores” diferentes: o primeiro personagem assume o ponto de vista rejeitado e o segundo, a rejeição deste ponto de vista.”
(Ducrot, 1987, *apud* Maingueneau, 1987/1997:80)

Em sua obra “Princípios de Semântica Lingüística” (1977), ele afirma que existem dois tipos de negação: descritiva e metalingüística (polêmica), mas, com o tempo, a negação sofreu algumas reformulações. Com o propósito de conciliar sua abordagem dos enunciados negativos com uma visão polifônica da linguagem, ele procedeu a uma revisão teórica do fenômeno, passando a subdividir a antiga negação polêmica em dois tipos distintos: a-) que denominou

negação metalingüística e negação polêmica e b-) redefinindo o conceito de negação descritiva. Sendo assim, na obra *O dizer e o dito* (1987), passa a ser o seguinte, o quadro teórico: a negação metalingüística coloca em cena um locutor responsável pelo enunciado positivo implícito, agindo sobre seus pressupostos; a negação polêmica se define como sendo a que coloca em cena não um locutor, mas um enunciador responsável por uma afirmativa virtual implícita e a negação descritiva passa a ser caracterizada como um derivado delocutivo da negação polêmica.

Vejamos os exemplos (1) e (2): (1) Não há uma nuvem no céu. (2) Este muro não é branco. Ao enunciar (1), o locutor descreve um estado de coisas que pode ser parafraseado como *O céu está completamente limpo*, dessa forma, trata-se de uma negativa descritiva. Esta negação refere-se, então, à negação de estado de coisas, o que não impede, segundo Ducrot, que o mesmo enunciado possa ter utilização polêmica. Em (2), temos uma contestação, que se opõe a uma asserção anterior: *este muro é branco*, tratando como negação metalingüística (neste caso, coincide com a polêmica), por constituir um verdadeiro ato de negação, de refutação do enunciado positivo correspondente.

Segundo Moeschler (1998 *apud* Maingueneau, 1987/1997:82), distinguem-se três tipos de refutação, por meio da negação polêmica: a-) retificação: a refutação incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado: (3) A eleição de Lula não era provável, mas certo pela Globo. b-) refutação proposicional: a refutação diz respeito ao conteúdo posto em seu conjunto, e os pressupostos do enunciado rejeitado são conservados. É associada a um ato de justificação: (4) Lula não é popular, porque ninguém se desloca para ouvi-lo. c-) refutação pressuposicional: a refutação visa ao pressuposto. Refuta então a pressuposição associada ao enunciado rejeitado, ou seja, a segunda enunciação justifica a primeira, especialmente porque a negação incide sobre o pressuposto. Vem necessariamente acompanhada de uma justificação: (5) Lula não está menos popular, jamais o foi.

Para encerrar este tópico negação, enfatizamos uma das contribuições de H.Nolke (1992) a respeito dessa questão, em que ele assume que toda negação é essencialmente polêmica, e admite, contudo, a possibilidade de o contexto exercer um papel relevante na interpretação dos enunciados negativos. Sendo assim, o contexto pode, de fato, autorizar uma leitura descritiva de um enunciado negativo. Com efeito, um enunciado como “Não é permitida a entrada em trajes de banho” (cuja finalidade é apresentar, descrever uma certa maneira de se vestir apropriadamente em determinados locais mais sofisticados) seria mais provavelmente interpretado como descritivo, ficando, no entanto, descartada a possibilidade de uma leitura polêmica em tal contexto.

Dessa maneira, assumiremos que o contexto de ocorrência de um enunciado negativo pode, de fato, representar um fator relevante para sua interpretação como predominantemente polêmico ou descritivo. Nessa pesquisa, não se pretende investigar a negação descritiva, mas sim a polêmica, levando-se em conta o contexto em que esses enunciados negativos foram escritos.

3.

Análise do *Corpus*

3.1. Apresentação

Este capítulo está destinado a reunir e a expor os critérios iniciais que nos levaram a definir o *corpus* desta pesquisa e seu interesse, a composição organizacional do Documento Programático, sua coleta e o critério de delimitação do *corpus*, assim como, a análise do nosso trabalho, tendo em vista a proposta de verificar como se articula do ponto de vista lingüístico-discursivo o surgimento de um partido, o P-SoL, que nasce a partir e contra um outro partido já existente, o PT. Para tanto, temos dois objetivos a alcançar, primeiro analisar a interdiscursividade no documento, de modo a se depreender a relação polêmica que se estabelece entre o *novo* discurso e a formação discursiva petista, e segundo, analisar o *ethos* do P-SoL, no documento, *ethos* em princípio construído para constituir-se como identidade renovada da esquerda brasileira, e via interdiscursividade, o *ethos* do PT, partido do qual o P-SoL é uma dissidência. Para tanto, faremos uma análise seguindo os preceitos da Semântica Global, utilizando-nos de seus conceitos, noções e categorias de análise de acordo com Maingueneau (1984/2005, 1987/1997, 1998/2002). Para atingirmos os nossos objetivos, e responder a nossa pergunta de pesquisa analisaremos em primeiro lugar a cenografia, que de acordo com Maingueneau (1998/2002), se estabelecem em todos os discursos, *“um enunciado institui seus sentidos materializados em cenografias discursivas variadas, a partir da articulação do conjunto de referências construídas pelos enunciadores discursivos (um EU que se dirige a um TU: locução discursiva), pelas marcas que caracterizam um*

tempo (cronografia) e um lugar (topografia)”. Em segundo lugar, as marcas de pessoa que é um dispositivo considerado como um recurso lingüístico utilizado pelo enunciador para instituir-se no enunciado, e relacionar-se com o outro, o seu co-enunciador, na apresentação do programa de governo que foi sustentado por este documento na candidatura da ex-senadora Heloísa Helena em 2006.

Em terceiro lugar, analisamos as modalidades, pois estas refletem o posicionamento do enunciador-fiador em relação ao seu dito, ao mesmo tempo em que revelam a sua postura em relação ao seu oponente, criando o seu *ethos*. Sendo assim, como um quarto passo, depreendemos o *ethos* do P-SoL, *ethos* esse construído para constituir-se como identidade renovada da esquerda brasileira; e via interdiscursividade, o *ethos* do PT, partido do qual o P-SoL é uma dissidência, atingindo assim, o nosso objetivo primeiro. Por último, iremos analisar a interdiscursividade de modo a se depreender nela a relação polêmica que se estabelece entre o *novo* discurso e a formação discursiva petista, que é o nosso segundo e último objetivo a ser alcançado; e também, a negação, recurso muito utilizado pelo enunciador do documento, e por esse motivo iremos investigar de que forma e em que sentido esse dispositivo foi utilizado no documento. Ao término da análise pretendemos responder à pergunta de nossa pesquisa, apresentada no início deste capítulo.

3.2. Interesse do *corpus*, composição organizacional do documento programático e sua coleta

Nossa primeira intenção com essa pesquisa, era fazer uma análise lingüístico-discursiva dos Programas de Governo de dois partidos políticos, do PT e do P-SoL, cujos candidatos Lula e Heloísa Helena, respectivamente, estavam disputando o cargo à presidência da república, nas últimas eleições, em 2006. Isso não foi possível, pois o P-SoL não possui um programa de governo, mas sim, um Documento Programático que serviu, para o debate interno, de base

para as posições que a então candidata Heloísa Helena expressou nas entrevistas e no programa eleitoral. Este documento não foi divulgado, e somente pôde ser adquirido por meio de um contato telefônico com um membro²⁷ da Executiva Nacional do P-SoL, no Senado Federal, em Brasília, que nos fez a gentileza de enviá-lo por e-mail²⁸. Não havendo, portanto, dois programas similares que pudéssemos ter em mãos para realizar nossos estudos, optamos por analisar somente o documento programático do P-SoL, e colher nesse único texto, por meio de uma análise lingüístico-discursiva, todas as informações necessárias para responder a nossa pergunta de pesquisa: como se articula do ponto de vista lingüístico-discursivo o surgimento de um partido, o P-SoL, que nasce a partir e contra um outro partido já existente, o PT? Com o documento em mãos, consideramos que seria necessário estabelecer critérios para o recorte do *corpus*, dessa forma, optamos por fazer uma análise mais densa incluindo a negação, e portanto, o nosso recorte ficou entre a Introdução e a Conclusão do documento programático, pois a proposta maior do P-SoL e as grandes linhas do partido, estão reunidas nessas duas partes. Sendo assim, na análise contemplaremos o recorte do *corpus* formado pela Introdução que está situada entre as páginas 3-9 do documento, e a Conclusão, entre as páginas 42-45.

A escolha da opção por esses dois partidos se deu pelo fato do P-SoL ter se constituído, como um *novo partido político*²⁹, pelo rompimento, de muitos de seus membros, com o PT, em meio a uma crise política aberta que provocou uma mudança qualitativa no cenário político nacional.

²⁷ O Sr. Luiz Araújo é membro da Executiva Nacional do P-SoL, no Senado Federal, em Brasília, e nos autorizou a utilizar o documento programático para a nossa pesquisa.

²⁸ Cópia do e-mail enviado pelo Sr. Luiz Araújo encontra-se nos Anexos.

²⁹ A cópia dos documentos sobre o “Lançamento do P-SoL” e sobre a “Fundação do P-SoL”, encontram-se em anexo.

Este documento programático³⁰ da Frente de Esquerda P-SoL-PSTU-PCB possui uma introdução composta por quinze itens (págs. 3-9), e quatro blocos temáticos, totalizando 45 páginas, cuja distribuição é a seguinte: A alternativa macroeconômica (págs.10-28); A dinâmica do novo ciclo (págs.29-34); A distribuição da renda e riqueza (págs.35-41); e População e território (págs.42-45). Em seu conteúdo estão reunidas as principais questões políticas, econômicas e sociais do país, abordadas pelo enunciador do documento. Também percebemos as críticas que faz ao governo atual de Lula, assim como ao governo anterior, de FHC. Aponta os pontos negativos da situação atual do Brasil, e apresenta medidas a serem tomadas para que os problemas existentes sejam paulatinamente solucionados, com novas propostas apontando para um conjunto de ações, que irão modificar o panorama político, social e econômico desta nação.

No próximo item faremos a análise do *corpus*. O espaço discursivo, delimitado para operacionalizar tal análise envolve o Documento Programático do P-Sol, por meio do qual depreendemos, recorrendo à noção de primazia do interdiscurso, o discurso do PT. Tal espaço discursivo foi escolhido tendo em vista esses discursos serem protagonistas de uma polêmica instaurada formalmente quando da constituição do P-Sol como partido independente.

3.3. A constituição da cenografia

De acordo com Maingueneau (1998/2002:87), “*todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima*”, e essa cena não aparece de repente no interior de um espaço/tempo já

³⁰ Documento Programático: todas as páginas que se referem à este documento, foram mantidas de acordo com a impressão do mesmo originalmente, não são compatíveis com as páginas da dissertação. O número das páginas do documento programático se localizam na parte inferior.

construído e independente, essa cena vai sendo validada progressivamente por meio da própria situação de enunciação da qual os conteúdos se manifestam. Dessa maneira, em um primeiro momento, pretendemos encontrar por meio da análise desse *corpus*, qual é a cenografia construída pelo Documento, trazendo pistas para podermos identificar o *ethos* que vai se revelando por meio da enunciação, ou seja, o *ethos* do P-SoL, *ethos* em princípio construído para constituir-se como identidade renovada da esquerda brasileira; e via interdiscursividade, o *ethos* do PT, partido do qual o P-SoL é uma dissidência, sendo este o primeiro objetivo da pesquisa.

De acordo com o quadro teórico da AD, o discurso constrói um quadro enunciativo, ou seja, ele envolve o enunciador desse discurso em uma determinada “cena enunciativa”, e esta cena, este “lugar”, são compostos por três cenas: a englobante, a genérica e a cenografia. A cena englobante que corresponde ao tipo de discurso que ora analisamos, é a do discurso político. A cena genérica que diz respeito ao gênero do discurso é a do Documento Programático da Frente de Esquerda, P-SoL – PSTV – PCB; mas o que mais nos interessa na análise do discurso deste documento é a cenografia, que, segundo Maingueneau, pode ser definida como um correlato da própria enunciação. Ela leva o quadro cênico (cena englobante e cena genérica) a se deslocar para um segundo plano, pois quando há uma cenografia em um texto, é por meio dela que esse texto se “mostra” ou se “dá a conhecer” a seu co-enunciador. Vejamos neste primeiro item transcrito abaixo, como o recurso à noção de cenografia nos permitirá perceber o mecanismo pelo qual a enunciação se autolegitima na instituição de um enunciador, um co-enunciador, um tempo e um espaço discursivos, que se desenvolvem no interior do próprio texto, pois ao enunciar, o enunciador se concede um certo lugar e atribui um lugar complementar ao outro, ao co-enunciador.

3.3.1. Topografia e cronografia

Nesse segundo momento de nossa análise, achamos pertinente caracterizar a cenografia do Documento, pois tratando-se este de um gênero discursivo, possui um quadro cênico específico, a figura do enunciador, o fiador, e a figura correlativa do co-enunciador são associadas a uma topografia (um lugar ou espaço), e a uma cronografia (um momento), ou seja, o discurso surge de uma cenografia específica e ao mesmo tempo a constrói e a legitima, estabelecendo que “essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém a política, a filosofia, a ciência...” (Maingueneau, 1984/2005:77).

No documento programático, identificamos informações espaço-temporais que nos permitiram situar o Brasil como um espaço geográfico-político que desde sua origem fora organizado para servir ao mercado mundial, mas que deverá daqui pra frente organizar-se para si mesmo. Identificamos três momentos do Brasil político-social e econômico, que são marcados por um enunciador, no tempo passado, no presente e no futuro. Este enunciador valoriza o passado histórico-cultural brasileiro, reconhecendo a força de um povo “novo, uno e diversificado”, passado que também corresponde aos últimos 25 anos, de 1981 até 2006, ou seja, ao momento pós-ditadura militar, reconhece o presente que está em crise, e apresenta para o futuro propostas de *mudanças* para democratizar este espaço de grandes potencialidades que é o Brasil. De acordo com essas observações, entendemos que a cenografia instaurada no documento programático do P-SoL é a cenografia da MUDANÇA. As propostas de mudanças feitas pelo enunciador são de extrema urgência e atingem todos os setores, econômico, político e social, pois nada está bom, “*Estamos em uma encruzilhada.*” (pág.4 linha12)³¹ como “ele”(enunciador) mesmo diz, e mais:

³¹ Todas as páginas juntamente seguidas dos números da linha de cada exemplo citado nesta pesquisa, refere-se às páginas do documento programático do P-SoL, que está localizada no canto direito inferior de cada folha do documento no anexo 1.

“...a nossa existência como Nação soberana e sociedade organizada já está em perigo”, (pág.4 linha 39)

“...há um mal-estar disseminado e crônico, que de tempos em tempos se torna agudo e dramático.”, (pág.3 linha 13)

“ A atual crise brasileira é dolorida, profunda e duradoura.”
(pág.5 linha 3)

“Nossa história recente é uma impressionante seqüência de promessas frustradas.” (pág.5 linhas 8 e 9)

“A solução que tem predominado é a da apartação, do medo e do ódio. Ela não pode mais prosseguir, pois já fracassou.” (pág.5 linha 10)

“Grande parte do povo brasileiro não tem assegurados direitos humanos fundamentais, a começar pelo direito à vida.” (pág.8 linhas 15-17)

‘...o nosso sistema político...Submetido a um estilo de governabilidade baseado no loteamento de cargos e na corrupção, o Estado nacional vive uma situação terminal.’ (pág.8 linhas 17-20)

“Submetidos permanentemente à ameaça de fuga de capitais, passamos a viver em situação de eterna emergência econômica,...”
(pág.9 linhas 2-4)

Fizemos um quadro para que pudéssemos identificar melhor esses momentos espaço-temporais na construção da cenografia deste documento, vejamos a seguir:

Quadro nº 1

Topografia e Cronografia no Doc. Programático			
Topografia	Cronografia		
Brasil	Passado	Presente (crise)	Futuro (mudanças)
– espaço do Estado Nacional que necessita de mudanças	1981 – 2006 – período pós-ditadura militar – história que registra grande êxito e também um enorme fracasso – serviu ao mercado mundial – o Brasil de poucos	– o Brasil da crise – da economia de baixo crescimento – da renda per capita estagnada – da pequena política – que ainda serve o mercado mundial – Nação não soberana – sociedade não organizada	– o Brasil das mudanças – o Brasil de todos – terá que se organizar para si mesmo – Nação soberana – sociedade organizada

Verificamos que, com respeito às MUDANÇAS, as propostas são muitas, como por exemplo, democratizar a riqueza, a terra, a informação, o acesso à cultura, mas a intencionalidade é uma só, ou seja, refundar a nação para promover o reencontro dos brasileiros. Observamos também que nesse tipo de

gênero, há a presença marcante de um **Nós** identificando um enunciador ora inclusivo ora que se afasta da situação de enunciação, que tem autoria do documento programático da Frente de Esquerda P-SoL, PSTU e PCB, que lançou a candidata Heloísa Helena. No que diz respeito à construção da cronografia, percebemos que as marcas de tempo são bastante redundantes nos enunciados da língua, do discurso, e fazem parte dos tempos do *mundo comentado*, segundo H. Weinrich (1964 *apud* Koch, 2006:35)³². O uso do presente do indicativo e locuções (“estamos”, “somos”, “é”, “precisamos”, “defendemos”, “devemos”, “aceitamos”, “precisamos democratizar”) faz com que o enunciador esteja comprometido com seu discurso, pois ele trata de situações que o afetam diretamente. Por outro lado, as marcas de tempo do futuro do indicativo e as locuções verbais compostas pelo mesmo (“veremos”, “será possível”, “permitirá”, “será necessário”, “furtará”), que predicam futuridade, fazem com que o co-enunciador tenha que tomar uma atitude, uma posição em relação ao que foi comentado pelo enunciador.

Por meio dessas considerações feitas, podemos perceber que a imagem do enunciador vai se construindo, e que é compatível com um *ethos* de indignação; e também, podemos detectar que a partir do segundo item que apresentaremos a seguir, como vai sendo construído o *ethos* do partido da situação, do qual esse enunciador fez parte, se desligou e contra ele surgiu. A cronografia corresponde aos últimos 25 anos, de 1981 até 2006. Todos os fatos aqui mencionados ocorreram nesse período, ou seja, é o período pós-ditadura. No

³² H. Weinrich (1964 *apud* Koch, 2006:35), no terceiro capítulo, trás uma proposta analisada por Koch sobre a função dos tempos verbais no discurso e que aqueles se dividem em dois grupos: no primeiro, o presente, o pret. perf. composto, o fut. do pres., o fut. do pres. composto do indicativo, são tempos do mundo comentado, a este pertencem o drama, a lírica, o ensaio, o comentário, o diálogo: o falante está sempre em tensão, o discurso é dramático; no segundo, o pret. Perf. Simples, o pret. Imperf., o pret. Mais que perf., o fut do pret., são tempos do mundo narrado, ou seja, a ele pertencem todos os tipos de relato, literários ou não, tratando de eventos relativamente distantes, permitindo aos interlocutores uma atitude mais descontraída.

que concerne à topografia, não há dúvidas que os fatos ocorreram no Brasil, o Brasil da transformação, da mudança, do desemprego, do impasse, da crise.

3.3.2. Identificação e levantamento dos embreantes de pessoa

O emprego dos embreantes de pessoa irá nos ajudar a depreender como se estabelece a relação entre enunciador e co-enunciador, pois a interpretação desses embreantes é indissociável da cena enunciativa implicada em cada texto. A cena enunciativa implica um enunciador que enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do enunciador, tomado como ponto de referência. Dessa forma, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia, ou seja, o aqui é o espaço do *eu* e o agora é o momento da enunciação. Segundo Benveniste (1966/1989), *eu* é aquele que diz *eu*, o *eu* existe por oposição ao *tu*. Sendo assim, o *eu* estabelece uma outra pessoa, aquela à qual ele diz *tu* e que lhe diz *tu*, quando, por sua vez, toma a palavra. Dessa maneira, a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso, e por isso, em nossa análise, fizemos um levantamento, e detectamos que *nós* é a que aparece em maior número de ocorrências, seguida pelo *ele(s)*. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro nº 2

Documento Programático do P-SoL: marcas de pessoa – Nós/Ele(s)	
Trechos identificadores	Trechos identificadores
Nós inclusivo	Ele(s)
<p>(a) “Transitamos da condição de uma economia de alto crescimento para a de uma economia de baixo crescimento”; (pág.3 linha 1)</p> <p>(b)“colocamos o Estado nacional na condição de refém do sistema financeiro”; etc.(pág. 3 linha 5)</p> <p>(c)“Precisamos transformar a disseminação do aprendizado em prioridade nacional (pag 42 linha 33)</p> <p>(d)“Somos um país de jovens”. (pág.43 linha 9)</p> <p>(e)“Temos também um continente à espera de integração.” (pág.43 linha 34)</p>	<p>(a)“Os grupos mais bem-posicionados para participar do mercado mundial” (pág.5 linha 15)</p> <p>(b)“Precisam ser afastados os grupos ansiosos por enriquecer ultrapidamente na especulação,” (pág. 42 linha 2)</p> <p>(c)“O Brasil será convocado a realizar um mutirão educacional” (pág. 42 linha 32)</p> <p>(d)“Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social.” (pág. 5 linha 36)</p>

O *nós* não é efetivamente uma coleção do *eu*, “*é um eu expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos*”; “*a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa*” (Benveniste, 1966/1989).

Nos recortes transcritos abaixo, retirados do 1º recorte da introdução do documento, encontramos um *Nós* genérico e inclusivo, que designa não uma soma de indivíduos, mas um sujeito coletivo, ou seja, todas as pessoas que se identificam com os aspectos apontados, inclusive o enunciador, pois está se referindo à situação que o Brasil passou nos últimos 25 anos, a uma fase de transição, salientando os aspectos positivos e negativos, mas por meio de uma determinada visão, de um posicionamento assumido por um determinado grupo ideológico social. Vejamos o quadro a seguir:

Nós (inclusivo) = todos os brasileiros + eu (enunciador)
(genérico) (recorte 1, pág. 3, linhas 1-20)

(*nós*) “*Transitamos da condição de uma economia de alto crescimento para a de uma economia de baixo crescimento*”;
(pág.3 linha 1)

(*nós*) “*aprofundamos a nossa posição periférica no mundo*”;
(pág.3 linha3)

(*nós*) “*urbanizamos maciçamente a população*”; (pág.3 linha 4)

(*nós*) “*eliminamos os principais mecanismos de mobilidade social*”;
(pág. 3 linha 5)

(nós) “colocamos o Estado nacional na condição de refém do sistema financeiro”; etc . (pág. 3 linha 5)

No segundo parágrafo deste primeiro recorte, que será transcrito abaixo, encontramos uma outra marca de pessoa, **as pessoas** que designa ao “eles” dito **coletivo** para referir-se a um sujeito indeterminado, neste caso a um grupo, Maingueneau (1998/2002). Vejamos os recortes:

As pessoas (grupo ou conjunto indefinido) = elas - eu (enunciador)
(2º§ do recorte 1 pág.3 linhas 14-16)

“As pessoas reconhecem o perigoso presente, em que vivem, e pressentem um futuro incerto para si e para seus filhos”. (pág.3 linhas 14-16)

(As pessoas) “Já sabem que é preciso mudar, mas ainda não sabem como e para onde mudar”. (pág.3 linhas 16 e 17)

Estes dois recortes aparecem no texto seguinte: (pág. 3 linhas 12-20)

“Atuando de forma combinada, esses processos lançaram o Brasil em tremendos impasses. Há um mal-estar disseminado e crônico, que de tempos em tempos se torna agudo e dramático. As pessoas reconhecem o perigoso presente, em que vivem, e pressentem um futuro incerto para si e para seus filhos. Já sabem que é preciso mudar, mas ainda não sabem como e para onde mudar. A necessidade de transformar as circunstâncias vigentes é clara, mas o caminho

para isso permanece indefinido. Sem ter sido tomada, a decisão de mudar fica pendente, mas a necessidade de tomá-la não desaparece. Isso é a crise”.

Esse sujeito indeterminado *as pessoas* é um “eles” que designa uma coletividade, uma pluralidade, considerada amplamente e constituída de indivíduos indeterminados. O enunciador refere-se a esse *as pessoas*, pois quer mostrar um certo distanciamento entre ele/enunciador e as pessoas (população insatisfeita), esclarecendo que tem consciência plena em relação à situação de crise que se encontra o país, e ele, assim como “as pessoas” sentem a necessidade de mudança, mas ainda não conhecem o “caminho” certo a ser trilhado. Neste primeiro momento do Documento, percebemos uma intranqüilidade por parte do enunciador, uma insatisfação, e assim como (as pessoas) ele também está descontente, perdido, sem saber que rumo seguir, mas ele buscará uma solução, “...a decisão de mudar fica pendente, mas a necessidade de tomá-la não desaparece”. (pág. 3 linhas 18 e 19)

Nós (inclusivo) = todos (os brasileiros) + eu (enunciador)

(recorte 3 pág.4 linhas 3-8)

“Nas campanhas eleitorais, o povo é infantilizado, e os candidatos, o mais das vezes, disputam quem promete fazer mais caridade. Não debatemos as questões fundamentais: Tem sentido existir Brasil? Qual Brasil? O que nos une? Por que perdemos a capacidade de nos desenvolver? Que tipo de desenvolvimento nos interessa?” (recorte 3 p. 4 linhas 3-8).

Neste recorte deparamo-nos com um *nós* com significado de todos os brasileiros inclusive eu (enunciador). Neste momento, o enunciador se afasta

novamente da posição de sujeito e assume a posição de cidadão brasileiro, demonstrando que também está cansado das promessas dos candidatos, que prometem resolver os problemas do povo carente e sofrido para ganhar as eleições, e que não procuram trazer soluções, impedindo assim, que este país se desenvolva e tenha um futuro promissor.

(Nós) “Não debatemos as questões fundamentais:” (pág.4 linha 5)

“Por que (nós) perdemos a capacidade de nos desenvolver?”

(pág.4 linha7)

(Nós) “Queremos mesmo nos autogovernar?” (pág. 4 linha)

Nossa história ----- (positivo) Nós (inclusivo) = todos + eu

Nossa história ----- (negativo) Ele = esse povo; nosso povo - (menos) eu

(recorte 4 pág.4 linha 12)

No recorte 4 da página 4, percebemos que o enunciador refere-se à **nossa história** sob dois aspectos, um positivo e outro negativo. Ao enfatizar o aspecto positivo, ele ressalta que o povo brasileiro está unido, aberto, e olhando sempre para um futuro promissor. Neste momento, o enunciador utiliza um “nós” inclusivo, em que o eu (enunciador) junta-se ao todos os brasileiros (co-enunciador); vejamos a seguir: (recorte 4 pág.4 linhas 12-25)

“Estamos em uma encruzilhada. Nossa história registra um êxito extraordinário: tendo como ponto de partida grupos desenraizados,

(...) (Nós) Falamos a mesma língua, (Nós) habitamos um território generoso, (Nós) fundamos um Estado, (Nós) estruturamos um sistema econômico, (Nós) constituímos memória e sentimentos comuns. (Nós) Estamos unidos por uma clara identidade nacional(...) (Nós) Somos o maior povo novo do mundo moderno". (recorte 4 pág.4 linhas 12-25)

Entretanto, quando o enunciador aponta os aspectos negativos, ou seja, ao fracasso da *nostra história*, ele se afasta, apontando “esse povo”, “o nosso povo”, a um “ele” – (menos) eu (enunciador). A “esse povo” e “nosso povo”, encontramos uma referência ao “ele”, que é um substituto pronominal de um grupo nominal, é aquele de que “eu” e “tu” falamos. Para Benveniste (1966/1989, 230-232) o “eu” e o “tu” são sempre os participantes da comunicação, enquanto que o “ele” designa qualquer ser ou não designa ser nenhum, ou seja, usa-se apenas a 3ª pessoa, quando a pessoa não é determinada. “Eu” e “tu” são reversíveis na situação de enunciação, isto é, quando dirigimos a palavra a alguém, ele é o “tu”; quando ele me responde, ele passa a ser “eu” e eu torno-me “tu”. Entretanto, não é possível a reversibilidade com o “ele”. A 3ª pessoa é a única com que qualquer coisa é predicada verbalmente. Desta maneira, uma vez que ela não implica nenhuma pessoa, pode representar qualquer sujeito ou nenhum e esse sujeito, expresso ou não, não é jamais instaurado como participante da situação de enunciação. Sendo assim, para Benveniste, a chamada categoria de pessoa possui duas correlações: 1-) a da *pessoalidade*, em que se opõem pessoa (eu/tu) e não pessoa (ele), participantes da enunciação e elementos do enunciado; 2-) a da *subjetividade*, em que se contrapõem *eu vs tu*; a primeira é a pessoa subjetiva e a segunda é a pessoa não subjetiva. Sendo assim, não se pode esquecer que é a situação de enunciação que especifica o que é pessoa e o que é não pessoa, pois é ela quem determina quem são os participantes do ato enunciativo e quem não participa dele. O *eu* e o *tu* são consideradas pessoas do discurso e o *ele*, a não-pessoa.

Como vimos anteriormente, fica claro que esses grupos nominais “esse povo” e “nosso povo” não participam da situação de enunciação, e são utilizados pelo enunciador como um recurso para se distanciar dos aspectos negativos que são apresentados no texto do documento. Vejamos a seguir: (recorte 4 pág.4 linhas 26-34).

“(...) Nossa história também registra, porém, um enorme fracasso: esse povo não assumiu até hoje o controle de sua Nação. O estatuto colonial originário transmutou-se em dependência externa: o escravismo prolongado, em gigantescas desigualdades sociais.

Até recentemente, essa situação (...) Agora não pode mais: o crescimento demográfico, a concentração em grandes cidades, o acesso à informação e a maior capacitação técnica colocaram o nosso povo diante de um dilema incontornável”. (recorte 4pág.4 linhas 26-34).

Nós (inclusivo) = todos + eu (enunciador)

(recorte 5 pág.5 linhas 3-30)

Neste 5º recorte, novamente nos deparamos com um *Nós* inclusivo pois menciona fatores positivos, sendo que o *eu (enunciador)*- faz parte. Mesmo ao mencionar a crise brasileira, o *eu (enunciador)* demonstra que há perspectivas de um novo futuro: (recorte 5 pág.5 linhas 3-5)

“5. A atual crise brasileira é dolorida, profunda, duradoura .Mas contém perspectivas de futuro. (Nós)Estamos vivendo as dores de um parto, o parto de um povo maduro, capaz de controlar o próprio destino.” (recorte 5 pág.5 linhas 3-5)

O povo = eles - eu (enunciador)
--

Novamente, ao salientar os aspectos negativos, o *eu (enunciador)* se afasta:

“(...) Há muitos anos a crise se mantém, tendendo a agravar-se, pois a única solução possível para ela – fazer o povo comandar a sua Nação, para resgatá-la e desenvolvê-la – ainda não foi alcançada.”
(recorte 5 pág.5 linhas5-8)

Os grupos = eles - eu (enunciador)

O *EU* se afasta, dando lugar ao *Eles*:

“(...)Os grupos (eles) mais bem-posicionados para participar do mercado mundial tentam desfazer qualquer contato com os demais, desligando seu padrão de vida, seus valores, a forma de denominar suas riquezas – portanto, o seu próprio destino (...) Pedem (eles) a criação de instituições blindadas e áreas de circulação restringida, (...)” (recorte 5 pág.5 linhas15-19)

Nos próximos recortes, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º, há um Nós inclusivo, ou seja, um Nós (P-SoL) que defende outro caminho:

Nós (inclusivo) = P-SoL

“6. Nós defendemos outro caminho: refundar a Nação para promover o reencontro dos brasileiros.” (p.5 linhas 31-32)

“7. Precisamos democratizar a riqueza.” (p.6 linha 3)

“8. Precisamos democratizar a terra, (...)” (p.6 linha 14)

“9. Precisamos democratizar a informação, (...)” (p.6 linha 26)

“10. Precisamos democratizar o acesso à cultura, (...)” (p.7 linha 26)

Nós (inclusivo) = todos + eu (enunciador)
--

No 11º recorte, o Nós, aponta um passado recente bastante ruim, resultado de inúmeras falhas, do qual o PT participou. O Nós é inclusivo, e este se mostra bastante descontente com os aspectos negativos apontados.

“11. Os últimos dezesseis anos têm sido marcados, (...) (nós) Assistimos a um golpe de Estado dado por partes, estendido no tempo.” (recorte 11 pág.7 linhas 15-18)

O Brasil (o povo brasileiro) = ele - eu (enunciador)
--

No 12º recorte, *ele* é a terceira pessoa de quem se fala, portanto, novamente é utilizado este recurso com o propósito de distanciar o enunciador, do povo brasileiro (*ele*), pois este é considerado pelo *Eu* como um ser sujeitoado, característica que não vai de encontro ao enunciador do documento (*eu*). Vejamos:

“12. Os monumentais fracassos dessas políticas são sempre imputados aos elos mais fracos. (...) Sujeitado a esse pensamento, o Brasil (ele) se tornou incapaz de definir uma agenda própria de desenvolvimento. Deixou (ele) de reconhecer (...) Abandonou (ele) a idéia (...) Acostumou-se (ele) a viver em crise crônica.” (recorte 12 pág. 7 linhas 34-37 e pág. 8 linhas 1-12)

O outro (ele) – eu (enunciador)
--

Neste 13º recorte, o enunciador aponta os motivos da crise enfrentada pelo povo brasileiro, e os principais responsáveis, mas sempre se mantendo afastado, distante: (recorte 13 pág. 8 linhas 15-36)

“13. [...]Grande parte do povo brasileiro não tem assegurados direitos humanos fundamentais, a começar pelo direito à vida. (...)

Há muitos anos, forças de natureza supranacional(elas), (...) controlam diretamente duas instituições-chave: o Ministério da Fazenda e o Banco Central. (...)

Forças de natureza subnacional (elas) apresentam-se no jogo político por meio, principalmente, das bancadas formadas no Congresso Nacional – (...) e, a partir delas, barganham seus interesses com o Executivo dominado pelo sistema financeiro. (recorte 13 pág.8 linhas 15 -36)

Nós (inclusivo) = todos + eu (enunciador)

Nós (inclusivo) = PSoL

No 14º recorte, há o Nós inclusivo, ou seja, *todos* mais (+) *eu* (*enunciador*), pois este ressalta a situação de emergência que passa o Brasil, submetendo-se às vontades dos investidores internacionais, mas demonstrando que há possibilidades de mudança, com o P-SoL, com a valorização do potencial brasileiro, desestruturando o arranjo institucional que está desestabilizando a economia brasileira. Vejamos.

“14. (...) Submetidos permanentemente à ameaça de fuga de capitais, (nós) passamos a viver em situação de eterna emergência econômica... dependendo tão-somente dos humores dos chamados investidores internacionais.(...)”

... (nós) devemos manter o comando do Estado e da economia nacional nas mãos daqueles que não têm compromisso com a construção da Nação? (...)

Nossa (P-SoL) resposta é não. (recorte 14 pág.9 linhas 2-16)

Nós (inclusivo) = P-SoL

Neste 15º e último recorte da introdução do documento, o P-SoL é apresentado como um partido que estará a serviço de uma nova proposta, trazendo um novo projeto de reformas econômicas, políticas e sociais. Vejamos o recorte.

“15. A candidatura da senadora Heloísa Helena, representando a Frente de Esquerda (P-SoL-PSTU-PCB), está a serviço desse esforço, que ultrapassa um episódio eleitoral. O sentido dessa candidatura é, antes de tudo, o de reinventar a política como ferramenta da mudança. (...)” (recorte 15 pág.9 linhas 21-24)

A partir das identificações acima, podemos interpretar as marcas de pessoa da seguinte maneira:

(1) “**Nós**” – o **nós** se apresenta no Documento como um **nós** inclusivo, pois o enunciador, assim como o co-enunciador está insatisfeito com o rumo que o país está tomando, mas nesse caso, o **nós** sempre está dentro de um quadro voltado aos fatores positivos, ou seja, o **nós** apresenta como está a crise, mas logo em seguida, tenta mostrar soluções positivas para a mesma.

(2) “**Ele(s)**”; “**o Outro**”; “**os Grupos**”; “**as Pessoas**” – Por meio da não-pessoa, o enunciador agrupa os vários segmentos da nação insatisfeitos com a política do PT e demonstra que há alguém do outro lado, o P-SoL, percebendo essa intranqüilidade, e se propondo a sanar os problemas trazendo novas idéias, novos rumos para a política, a economia e a sociedade.

A partir desses recortes apresentados, concluímos que ao utilizar esses recursos lingüísticos, como neste caso, as categorias de pessoa, o enunciador, em seu discurso político econômico e social, visa a atender uma determinada finalidade, ele apresenta o que ele crê que é verdadeiro, e o que o outro, os grupos, as pessoas, o ele(s), etc, deve crer ser verdadeiro, para mostrar a força de sua razão. Ora ele (enunciador) se aproxima ora se afasta do seu co-enunciador para justamente criar uma imagem, um *ethos* de “solidariedade”, de “sério”, de “honestidade”, de “coragem”, de “credibilidade” com o qual o leitor/eleitor poderia identificar-se, e por esta razão eleger seus representantes. Acreditamos que, por meio da análise dessas marcas, pudemos constatar como se dá o

movimento dos sujeitos no discurso do documento programático e as diferentes formas de se posicionar como responsável ou não pelo enunciado proferido.

3.3.3. Modalidades

O estudo das modalidades faz-se necessário, pois sua análise nos permitirá depreender como está construída a estrutura dos enunciados, de maneira a revelar como o enunciador se apresenta ao seu co-enunciador leitor/eleitor. Percebe-se que no texto do documento programático, há uma forte tendência para o domínio das modalidades deônticas e aléticas, pois essas modalidades refletem o posicionamento do enunciador-fiador em relação ao seu dito, ao mesmo tempo em que revelam a sua postura em relação ao seu oponente, criando o seu *ethos* (do oponente) pelo simulacro.

Nos recortes abaixo, por meio da ocorrência de verbos no futuro do presente, que sinalizam para as modalidades deônticas, com as quais o enunciador institui o co-enunciador no discurso, percebemos como aquele tenta influenciar este em sua conduta, e forçá-lo a uma tomada de decisão. Por esta razão, percebemos que são freqüentes nos enunciados deste documento as modalizações do tipo *será possível, é preciso, é necessário*.

“Isso só **será possível** a partir de um processo de mudança que (...)”
(pág.5 linha 32)

“Além disso, **é preciso** reformar o sistema tributário, altamente regressivo, pois baseado em impostos indiretos e no imposto de renda que recai sobre os assalariados (...)” (pág.6 linha 11)

Outros exemplos de verbos que predicam futuridade, em suas formas simples e/ou compostas:

*“**Precisam ser** afastados os grupos ansiosos por enriquecer ultrapidamente na especulação,”(pág. 42 linha 2)*

*“O Brasil **será convocado** a realizar um mutirão educacional, e os recursos para isso **serão garantidos** pelo Estado”. (pág.42 linha 32)*

*“que **poderá vir** a configurar um novo bloco, ou uma federação de nações, no futuro.” (pág.44 linha 3)*

*“Esses compromissos [...] **Constituirão** a permanente fonte de inspiração do nosso governo.” (pág. 44 linha 39)*

Diante deste número de recortes citados acima, podemos identificar o discurso de Heloísa Helena neste documento programático, como um discurso que procura marcar seu espaço como autorizado a propor ações decisivas, oriundas de uma voz de autoridade, que ajuda a construir uma imagem de credibilidade junto ao seu co-enunciador-leitor/eleitor. Percebemos que há um enunciador-fiador com um grau máximo de engajamento com o seu discurso. O enunciador-fiador está tomando para si a responsabilidade pelas ações futuras, quanto por meio de atos ilocucionários, procura sugerir ao co-enunciador-leitor/eleitor uma mudança de atitude, impondo os seus argumentos, apresentando-os como incontestáveis.

O enunciador-fiador não deixa marcas de pessoa que o identifiquem, mas, conforme nos diz Maingueneau (1998/2002), “todo enunciado implica um enunciador em relação ao qual é definido um co-enunciador, constituído como tal por esse enunciador.” Portanto, o enunciador pode também ser identificado por

meio das posições sociais que deixa vaziar, pelos recursos de ordem lingüístico-discursivos, com os quais ele modaliza o seu enunciado.

Nos recortes abaixo descritos, encontramos as modalidades aléticas construindo frases assertivas, ou seja, elas se referem ao eixo da existência, determinando o valor de verdade de proposições que o enunciador manifesta. Embora haja um apagamento do enunciador, o enunciado revela a posição pessoal do enunciador sobre a crise política brasileira. Por meio deste recurso lingüístico o enunciado se apresenta como dito por alguém, ele constrói uma “verdade”, ou fato por si só, aparentemente sem a interferência de um sujeito enunciador, permitindo que seja criado um maior efeito de objetividade/credibilidade junto ao co-enunciador-leitor/eleitor.

“Há um mal-estar disseminado e crônico (...)” (pág.3 linha 13)

“As pessoas reconhecem o perigoso presente, em que vivem (...)”
(pág.3 linha 14)

“Já sabem que é preciso mudar, (...)” (pág.3 linha 16)

“A necessidade de transformar as circunstâncias vigentes é clara, (...)”
(pág.3 linha 17)

“Isso é a crise.” (pág.3 linha 19)

Todos esses fatores, ajudam-nos a identificar o discurso do P-SoL em seu documento programático, como sendo um discurso que quer ocupar o mesmo espaço discursivo que seu adversário ocupa, o PT, e para tanto, ele desqualifica o OUTRO por meio do simulacro, construindo uma imagem discursiva negativa, desse OUTRO em seu próprio discurso, e ao mesmo tempo, propõe ações

decisivas, oriundas de um tom de autoridade e conhecimento, que faz com que uma imagem discursiva de credibilidade seja construída pelo seu co-enunciador, para que este, possa julgá-lo como “digno de crédito”, como afirma (Charaudeau 2006;119). Vale ressaltar ainda, que essa credibilidade não é, de forma alguma, uma qualidade ligada à identidade social do sujeito, essa identidade, ou seja, esse *ethos* de credibilidade que é criado no discurso, é fundamental no discurso político, pois um de seus objetivos consiste em tentar persuadir o maior número de indivíduos/eleitores para que estes se convençam da pertinência de seu projeto político e possam aderir a ele partilhando de seus valores.

3.3.4. A constituição da interdiscursividade

Neste momento da análise, nossa intenção é examinar como a identidade discursiva do P-SoL foi construída na relação com o(s) Outro(s) do espaço discursivo na forma de simulacro. Isso significa que o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz com que a interação semântica entre os discursos seja um processo de interincompreensão regrada, ou seja, cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados sob a forma de “simulacro”. Dessa maneira, quando dois discursos partilham de um mesmo espaço discursivo, a relação estabelecida entre eles será sempre polêmica, manifestando uma incompatibilidade, longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído independentemente um do outro. Para ilustrar melhor a construção de simulacros, como uma forma marcada de interincompreensão, vejamos os recortes abaixo:

“Há muitos anos a crise se mantém, tendendo-se a agravar-se, pois a única solução possível para ela – fazer o povo comandar a sua Nação, para resgatá-la, reinventá-la e desenvolvê-la – ainda não foi alcançada. Nossa história é uma impressionante seqüência de promessas frustradas.” (pág.5 linhas 5-9)

“O resultado é que se debilitam rapidamente, entre nós, as bases de uma sociabilidade civilizada: um regime comum de valores, caminhos de mobilidade social ascendente, a idéia de um futuro em construção.” (pág.5 linhas 27-29)

“Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social. Graças a esse controle, conseguem fazer com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses.” (pág.5 linhas 36-38)

Estes são alguns recortes que destacamos do documento que comprovam que este é quase que totalmente construído por meio do simulacro do seu oponente, a sua identidade discursiva é construída na relação com o Outro, e não de um retorno às suas próprias origens. O P-SoL passou a constituir-se devido à necessidade de uma nova alternativa para a esquerda socialista, e atraiu militantes das correntes petistas de Luciana Genro, Babá (MES e CST) e Heloísa Helena (Democracia Socialista), como também de correntes integrantes do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), Coletivo Sol – militantes vindos do PSTU – e muitos outros agrupamentos como Socialismo Revolucionário e Revolutas. Sendo assim, a sua identidade, o seu discurso, nasce em decorrência de uma série de rejeições de estrutura a outros discursos de diversos partidos que circulam no cenário político brasileiro, mas, principalmente, do discurso petista.

Isso se deu porque o PT passou a repetir o que condenava, quando estava na oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, dentre outros aspectos, como por exemplo, em 2005, o que era considerado o ponto mais forte do PT, a defesa da ética na política, veio abaixo, quando o escândalo do mensalão fez emergir a essência corrupta da opção petista em governar para a burguesia, e a partir de então, se deu início o processo de ruptura das massas com o PT, dando início também, a uma crise partidária.

É importante salientar que segundo Marilena Chauí (*apud* Guimarães, 2006), o discurso petista, em sua fundação, declarou “que sua finalidade era afirmar a dignidade dos trabalhadores e lutar pela justiça distributiva e participativa, ou seja, a cultura política do partido seria orientada pelas idéias de igualdade, justiça e participação, isto é, por virtudes políticas ou uma ética da política.”, mas não foi exatamente isso que ocorreu, vejamos os excertos abaixo:

“E nosso sistema político vem se mostrando incapaz de gerar decisões que defendam e preservem os interesses estratégicos do país. Submetido a um estilo de governabilidade baseado no loteamento de cargos e na corrupção, o Estado nacional vive uma situação terminal.” (pág.8 linhas 17-20)

“Está controlado por máfias. Trata-se, agora, de salvá-lo, o que exige alterar a relação que os diferentes grupos sociais têm com ele.” (pág.8 linhas 22-24)

“Todos os caminhos, que vimos até aqui, exigem uma alteração no sistema de poder. Precisam ser afastados os grupos ansiosos por enriquecer [...] No lugar deles, precisa entrar no poder o povo brasileiro.” (pág. 42 linhas 1-6)

Nesta análise não há qualquer marca de heterogeneidade mostrada, mas, mesmo assim, seguindo a teoria da primazia do interdiscurso proposta por Maingueneau, a relação com o Outro se revela independente de qualquer forma de alteridade marcada, a heterogeneidade constitutiva. Como diz o próprio autor (1984/2005:39):

“No espaço discursivo, o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso.”

Tratando este trabalho do discurso político, podemos partir do princípio de que a desqualificação do adversário é uma estratégia utilizada pelo sujeito político para combater o seu oponente. Em nosso caso, é pelo simulacro de um discurso já existente, que o P-SoL cria a sua identidade. O P-SoL constituiu-se por meio da desqualificação do seu antagonista, pois questiona suas contradições, suas alianças, sua incapacidade de manter promessas, sua mudança de posicionamento, e principalmente, o fato de o partido já não ter mais sua base social os setores mais organizados e lutadores da classe trabalhadora e do povo. O discurso do P-SoL, consiste em apontar as mudanças programáticas do PT e enfatizar principalmente que o governo social-liberal deste partido passou a assumir a representação dos interesses burgueses, sendo o principal aplicador dos planos capitalistas. Vejamos abaixo:

“Ficou pequena a política brasileira. Foi despolitizada, reduzida a doses cavalares de marketing e a um conjunto de pequenos acordos, tudo a serviço da conquista e da preservação de posições de poder. Nada mais há de libertário nela. Nenhum impulso sincero de superação do que existe. Nenhuma ligação com fins e valores. Os políticos, em geral, esforçam-se por adaptar-se ao que a sociedade é, ou parece ser, conforme lhes informam as minuciosas pesquisas de opinião. Não aceitam correr o risco de pensar no que ela não é, nem parece ser, mas pode vir a ser. São incapazes de despertar qualidades novas que estejam latentes. O futuro que resulta do somatório das ações dessa pequena política, fabricada com sucessivas operações de curto prazo, é apenas o prolongamento do presente. Não contém o caráter novo de um verdadeiro futuro. A crise se repõe. (pág.3 linhas 21-33)

Essas mudanças passaram a ocorrer a partir da campanha de 2002, quando o programa econômico do PT, que fora aprovado no Encontro Nacional do partido em dezembro de 2001, passou a aderir ao programa neoliberal. Entretanto, segundo Luciana Genro e Roberto Robaina (2006), foi a chamada “*Carta ao povo brasileiro*”³³, que definitivamente consolidou a opção de não criar nenhum empecilho com as classes dominantes e com o imperialismo, e de fazer um governo que vá totalmente ao encontro do modelo neoliberal. Em termos de “tradução” e de “interincompreensão”, fica enfatizado que o PT é traduzido pelo P-SoL como um partido que se distanciou de suas origens, na posse de Lula, em 2003, e que está em **crise**. Vejamos outro recorte que demonstra esse fato:

“Assim governado, o Brasil perdeu a capacidade de propor a si mesmo grandes questões e enfrentar desafios. Está à deriva. O debate brasileiro gira em falso, em torno de platitudes, falsificações, meias-verdades e mesquinhas. O país parece estar sempre em busca de atalhos. Não enfrenta seus grandes problemas, não aproveita suas grandes potencialidades. Nas campanhas eleitorais, o povo é infantilizado, e os candidatos, o mais das vezes, disputam quem promete fazer mais caridade.” (pág.3 linha 34-)

Nesse processo de tradução, podemos perceber a relação polêmica que se estabeleceu entre as essas duas formações discursivas do espaço discursivo, ou seja, neste caso foi unilateral, pois não há uma alternância de papéis de agente e paciente, pois somente o discurso do P-SoL está preocupado em “atacar” o Outro.

³³ Esta carta está nos documentos em anexo, e foi escrita por Lula em 22 de junho de 2002. Este documento não chegou ao conhecimento do povo brasileiro, ele foi utilizado para frear o medo que havia nos mercados, ou seja, entre os capitalistas.

Cada uma da(s) formação(s) discursiva(s) só pode traduzir como *negativas*, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é por meio dessa rejeição que é definida a sua identidade. O discurso só pode relacionar-se com o Outro do espaço discursivo por meio do simulacro que dele constrói. No espaço discursivo ora analisado, o P-SoL mostra-se sempre polêmico e inconformado, pois fica claro que seu discurso é totalmente tecido pelo simulacro do seu adversário, o discurso agente, aquele que se encontra na posição de tradutor, apropria-se do discurso-paciente, aquele que é traduzido e (re)interpreta esse último para poder, dentre outras coisas garantir o seu espaço e desautorizar o discurso Outro. Vejamos nos recortes:

“Hoje, esses agentes têm instrumentos para produzir turbulências na economia brasileira se suas imposições não forem atendidas. Será necessário retirar deles tais instrumentos. O arranjo institucional que perpetua essa situação precisa ser desmontado.” (pág.9 linhas 16-19)

43. *“Por meio de mil e um expedientes, o governo Lula está tentando demonstrar, todo o tempo, que a acumulação financeira desenfreada é social e politicamente sustentável. Não é. O reiterado anúncio de que o Brasil entrou em uma nova fase de crescimento é uma farsa.”* (p.27)

43. *“Desde meados de 2002, até hoje, a única fonte estável de estímulo à nossa economia têm sido as exportações,(...) As restrições estruturais ao nosso crescimento permanecem inalteradas: demanda interna reprimida, baixíssimo investimento público, infra-estrutura precária, crédito caro,(...)”* (p.27)

43. *“Não há risco jurisdicional ao investimento no Brasil. O risco é de natureza econômica e decorre dos fundamentos do modelo neoliberal.”* (p.27)

O discurso do P-SoL nasceu de um conflito incessante destinado a atribuir ao Outro, ao PT, uma imagem negativa, rejeitando as “novas” ações do adversário, lembrando a ameaça que ele passou a apresentar, desviando o caminho dos seus objetivos primeiros. Cabe aqui mencionar, que segundo Charaudeau (2006: prólogo), “o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras”, ou seja, essas máscaras tanto podem ocultar como dissimular a verdadeira identidade da(s) pessoa(s) mascarada(s). Ao ocultar, impede-nos de ver, que não é o nosso caso, mas ao simular nos dá a ver uma imagem daquela que está escondida, e reconhecer essa máscara seria denunciar o simulacro. Dessa maneira, cada um é para o outro apenas uma imagem, não necessariamente uma falsa imagem, mas uma imagem que é o próprio ser em sua verdade de troca e, como diz (Maingueneau, 1984/2005: 108; 103) “*a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo.*”; “*o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele.*”

A criação de simulacros surge como uma maneira marcada de interincompreensão entre essas duas formações discursivas, ou seja, de acordo com essa noção de interincompreensão, quando dois discursos partilham de um mesmo espaço discursivo, haverá sempre uma relação polêmica estabelecida entre eles. Sendo assim, sempre que um discurso estiver se constituindo, inicia-se a elaboração de uma rede dialógica que atrai para si uma infinidade de outros discursos, e estes discursos Outros são sempre modificados pelo discurso-agente, para garantir o seu espaço e desautorizar o discurso Outro. No caso do P-SoL, a tradução do discurso Outro ocorre sempre de forma polêmica, pois o discurso do P-SoL não reconhece o discurso do PT tal como se apresenta, o P-SoL constrói um simulacro do discurso adversário, porque somente dessa maneira é possível destruí-lo, ou pelo menos, deixar evidente porque não se pode mais aceitá-lo. É preciso destruir o oponente, mas para isso, deve-se desacreditá-lo para distorcer sua imagem.

Com isso, o enunciador do documento programático do P-SoL, passa a sugerir um novo caminho, traçando um programa de MUDANÇAS que refunde a Nação para promover o reencontro dos brasileiros. A partir da página 6 do documento são sugeridas mudanças, e a candidatura da ex-senadora Heloísa Helena, representando a Frente de Esquerda (P-SoL – PSTU – PCB) será, antes de tudo, “o de reinventar a política como ferramenta de MUDANÇA.” Vejamos, no próximo item, a constituição do *Ethos* do Documento Programático.

3.3.5. A constituição do *ethos* do P-SoL e via interdiscursividade, a constituição do *ethos* do PT, no documento programático do P-SoL.

O estudo do *ethos* do P-SoL e via interdiscursividade, a constituição do *ethos* do PT estão materializados em um único texto, no texto do documento programático do P-SoL. Essa escolha deveu-se ao fato de que o P-Sol não possui um programa de governo, mas sim, um documento, que serviu, para o debate interno, de base para às posições que a então candidata à presidência da república, a ex-senadora Heloísa Helena, expressou nas entrevistas e no programa eleitoral em 2006. Na Introdução do documento, nos recortes 1, 2 e 3, há uma menção bastante negativa com respeito a um período decorrido nos últimos 25 anos, época em que uma nova realidade brasileira foi criada. Há uma explanação sobre os motivos que fizeram desencadear uma crise social, política e econômica, resultando um presente perigoso e dramático, e um futuro incerto para a nação. Vejamos no excerto:

“Os últimos 25 anos criaram uma realidade nova no Brasil. Transitamos da condição de uma economia de alto crescimento para a de uma economia de baixo crescimento;” (pág.3 linhas1-3)

Nesses recortes revela-se a atitude do enunciador perante o enunciado que produz, ou seja, ele está manifestando um saber cuja intencionalidade é

mobilizar o co-enunciador. Com seus fortes e verdadeiros argumentos, a aderir a seu discurso, aceitando-o como verdadeiro, pois estes são incontestáveis (eu sei, portanto, é verdade). Para isso, o enunciador ao proferir seus enunciados, utiliza-se de sucessivos atos ilocucionários de modalização³⁴, por meio de vários tipos de lexicalização (operadores modais), como por exemplo, é preciso, é necessário, etc.

Em seguida, no recorte 4, o enunciador do documento refere-se ao povo brasileiro, como sendo o maior povo novo do mundo moderno, mas que jamais assumiu o controle de sua Nação, pois, possui até hoje, uma dependência externa e uma gigantesca desigualdade social devido a um escravismo prolongado. No recorte 5, esse enunciador faz uma crítica aos grupos mais bem-posicionados e às instituições que tornam o destino do país como um todo, distante de uma solução possível para os seus inúmeros problemas, debilitando “as bases de uma sociabilidade civilizada: um regime comum de valores, caminhos de mobilidade social ascendente, a idéia de um futuro em construção.”, tornando suas conseqüências imprevisíveis.

Diante desse quadro dramático apontado pelo enunciador, percebemos uma situação inicial que descreve os pontos negativos, logo em seguida, aponta a sua causa, enfatizando uma desordem social da qual o cidadão é vítima. Todos esses fatores são tomados por fortes dimensões emocionais, aparecendo em uma encenação dramatizada, com o intuito de tocar o leitor/eleitor de maneira positiva ou negativa, para em seguida apresentar a reparação desse mal, dessa crise, pela intervenção de um herói, como veremos a seguir, no recorte 6, quando esse enunciador traz a possibilidade de uma solução salvadora para a reparação desse mal existente:

“Nós defendemos outro caminho: refundar a Nação para promover o reencontro dos brasileiros. Isso só será possível a partir de um processo de mudança que, ao fim e ao cabo, transfira aos grupos

³⁴ Modalizações – já analisamos anteriormente.

sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura os principais instrumentos de poder.” (pág. 5 linhas 31-34)

Nesse momento, percebemos o quanto a construção da imagem de si, o *ethos*, é importante no discurso político, e também, a utilização de estratégias para desqualificar o adversário, a “destruição” do outro, do PT, do governo Lula, é feita a partir de seu próprio discurso. É evidente que não se trata da materialização do discurso do PT enquanto tal, mas de uma imagem desse discurso. Dessa maneira, o enunciador do documento programático vai construindo o *ethos* do seu adversário ao desqualificá-lo, vejamos:

“Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social. [...] conseguem fazer com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses.” (pág.5 linhas 36-38)

Após a leitura do recorte 6 acima, o verbo controlar remete-nos a um adjetivo, controlador, ou seja, o atual governo possui essa característica; assim como, descumpridores de suas promessas: “A conclusão se repete monotonamente:[...] produzir mais do mesmo, pois sempre falta fazer novas supostas “reformas[...]”; sujeitado: “Aceitou a tirania das questões de curto prazo. Passou a gravitar em torno de temas artificiais e importados.” ; descontrolado: “E nosso sistema político vem se mostrando incapaz de gerar decisões [...] submetido a um estilo de governabilidade baseada no loteamento de cargos e na corrupção [...]”; incapaz: “Não é mais capaz de formular um projeto [...]”.

Novamente, após desqualificar o adversário, e por meio desse fator, a imagem deste vai sendo construída pelo simulacro, o enunciador novamente

aparece como o único ser capaz de resolver todos os males causados pelo seu oponente. Trata-se de um fiador que apresenta-se como alguém legitimado para resolver os problemas e dar soluções, utilizando-se de um tom sincero, nacionalista, democrata, preocupado com o presente e o futuro do povo brasileiro. Vejamos:

“E nosso sistema político vem se mostrando incapaz de gerar decisões que defendam e preservem os interesses estratégicos do país. Não é mais capaz de formular um projeto e, muito menos, de sustentá-lo coerentemente no tempo. Está controlado por máfias. Trata-se, agora de salvá-lo, o que exige alterar a relação que os diferentes grupos sociais têm com ele.” (pág.8 linhas 17-24).

“O povo pobre, que se pronuncia a cada quatro anos nas eleições, recebe políticas compensatórias.” (pág.8 linhas 38-39).

“Nós defendemos outro caminho: refundar a Nação para promover o reencontro dos brasileiro. Isso só será possível a partir de um processo de mudança [...]” (pág.5 linhas 31-33).

“A candidatura da senadora Heloísa Helena, representando a Frente de Esquerda (P-SoL-PSTU-PCB), está a serviço desse esforço, que ultrapassa um episódio eleitoral. O sentido dessa candidatura é, antes de tudo, o de reinventar a política como ferramenta de mudança.” (pág.9 linhas 21-24) Nesse exemplo, assim como percebemos durante várias passagens do documento, o substantivo MUDANÇA, está relacionado ao sema positivo do discurso do P-SoL, enquanto que o

substantivo CRISE, é o sema negativo do seu oponente, o PT: “Embora não consideremos que a crise brasileira seja crise meramente econômica – ela é uma crise de destino – [...]” (pág.9 linhas 21-24)

Em suma, o fiador do discurso do P-SoL assume um *ethos* de nacionalista, democrata, bem informado, solidário, sincero, preocupado com o presente e o futuro do povo e da nação brasileira e, acima de tudo, legitimado com o compromisso de resolver a *crise* e trazer *mudanças* concretas para a solução dos problemas. Por outro lado, a imagem de seu adversário, do PT, vai sendo criada pelo simulacro que o discurso do P-SoL constrói para poder destruir seu adversário discursivo. Essa imagem, de como age o enunciador adversário, está caracterizada no texto do documento como a imagem de um antifeador sujeitoado, descontrolado, incapaz, corrupto, descomprometido com o povo, e não é mais o representante político dos trabalhadores.

3.3.6. A negação

Neste momento de nossa análise, dedicamo-nos a investigar o dispositivo da negação no documento programático do P-SoL, de que maneira e em que sentido foi utilizado. Para justificarmos os critérios que adotamos para o levantamento dos enunciados negativos em nosso *corpus*, utilizamos a proposta de Rocha (1998), que afirma que, em alguns enunciados negativos, podemos perceber afirmativas implícitas. Dessa forma, em alguns casos, propomos ainda acrescentar em nossa análise, além do operador *não* (**a**) (marca lingüística inequívoca de negação), enunciados em que figuram as seguintes marcas: (**b**) nada, nem, sem (+ infinitivo), sem que (+ subjuntivo). O motivo de tal inclusão deve-se ao fato de tais marcas funcionarem como verdadeiros elementos de negação, como se pode verificar através do teste preconizado por Ducrot

(encadeamento com *ao contrário*). Vejamos nos recortes abaixo retirados do documento programático como se dá a negação.

(a) o sentido da negação nos enunciados

Ao observarmos a grande ocorrência da negação nos enunciados, no que se refere (ao ponto de vista) do enunciador em relação às atitudes tomadas por seu(s) opositor(es), ao longo dos últimos 25 anos, presente no documento programático, acreditamos que seja relevante configurar alguns destes enunciados com ocorrências do **não** polêmico. Vejamos os recortes abaixo:

- “A constituição brasileira foi esartejada por meio de decisões sucessivas, tomadas de forma discreta, negociadas **não** (1) se sabe como, que a sociedade **não** (2) acompanhou, nem compreendeu...nem controlou, nem sequer foi chamada a referendar.” (recorte 11 pág. 7 linhas 18-21)
- “O futuro que resulta do somatório das ações dessa pequena política, [...]. **Não** contém o caráter novo de um verdadeiro futuro.”
(recorte 2 pág. 3 linhas 30-32)
- “Há muitos anos a crise se mantém, tendendo a agravar-se, pois a única solução possível para ela [...] – ainda **não** foi alcançada.” (recorte 5 pág. 5 linhas 5-8)
- “O modelo de economia e de sociedade proposto **não** pode ser julgado, pois nunca está completamente implantado.” (recorte 12 pág. 8 linhas 3-5).

(b) A negação e o implícito

Afirmações implícitas, por meio da expressão “*ao contrário*”

– “A constituição brasileira foi esartejada por meio de decisões sucessivas, tomadas de forma discreta, negociadas *não* (1) se sabe como, que a sociedade *não* (2) acompanhou, nem compreendeu...nem controlou, nem sequer foi chamada a referendar.” (recorte 11 pág. 7 linhas 18-21)

Afirmativa implícita: ao contrário, (1) eles sabem; (2) ao contrário, eles por si próprios, tomaram decisões sucessivas de forma discreta e negociadas.

– *Nada* mais há de libertário nela. (recorte 2 pág. 3 linha 23)

Afirmativa implícita: ao contrário, antes havia maior liberdade na política, hoje ela está a serviço da conquista e da preservação de posições de poder.

– “... 54% das nossas crianças terminam a quarta série do ensino fundamental *sem terem* sido alfabetizadas, [...]” (recorte 65 pág. 42 linhas 22 e 23)

Afirmativa implícita: ao contrário, 54% das crianças são alfabetizadas após a 4ª série do ensino fundamental.

– “...mas isso foi feito *sem que* eles financiassem adequadamente as atividades produtivas.” (recorte 7 pág.6 linhas 7 e 8)

Afirmativa implícita: ao contrário, os bancos deixaram de financiar adequadamente as atividades produtivas.

Deste modo, em todos os recortes relacionados acima, o enunciado introduzido pela expressão ao contrário irá se opor não ao enunciado propriamente dito anteriormente, mas a uma afirmativa que lhe estaria implícita, ou seja, o encadeamento com essa expressão, permite-nos depreender a afirmativa implícita no referido enunciado negativo. Estes enunciados negativos, nos levam a crer que o enunciador do documento programático do P-SoL vai

criando a partir de seu próprio discurso, enunciados de um Outro(s) discurso(s) que o subjaz, fazendo com que o seu co-enunciador leitor/eleitor, em seu imaginário, vá formando a idéia de como é a imagem de seu oponente, pois se tratando de um discurso político, um dos objetivos primeiros é desmascarar o Outro, denegrindo a sua imagem. Acreditamos que esse jogo de afirmação implícita nos enunciados negativos, funciona como uma forma de denegrir a imagem do Outro, seu(s) adversário(s), fazendo com que o seu co-enunciador seja seduzido a aderir a seu discurso.

(c) negação como refutação

Em nossa análise, depreendemos as diversas formas em que a negação foi utilizada para afirmar; negar; enfatizar; censurar; dimensionar. Mais uma forma de aparecimento do *não*, como movimento de negação, está elencada no nosso próximo item, passemos à análise.

(c.1). asserção, recusa e justificativa

– “A questão de fundo é de natureza política: devemos manter o comando do Estado e da economia nacional nas mãos daqueles que *não* têm compromisso com a construção da Nação? [...]”

Nossa resposta é *não*.

...”O arranjo institucional que perpetua essa situação precisa ser desmontado.

A candidatura da senadora Heloísa Helena, representando a Frente de Esquerda (P-SoL – PSTU – PCB), está a serviço desse esforço, que ultrapassa um episódio eleitoral. O sentido dessa candidatura é, antes de tudo, o de reinventar a política como ferramenta da mudança.” (recortes 14 e 15 pág. 9 linhas 6-8; 15; 18-19;20-23)

No fragmento apresentado, a voz do enunciador se apresenta, já de início, fazendo uma asserção (a questão é), seguida de uma pergunta retórica, constituindo assim, uma estratégia argumentativa utilizada pelo enunciador, para logo após fazer uma refutação (**Nossa resposta é não**) e, em seguida, uma justificação (**o sentido dessa candidatura [...] o de reinventar [...] como ferramenta de mudança**). Na maioria dos enunciados, não há elementos específicos, operadores ou conectores argumentativos, realizando o encadeamento entre os componentes negativos e argumentativos. Nesse enunciado, o movimento de recusa não se manifesta por meio de um enunciado de negação, esse movimento de asserção encadeado à refutação serve para contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias “...a resposta é não...”.

Uma vez concluído o levantamento dos enunciados negativos no discurso do enunciador do documento programático, podemos dizer que, o componente negativo traduziu a divergência entre o certo e o errado, o realizado (que não deu certo) pelo PT, mais especificamente, e o que deve vir a ser realizado, pela nova proposta de governo do P-SoL, trazendo uma nova perspectiva para o povo brasileiro. O ato da refutação nos enunciados do documento programático se caracteriza como se houvesse um diálogo entre duas vozes, uma que afirma e uma outra que a refuta/interdita. A refutação caracterizou-se como um ato representativo e reativo, composto por dois componentes: um negativo e um argumentativo. É um ato representativo, porque corresponde a uma proposição em que o enunciador institui o que “é certo e o que não deu certo” no programa político-econômico-social do PT, e reativo porque se opõe a um ato de asserção prévio. Nesse sentido, compreendemos que, ao negarmos um determinado pressuposto, afirmação implícita, como fizemos na negação polêmica, incorporamos ao enunciado um outro, embasado na atribuição de uma suposta crença ao nosso co-enunciador.

Considerações Finais

Com este estudo, propusemo-nos a analisar a interdiscursividade no documento programático do P-SoL, de modo a se depreender a relação polêmica que se estabelece entre o “novo” discurso e a formação discursiva petista; analisar o *ethos* do P-SoL no documento programático, e via interdiscursividade, o *ethos* do PT, partido do qual o P-SoL é uma dissidência. O que nos motivou a fazer esta pesquisa foi a crise e a transformação por que está passando um dos maiores partidos políticos brasileiros, o PT, e a criação de um novo partido, o P-SoL, por dissidentes do próprio PT.

Para responder a nossa pergunta de pesquisa - Como se articula do ponto de vista lingüístico-discursivo o surgimento de um partido, o P-SoL, que nasce a partir e contra um outro partido já existente, o PT ? - foi necessário fazer uma análise lingüístico-discursiva baseando-nos nos preceitos teóricos da Análise do Discurso Francesa, mais especificamente nas noções de gênero de discurso, *ethos*, cenografia, interdiscurso, e nas categorias de análise, tais como, os embreantes de pessoa, as modalidades e a negação.

Diante desse quadro teórico podemos compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas em relação interdiscursiva com outros discursos. Para Maingueneau, a análise do discurso deve pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinados. Dessa maneira, pudemos depreender por meio desse aporte teórico as marcas discursivas, como por exemplo, os embreantes de pessoa, que nos permitiram a identificação do enunciador do documento programático e a observação de seu *ethos*, assim como, a relação estabelecida

com seu co-enunciador. Também por meio da noção de interdiscurso, pudemos detectar o seu Outro do espaço discursivo, e caracterizar o seu *ethos* por meio de outro recurso lingüístico-discursivo, como as modalidades e pudemos identificar a construção da cenografia discursiva do documento.

Diante dessa relação interdiscursiva caracterizamos o documento programático como um gênero de discurso pela maneira com que este se relaciona com o seu co-enunciador, no espaço social, e cumpre os objetivos do seu gênero, programa de partido, ou seja, este é um documento prescritivo das possíveis ou futuras ações de um determinado candidato identificado e credenciado por uma coligação partidária ou partido. Dessa maneira pudemos entender esse documento programático como um gênero de discurso produzido com a finalidade de atender às necessidades que um candidato necessita para fazer sua campanha eleitoral para concorrer a um determinado cargo político. Embora tenhamos classificado este documento como gênero de discurso, nossa proposta não era fazer um estudo mais aprofundado sobre esta noção, pois isso exigiria uma investigação mais apurada.

A contextualização histórica traz à nossa pesquisa um maior esclarecimento sobre o processo que ocorreu e ocorre com o Partido dos Trabalhadores no cenário político nacional, pós queda da ditadura militar e diante de um novo momento político que gradativamente foi tomando espaço em nossa realidade, a democracia. Com a instauração da democracia, os partidos políticos se reestruturaram e tomaram novos rumos, mas, como que uma espécie de herança hereditária, que é marca registrada na nossa História desde a época do império, suas ideologias, seus programas políticos, e sua representatividade, foram e são sacrificados em nome da ordem e do bom governo das coisas para evitar crises políticas graves que possam fragilizar o poder das elites.

Assim, por meio da análise do documento programático articulado ao contexto histórico pudemos chegar a várias conclusões: o discurso do documento programático do P-SoL é um discurso que apresenta a realidade de um momento

de crise aguda com que a sociedade convive há muitos anos, com os escândalos de corrupção envolvendo os próprios políticos, membros de um dos maiores, senão o maior partido político brasileiro. É um discurso compatível com a realidade política, é um discurso que aponta as falhas, que aponta os motivos da bancarrota petista, mas também, é um discurso que se posiciona frente aos problemas e faz propostas para solucioná-los com o intuito de trazer mudanças significativas nos setores sociais, econômicos e políticos. Este discurso constrói discursivamente um *ethos* de sinceridade, seriedade e que está legitimado com o compromisso de resolver a *crise* e trazer *mudanças*. Mesmo utilizando-se de certos recursos lingüísticos, como percebemos em nossa análise ao fazermos o levantamento dos embreantes de pessoa, o enunciador desse discurso, ora como enunciador inclusivo, Nós = todos + eu, Nós = P-SoL, ora se distanciando de sua posição de enunciador, O Brasil = ele-eu(enunciador), ele tenta sensibilizar o seu co-enunciador, chamando a atenção para o caos que estamos vivendo, mas ao mesmo tempo, trazendo soluções, para seduzi-lo e atraí-lo como um futuro eleitor que adere ao seu discurso. Este mecanismo de sedução por argumentação é típico dos discursos políticos.

Por outro lado, este mesmo discurso foi criado enquanto negação das regras que regem o discurso de seu oponente, o PT. Percebemos isso por meio da noção de interdiscurso, pois o discurso do P-SoL foi construído por meio do simulacro do seu Outro do espaço discursivo. Esse Outro é a sua própria negação. Por meio do primado do interdiscurso, percebemos que a formação discursiva do P-SoL integra o seu Outro, o PT, por meio de uma posição ideológica divergente, definindo esse Outro do espaço discursivo. Dessa maneira instala-se a polêmica. Nesse sentido, por meio da noção de interdiscurso, o *ethos* do PT foi depreendido por meio da construção do simulacro daquele que se apresenta na posição de tradutor do discurso agente, ou seja, esse tradutor é o P-SoL. Portanto, caracterizamos a imagem discursiva do adversário do P-SoL, ou seja, o *ethos* do PT como um anti-fiador descomprometido com o povo, sujeitado aos interesses das elites, incapaz de levar adiante as suas propostas, corrupto,

descontrolado, e não é mais o representante político dos trabalhadores e das classes menos favorecidas da sociedade.

No terceiro capítulo, nos dedicamos à análise do *corpus*, descrevemos também a estrutura organizacional do documento programático, sua coleta, o critério de delimitação do *corpus* e às análises do Documento Programático do P-SoL, por meio do qual depreendemos, recorrendo à noção de primazia do interdiscurso, o discurso do PT. Esse espaço discursivo foi escolhido tendo em vista esses discursos serem protagonistas de uma polêmica instaurada formalmente quando da constituição do P-SoL como partido independente. Também nesse capítulo procedemos à análise ancorada nas noções de cena enunciativa e *ethos*, e baseada nas categorias de pessoa, modalidades e negação, as quais nos permitiram atingir os objetivos propostos, isto é, depreender por meio da noção de interdiscurso o simulacro e a polêmica instaurados entre os dois discursos e explicitar o *ethos* do P-SoL e conseqüentemente depreender o *ethos* do PT.

Cada um desses procedimentos nos permitiram responder a nossa pergunta de pesquisa e concluir que por meio da análise lingüístico-discursiva do documento programático do P-SoL, pudemos compreender o tratamento do discurso a partir de uma semântica global que explica as práticas dos adeptos de um discurso, seu *ethos*, a organização das comunidades discursivas, o por que a polêmica implica a leitura do Outro na forma de simulacro e a implementação da idéia de que o interdiscurso precede o discurso.

Estimamos que o teor dessa nossa pesquisa sirva como reflexão sobre os estudos discursivos e incentive novas realizações acadêmicas. Se conseguirmos fazer com que nosso interlocutor avance nesse sentido, escrevendo mais um capítulo para o aprimoramento da Análise do Discurso, nossa satisfação não se esgotará.

Referências Bibliográficas

- ALDRICH, J.H. (1995). *Why parties?: The origin and transformation of political parties in América*. Chicago: The University of Chicago Press.
- AMOSSY, R. (org.). (2005). *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. Trad. Dílson F. da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Ed. Contexto. *Images de soi dans le discours*. Paris, Delauchaux e Niestlé.
- BAKHTIN, M. (1953/2000). *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard
- BAKHTIN, M. (Volochínov, V.N.). (1929/2002). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Nova Edição. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 10ª Edição. São Paulo: Ed. Hucitec/Annblume. *Marksizm i filossófia iaziká*. Leningrado.
- BENVENISTE, E. (1966/1989). *Problemas de lingüística geral*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas/SP: Ed. PONTES. *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard.
- BOBBIO, N. (1994/1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP. *Destra e sinistra. Ragioni e significati di una distinzione politica*. Donzelli Editore.
- CERVONI, J. (1987/1989). *A enunciação*. Trad. L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática. *L'enonciation*. Paris, Presses Universitaires de France.

- CHACON, V. (1998). *História dos Partidos Brasileiros*. 3ª Edição. Brasília: Editora UnB.
- CHARAUDEAU, P. (2005/2006). *Discurso Político*. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Ed. Contexto. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris, Vuibert.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu (Org). São Paulo: Ed. Contexto. *Dictionnaire D'Analyse du Discours*. Paris, Éditions du Seuil.
- DOWNS, A. (1957/1999). *Uma teoria econômica da democracia*. Trad. Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: EDUSP. *An economic theory of democracy*. New York, Harper.
- DUCROT, O. (1972/1977). *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt; Rodolfo Ilari. São Paulo: Cultrix. *Dire et ne pás dire, Príncipes de sémantique linguistique*. Paris, Hermann.
- _____ (1984/1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Ed. Pontes. *Le Dire et le dit*. Paris, Minuit.
- DUVERGER, M. (1964/1970). *Partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar. *Les partis politiques*. Paris, A. Colin.
- EGGS, E. (1999/2005). “*Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*”. In: AMOSSY, R.(Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Trad. Dílson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo, Contexto. “*Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne*”, in R.AMOSSY(éd.): *Images de soi dans le discours. La construction de l'éthos*. Genève, Delachaux et Niestlé.
- GENRO L., ROBAINA R. (2006). *A Falência do PT e a Atualidade da Luta Socialista. Ensaio sobre a falência do PT e a urgência de uma alternativa de esquerda*. 1ª Edição. Porto Alegre: P e PM Editores.

- GUIMARÃES, J. (2006). *Leituras da Crise. Diálogos sobre o PT, a Democracia Brasileira e o Socialismo*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- KOCH, I.G.V. (2006). *Argumentação e linguagem*. 10ª Edição. São Paulo: Ed. Cortez.
- MAINGUENEAU, D. (1987/1997). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. Solange M. L. Gallo, M. da Glória de D. V. de Moraes. 3ª Edição. Campinas: Pontes Editores. *Nouvelles tendances en analyse du discours*. Paris, Hachette.
- _____ (1998/2002). *Análise de Textos de Comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora. *Analyser les textes de communication*. Paris, Dunod.
- _____ (1984/2005). *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. *Genèses du discours*. Paris, Pierre Mardaga.
- MELO, A.A. (1980). *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. 3ª Edição. Editora Alfa-Ômega.
- MOESCHLER, J. (1982/1997). *Dire et Contredire, pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. In: MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Solange M. L. Gallo, M. da Glória de D. V. de Moraes. 3ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 1997.
- MOTTA, R. P. S. (1999). *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- NOLKE, H. (1992). *Ne pas: négation descriptive ou polemique ? Contraintes formelles sur son interprétation*. In: *Langue française 94*. Paris, Larousse.

- POSSENTI, S. (2004). *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições Ltda.
- ROCHA, D.O.S. (1998). *Polifonia em enunciados negativos: Vozes que habitam o dizer “Não*. In: *Delta: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica Aplicada*, Vol: 14 p. 59-85.
- SATORI, G. (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Trad. Waltensir Dutra. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- SCHMITT, R. (2000). *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. 1ª Edição. Jorge Zahar Edições.
- SILVA, E.G. (2007). *Os (Dês)Encontros da Fé – Análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica*. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Lingüística da Universidade Estadual de Campinas, dezembro de 2007.
- WEINRICH, H. (1964). *Tempus. Besprochene und Erzähite Welt*. Trad. Esp. Madrid: Ed. Gredos, 1968.

Consultas à Internet

- FERRARI, A. “Um histórico do PSOL” A luta por um novo partido de esquerda no Brasil. <http://www.sr-cio.org/texto/nacional/historiapsol.htm> Acesso em: 31 mar 2007.
- FERREIRA, D.E.S. Acerca dos partidos e dos sistemas partidários. <http://www.achegas.net>. Acesso em: 18 fev 2008.
- PENTEADO, L.C. B. O príncipe e a democracia: o poder constituinte em Maquiavel. <http://www.achegas.net>. Acesso em: 18 fev 2008.

ROMÃO, L.M.S. e ROMÃO, A.M. O discurso sobre a democracia brasileira ao longo dos últimos 20 anos. <http://www.achegas.net>. Acesso em: 18 fev 2008.

SCHILLING, V. “Partidos Políticos no Brasil”, <http://www.educaterra.com.br/voltaire>. Acesso em: 07 set 2007.

Sites dos Partidos

P-Sol - www.psolsp.org – Acesso em: 14 jun 2006.

PT - www.pt.org.br – Acesso em: 14 jun 2006.

ANEXOS

Anexo 1

Documento programático

Frente de Esquerda

PSOL – PSTU – PCB

Heloísa Helena, presidente

Brasil, agosto de 2006

versão preliminar

não divulgar e não copiar sem autorização expressa

Sumário

Introdução, p. 3
A alternativa macroeconômica, p. 10
A dinâmica do novo ciclo, p. 29
A distribuição de renda e riqueza, p. 35
População e território, p. 42
Anexo estatístico, p. 45

Introdução

1. Os últimos 25 anos criaram uma realidade nova no Brasil. Transitamos da condição de uma economia de alto crescimento para a de uma economia de baixo crescimento; a renda *per capita* estagnou; aprofundamos a nossa posição periférica no mundo; urbanizamos maciçamente a população; eliminamos os principais mecanismos de mobilidade social; colocamos o Estado nacional na condição de refém do sistema financeiro; criamos grandes bolsões de desemprego estrutural; fechamos a fronteira agrícola, instalando nas áreas novas uma estrutura de propriedade da terra ainda mais concentrada que a das áreas de ocupação secular; constituímos poderosíssimas redes eletrônicas de comunicação que não estão submetidas a nenhum controle social.

Atuando de forma combinada, esses processos lançaram o Brasil em tremendos impasses. Há um mal-estar disseminado e crônico, que de tempos em tempos se torna agudo e dramático. As pessoas reconhecem o perigoso presente, em que vivem, e pressentem um futuro incerto para si e para seus filhos. Já sabem que é preciso mudar, mas ainda não sabem como e para onde mudar. A necessidade de transformar as circunstâncias vigentes é clara, mas o caminho para isso permanece indefinido. Sem ter sido tomada, a decisão de mudar fica pendente, mas a necessidade de tomá-la não desaparece. Isso é a crise.

2. Ficou pequena a política brasileira. Foi despolitizada, reduzida a doses cavalares de *marketing* e a um conjunto de pequenos acordos, tudo a serviço da conquista e da preservação de posições de poder. Nada mais há de libertário nela. Nenhum impulso sincero de superação do que existe. Nenhuma ligação com fins e valores. Os políticos, em geral, esforçam-se por adaptar-se ao que a sociedade é, ou parece ser, conforme lhes informam as minuciosas pesquisas de opinião. Não aceitam correr o risco de pensar no que ela não é, nem parece ser, mas pode vir a ser. São incapazes de despertar qualidades novas que estejam latentes.

O futuro que resulta do somatório das ações dessa pequena política, fabricada com sucessivas operações de curto prazo, é apenas o prolongamento do presente. Não contém o caráter novo de um verdadeiro futuro. A crise se repõe.

3. Assim governado, o Brasil perdeu a capacidade de propor a si mesmo grandes questões e enfrentar desafios. Está à deriva. O debate brasileiro gira

em falso, em torno de platitudes, falsificações, meias-verdades e mesquinhas. O país parece estar sempre em busca de atalhos. Não enfrenta seus grandes problemas, não aproveita suas grandes potencialidades. Nas campanhas eleitorais, o povo é infantilizado, e os candidatos, o mais das vezes, disputam quem promete fazer mais caridade. Não debatemos as questões fundamentais: Tem sentido existir Brasil? Qual Brasil? O que nos une? Por que perdemos a capacidade de nos desenvolver? Que tipo de desenvolvimento nos interessa? Quanto esforço ele exige? Queremos mesmo nos autogovernar? Quais os custos associados a essa decisão? Qual o nosso lugar no mundo contemporâneo? Que decisões precisam ser tomadas hoje, e sustentadas no tempo, para definir o que seremos no século XXI?

4. Estamos em uma encruzilhada. Nossa história registra um êxito extraordinário: tendo como ponto de partida grupos desenraizados, retirados de seus ambientes de origem, fomos capazes de criar um povo novo. Primeiro indígenas, portugueses e africanos, depois gente do mundo inteiro, formaram um grande contingente humano, uno e diversificado, dotado de características próprias, que inexistia há relativamente poucas gerações. Falamos a mesma língua, habitamos um território generoso, fundamos um Estado, estruturamos um sistema econômico, constituímos memória e sentimentos comuns. Estamos unidos por uma clara identidade nacional. Ela não tem raízes em um passado que nos fascine, em idéias de raça ou de religião, em vocação imperial, em xenofobias e ódios, em qualquer tipo de arrogância. Olhamos sempre para o futuro, somos abertos ao que é novo, aceitamos a diferença e temos na cultura – uma cultura de síntese – a nossa razão de existir. Somos o maior povo novo do mundo moderno.

Nossa história também registra, porém, um enorme fracasso: esse povo não assumiu até hoje o controle de sua Nação. O estatuto colonial originário transmudou-se em dependência externa; o escravismo prolongado, em gigantescas desigualdades sociais.

Até recentemente, essa situação podia perpetuar-se, com alto custo humano, sem comprometer a nossa existência. Agora não pode mais: o crescimento demográfico, a concentração em grandes cidades, o acesso à informação e a maior capacitação técnica colocaram o nosso povo diante de um dilema incontornável. Cada vez mais, ele pode e precisa tornar-se o agente da sua história.

Eis a encruzilhada: o Brasil, que desde a origem organizou-se para servir ao mercado mundial, terá agora de organizar-se para si mesmo. O Brasil de poucos terá de ser o Brasil de todos. Se formos incapazes de dar esse salto, nossa existência como Nação soberana e sociedade organizada estará em

perigo. Seria mais realista dizer: já está em perigo, pois o caminho que temos trilhado é exatamente o oposto.

5. A atual crise brasileira é dolorida, profunda, duradoura. Mas contém perspectivas de futuro. Estamos vivendo as dores de um parto, o parto de um povo maduro, capaz de controlar o próprio destino. Há muitos anos a crise se mantém, tendendo a agravar-se, pois a única solução possível para ela – fazer o povo comandar a sua Nação, para resgatá-la, reinventá-la e desenvolvê-la – ainda não foi alcançada. Nossa história recente é uma impressionante seqüência de promessas frustradas.

A solução que tem predominado é a da apartação, do medo e do ódio. Ela não pode mais prosseguir, pois já fracassou. Agora, alimenta explicitamente forças centrífugas que apontam para o rompimento dos vínculos históricos e socioculturais que até aqui mantiveram, em algum nível, juntos os cidadãos.

Os grupos mais bem-posicionados para participar do mercado mundial tentam desfazer qualquer contato com os demais, desligando seu padrão de vida, seus valores, a forma de denominar e investir sua riqueza – portanto, o seu próprio destino – dos padrões, valores e destino do país como um todo. Pedem a criação de instituições blindadas e áreas de circulação restringida, onde a competitividade, a lucratividade, a velocidade e o pragmatismo, bem como o estilo de vida a eles associado, possam ostentar-se sem empecilhos.

É uma solução impossível. Essas instituições e áreas permanecem imersas em um território físico e social muito maior, que contém população diferenciada, necessidades várias, comportamentos múltiplos, problemas outros. É uma ilusão achar que elas possam desatar os laços que as ligam ao contexto em que estão.

O resultado é que se debilitam rapidamente, entre nós, as bases de uma sociabilidade civilizada: um regime comum de valores, caminhos de mobilidade social ascendente, a idéia de um futuro em construção. As conseqüências disso, em prazo já não muito longo, são imprevisíveis.

6. Nós defendemos outro caminho: refundar a Nação para promover o reencontro dos brasileiros. Isso só será possível a partir de um processo de mudança que, ao fim e ao cabo, transfira aos grupos sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura os principais instrumentos de poder. Socialismo ou barbárie.

Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social. Graças a esse controle, conseguem fazer com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses.

Alterar o sistema de poder é transferir esses recursos e instituições a outros grupos sociais, o que significa democratizá-los.

7. Precisamos democratizar a riqueza. Isso exige um conjunto de medidas voltadas para colocar o sistema financeiro a serviço da sociedade, de modo a aumentar a oferta de financiamento aos investimentos prioritários e ampliar o acesso ao crédito. Os bancos que operam no Brasil cresceram, modernizaram-se tecnologicamente e experimentaram grande concentração, mas isso foi feito sem que eles financiassem adequadamente as atividades produtivas. Sua lucratividade depende, em grande medida, do mercado de títulos públicos, onde se beneficiam dos subsídios representados pelas elevadas taxas de juros. Além disso, é preciso reformar o sistema tributário, altamente regressivo, pois baseado em impostos indiretos e no imposto de renda que recai sobre os assalariados.

8. Precisamos democratizar a terra, o principal recurso natural do país. É espantoso o grau de concentração: menos de 1% dos proprietários (que têm latifúndios de mais de mil hectares) controlam 44% da área agricultável, enquanto 53% (que têm propriedades de menos de dez hectares) não chegam a controlar 3%. Não estão computados aí os trabalhadores rurais sem nenhuma terra, que se contam em, pelo menos, 3,3 milhões de famílias. Bancos e grandes grupos industriais, todos sem vocação para a agricultura, têm milhões de hectares. Essa alta concentração resulta em um mau uso dos recursos naturais e em safras agrícolas muito abaixo do nosso potencial. Democratizar a terra é torná-la fonte de empregos, alimentos e renda. E é também democratizar o poder, pois na maior parte do país quem tem a terra tem o poder.

9. Precisamos democratizar a informação, que, em uma sociedade de massas, determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política. Em nível nacional, apenas seis conglomerados recebem quase 90% do faturamento dos meios de comunicação de massa. Na maior parte do Brasil, a situação mais comum é a de monopólios regionais que associam em uma mesma família, ou grupo, a propriedade de praticamente toda comunicação de massas, o controle da política local e os cargos de representação nos níveis estadual e federal. Sendo usados, basicamente, para induzir o consumo e difundir o estilo de vida a ele associado, esses meios formam uma corrente multiplicadora de vulgarização e mediocridade, que invade a informação, a cultura e a política. Para libertar o potencial criador da sociedade, estabelecer autenticidade na comunicação,

garantir o pluralismo e difundir valores construtivos do processo civilizatório, a rede de televisões e de rádio deve ser reorganizada na forma de um espaço público, predominantemente nem governamental nem privado.

10. Precisamos democratizar o acesso à cultura, essencial para a construção da cidadania. Cerca de 13% de brasileiros com mais de quinze anos são analfabetos. Se, a eles, somarmos os chamados analfabetos funcionais – pessoas que escrevem o próprio nome, soletram palavras, mas não conseguem redigir uma carta ou ler um pequeno artigo – chegaremos à espantosa percentagem de 75%. É um crime contra o Brasil. É pelo acesso à cultura que um povo expressa melhor conceitos e sentimentos, domina bem a língua que fala, reafirma sua identidade, amplia seu horizonte de direitos, aumenta sua capacidade de organização, comunica-se melhor consigo mesmo e com outros povos, aprende novas técnicas, conhece o que de melhor a humanidade produziu na ciência e na arte.

11. Os últimos dezesseis anos têm sido marcados, no Brasil, por uma prolongada contra-reforma conservadora que demoliu quase todos os avanços democráticos da década de 1980. Assistimos a um golpe de Estado dado por partes, estendido no tempo. A Constituição brasileira foi esquartejada por meio de decisões sucessivas, tomadas de forma discreta, negociadas não se sabe como, que a sociedade não acompanhou, nem compreendeu, nem controlou, nem sequer foi chamada a referendar. O papel do Estado nacional foi erodido e debilitado. A renda do trabalho, como proporção da renda nacional, despencou. O sistema de Seguridade Social foi retalhado até tornar-se irreconhecível. Os direitos trabalhistas ficaram desde então sob ameaça. Restou apenas o futuro opaco que resulta do jogo de mercado, lançando a sociedade em uma competição feroz que só interessa aos mais fortes.

Nada disso foi decidido pelos brasileiros de forma livre e consciente. Programas semelhantes foram implantados em muitos países, sempre com o patrocínio e a inspiração do sistema financeiro internacional e as instituições que ele controla, com a conivência de parceiros internos. Seus aspectos comuns são o desmonte dos mecanismos de solidariedade social, o enfraquecimento dos Estados nacionais e a subordinação crescente de cada economia aos movimentos voláteis do grande capital.

12. Os monumentais fracassos dessas políticas são sempre imputados aos elos mais fracos. Dentro de cada sociedade, o indivíduo é culpado pela sua própria exclusão, como se não vivesse imerso em relações sociais que são decisivas para definir as oportunidades que terá. No sistema internacional, os

efeitos da desordem financeira são jogados nas costas dos países periféricos, pois as crises recorrentes teriam origem em ambientes domésticos insuficientemente adaptados ao receituário universal da modernidade. O modelo de economia e de sociedade proposto não pode ser julgado, pois nunca está completamente implantado. A conclusão se repete monotonamente: dobrar a aposta, seguir em frente, produzir mais do mesmo, pois sempre falta fazer novas supostas “reformas”.

Sujeitado a esse pensamento, o Brasil se tornou incapaz de definir uma agenda própria de desenvolvimento. Deixou de reconhecer seus problemas e suas potencialidades. Abandonou a idéia de ter um projeto. Acostumou-se a viver em crise crônica. Aceitou a tirania das questões de curto prazo. Passou a gravitar em torno de temas artificiais e importados.

13. Mantivemos as formalidades democráticas na esfera política, o que é positivo, mas uma sociedade tão desigual e apartada não pode experimentar a democracia como uma experiência vivida. Grande parte do povo brasileiro não tem assegurados direitos humanos fundamentais, a começar pelo direito à vida. E nosso sistema político vem se mostrando incapaz de gerar decisões que defendam e preservem os interesses estratégicos do país. Submetido a um estilo de governabilidade baseado no loteamento de cargos e na corrupção, o Estado nacional vive uma situação terminal. Perdeu a capacidade de planejar e coordenar decisões. Não é mais capaz de formular um projeto e, muito menos, de sustentá-lo coerentemente no tempo. Está controlado por máfias. Trata-se, agora, de salvá-lo, o que exige alterar a relação que os diferentes grupos sociais têm com ele.

Há muitos anos, forças de natureza supranacional, representantes de rentistas, credores da dívida pública, controlam diretamente duas instituições-chave: o Ministério da Fazenda e o Banco Central. A partir dessas posições, definem as políticas monetária, cambial e fiscal, e comandam a execução do Orçamento da União, assim subordinando a ação de todo o Estado nacional. Apropriam-se diretamente de grande parte dos recursos públicos e querem sempre mais.

Forças de natureza subnacional apresentam-se no jogo político por meio, principalmente, das bancadas formadas no Congresso Nacional – as bancadas do agronegócio, dos meios de comunicação, das escolas privadas, etc – e, a partir delas, barganham seus interesses com o Executivo dominado pelo sistema financeiro. Apoderam-se de partes inteiras do Estado, dadas em concessão.

O povo pobre, que se pronuncia a cada quatro anos nas eleições, recebe políticas compensatórias.

14. Esse arranjo político tem-se mostrado funcional para manter o Brasil na condição de plataforma de valorização do capital financeiro. Submetidos permanentemente à ameaça de fuga de capitais, passamos a viver em situação de eterna emergência econômica, às vezes aguda, às vezes latente, dependendo tão-somente dos humores dos chamados investidores internacionais.

A questão de fundo é de natureza política: devemos manter o comando do Estado e da economia nacional nas mãos daqueles que não têm compromisso com a construção da Nação? Devemos viver como reféns de agentes – nascidos ou não no Brasil, não importa – que não se integram à nossa sociedade, não se sentem parte dela, não gostam dela, não se misturam com ela, não concebem nela o seu futuro, estão sempre com o pé na porta, prontos para ir embora, e utilizam nosso povo e nossos recursos naturais como meros instrumentos de valorização de uma riqueza cada vez mais desterritorializada?

Nossa resposta é não.

Hoje, esses agentes têm instrumentos para produzir turbulências na economia brasileira se suas imposições não forem atendidas. Será necessário retirar deles tais instrumentos. O arranjo institucional que perpetua essa situação precisa ser desmontado.

15. A candidatura da senadora Heloísa Helena, representando a Frente de Esquerda (PSOL-PSTU-PCB), está a serviço desse esforço, que ultrapassa um episódio eleitoral. O sentido dessa candidatura é, antes de tudo, o de reinventar a política como ferramenta da mudança.

Embora não consideremos que a crise brasileira seja crise meramente econômica – ela é uma crise de destino –, este documento programático não se furtará a enfrentar, com certo nível de detalhe, a questão por todos considerada a mais difícil: há um modelo econômico alternativo e viável, que possa ser implantado, considerando-se as limitações do exercício de governo no contexto das instituições atuais? Quais os primeiros passos? Como esse novo modelo se relaciona com alterações estruturais mais profundas?

É o que veremos.

A alternativa macroeconômica

16. A história da economia brasileira, nos últimos trinta anos, pode ser contada como a história de suas sucessivas adaptações aos ciclos do capital financeiro internacional. Na década de 1970, o acúmulo dos chamados petrodólares e a desregulamentação de algumas praças financeiras, com a formação dos mercados *off-shore*, produziram um excesso de liquidez, logo repassado às economias periféricas, como a nossa, que o absorveram sob a forma de dívida. As condições pareciam propícias, com juros baixíssimos, até negativos.

Na década de 1980, as políticas do governo norte-americano inverteram a situação, conduzindo o sistema financeiro internacional a uma crise de liquidez que se traduziu em um dramático aumento nas taxas de juros, igualmente despejado sobre nós. Fomos levados a realizar um ajuste em sentido contrário, não mais voltado para absorver recursos sobrantes, mas para remeter, ao exterior, um múltiplo do que havíamos recebido. Os credores elevaram as taxas de juros a até 23% ao ano, fazendo-as incidir retroativamente sobre o estoque de dívida contraído na década anterior. Nesse momento, em 1981, conhecemos a primeira recessão econômica desde 1929. Nos anos seguintes, nossa economia quebrou. Logo sobrevieram choques cambiais e uma grande crise inflacionária. Tivemos a primeira década perdida em termos de crescimento econômico.

Na década de 1990, o sistema financeiro voltou a dispor de excesso de liquidez, retornando a uma posição emprestadora. Foi a vez da renegociação da chamada “dívida velha”, seguida do Plano Real, cujo verdadeiro lastro foi a abertura de um novo ciclo de endividamento. Com o país voltando a receber novamente vultosos recursos do exterior, a inflação pôde ser contida, ao preço de formar-se um novo passivo externo em expansão.

Eis o principal problema estrutural da economia brasileira: sua condição de economia reflexa, que apenas reage e se adapta a ciclos externos e, por isso, não constitui o seu próprio projeto de desenvolvimento. Nos últimos dezesseis anos, aprofundamos dramaticamente essa nossa condição, ao optarmos por nos inserir no chamado processo de globalização, principalmente, pelos fluxos financeiros. Ficamos reféns de capitais voláteis e perdemos a capacidade de controlar minimamente o nosso próprio processo de desenvolvimento.

17. O espaço permanente de manobra desse capital ultrapassa amplamente o espaço da sociedade nacional, com a qual ele mantém vínculos tênues,

ligados a oportunidades específicas de realizar bons negócios. A abertura financeira, iniciada por Fernando Collor e concluída por Lula, entregou a ele, e a seus associados internos, o nosso destino. Hoje, os não-residentes têm acesso pleno aos mercados domésticos, com liberdade de movimentação para dentro e para fora, enquanto os residentes podem adquirir livremente ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, convertendo reais em dólares e os remetendo ao exterior. Todo o grande capital tornou-se, potencialmente, capital estrangeiro, independentemente da nacionalidade dos seus titulares. Desapareceu o conceito de espaço monetário nacional.

Grande parte do que entra no país como saldo comercial sai pela outra ponta como remessas, e grande parte do chamado investimento direto estrangeiro é apenas uma farsa. Os países que mais investem no Brasil são os paraísos fiscais. O dinheiro entra como se fosse investimento direto estrangeiro, quando na maior parte, como todos sabem, é dinheiro de brasileiros que faz o trajeto de fuga para retornar, quando assim desejar, protegido pelo estatuto, mais favorável e isento de tributos, de capital estrangeiro. Com a desregulamentação financeira, a riqueza da nação e a riqueza dos residentes nacionais não mais se exercem no mesmo território monetário regulado pelo Estado nacional.

18. A amplitude desse processo tem graves conseqüências sobre a dinâmica da nossa economia. A primeira é a fraca capacidade de a sociedade disciplinar o impulso de acumulação de capital, subordinando-o a objetivos maiores, como a ampliação da soberania, da cidadania e do próprio desenvolvimento, visto em perspectiva de longo prazo. A segunda é a radicalização da dinâmica reflexa, marcada por ajustes passivos aos ciclos internacionais, com tendência a crises externas recorrentes. Pois, se o capital estrangeiro predomina – e se, como vimos, todo o grande capital nacional se transforma também em capital “estrangeiro” – então o ciclo da acumulação capitalista passa a conter uma nova exigência: generaliza-se a demanda de que os lucros sejam realizáveis em moeda estrangeira. Decorre daí a tendência a surtos de crescimento instável, sujeitos a interrupções bruscas ou mesmo reversões, que já começaram a gerar a desindustrialização precoce do Brasil. Desde 1990, há dezesseis anos, o produto industrial brasileiro cresce menos do que média da América Latina. Desde 1995, há onze anos, cresce menos do que a média mundial.

A movimentação sem regras de riqueza financeira impede o controle e até mesmo o cálculo da taxa de câmbio, ameaçando, com esse descontrole, desorganizar o sistema de preços em que se baseia a economia real. Como o mercado de câmbio é excepcionalmente volátil, ultra-sensível a movimentos

especulativos, o capital financeiro adquire poder de veto sobre quaisquer decisões que a sociedade queira tomar. Encurralado, o Estado torna-se refém desses movimentos. O poder soberano troca de mãos.

19. Uma incerteza exacerbada, uma alta instabilidade nas condições em que se processa a acumulação e um desenvolvimento intrinsecamente instável fazem com que o capital potencialize a sua natureza especulativa e passe a exigir duas coisas: altíssima rentabilidade e enorme certeza no curto prazo. A altíssima rentabilidade é a contrapartida exigida para que, em um sistema aberto e desregulamentado, a riqueza líquida aceite trocar a moeda melhor (o dólar) pela pior (o real), ou então (o que dá no mesmo) aceite não realizar o movimento inverso; isso se obtém por meio de taxas de juros suficientemente atrativas, que sejam um múltiplo da taxa básica paga no sistema internacional aos ativos denominados em dólar.

A enorme certeza no curto prazo é a contrapartida exigida diante da incerteza estrutural, de longo prazo, que ronda a nossa economia. Por isso, a garantia legal de mobilidade plena, dada pela abertura da conta-capital, vem acompanhada de outras exigências: governos acorados, sociedades desmobilizadas, instituições servis, ajustes fiscais sucessivos, Banco Central independente e garantia de que aquela mobilidade legal poderá ser exercida, de fato, a qualquer momento.

20. Isso coloca a sociedade brasileira diante de alternativas radicais: ou aceita transformar-se em um espaço para fluxos de curto prazo, na forma de um mercado mais ou menos emergente, conforme sua capacidade de adaptar-se aos ciclos do sistema internacional; ou, para desenvolver-se, precisará romper com esse tipo de inserção internacional, o que exigirá realizar reformas internas e reorganizar as bases sociais de seu sistema de poder político.

O Brasil precisa decidir se continuará aceitando sua condição de economia reflexa, agora radicalizada, buscando em cada momento estratégias oportunistas para extrair algumas vantagens dessa condição, ou se deseja construir um projeto próprio, que dê ao país capacidade decisória suficiente para dirigir o próprio destino. É de soberania que estamos falando.

Sucessivos governos brasileiros vêm adotando a primeira opção – a da adaptação oportunista. Nós propomos outro caminho. Grandes países periféricos, como os Estados Unidos do século XIX e a China do século XX, já passaram por isso, cada um ao seu jeito, e só obtiveram êxito quando ousaram contrariar o lugar que lhes fora atribuído pela ordem internacional de seu tempo. Fizeram profundas reformas internas. Alteraram seus sistemas de poder. Cometeram erros e aprenderam com eles. Pagaram o preço associado a

essas decisões. Mas, ao fim e ao cabo, deixaram para trás a condição periférica.

21. Alimentada pelas altas taxas de juros, a dívida interna evoluiu de 45,5% do PIB em 2003 para 50,6% em março de 2006. Para camuflar esse descontrole, o governo recomprou parte da dívida externa, antes dos vencimentos previstos. Graças a esse expediente muito questionável – pois o custo da dívida interna, hoje, é muito maior que o da externa – foi possível manter estável o coeficiente dívida / PIB.

A dívida externa velha diminuiu (US\$ 103 bilhões em dezembro de 2005), mas aumentou, em maior velocidade, o passivo externo líquido da economia brasileira, principalmente na forma de investimentos de portfólio (US\$ 109 bilhões) e capitais de curto prazo (US\$ 130 bilhões). Ampliaram-se grandemente os estoques de ativos produtivos e financeiros detidos por não-residentes, enquanto os residentes, como vimos, ganharam o direito a expatriar livremente sua riqueza. Seus principais ativos financeiros estão em títulos de curto prazo.

Quando ocorrer a reversão do atual ciclo de liquidez internacional ficará evidente que a vulnerabilidade externa da economia, vista como um todo, tornou-se maior. Pois a melhora dos indicadores tradicionais de solvência e liquidez – dada pelo crescimento das exportações e das reservas internacionais, junto com a queda na dívida externa velha – não necessariamente significa uma vulnerabilidade menor. Algumas dimensões dessa vulnerabilidade não são captadas por esses indicadores (como as aplicações dos investidores estrangeiros no mercado doméstico de derivativos financeiros) ou ainda não transpareceram (como o aumento do estoque de títulos públicos detido por investidores estrangeiros depois do incentivo tributário concedido em fevereiro de 2006). Na verdade, reforçaram-se as correias de transmissão de qualquer instabilidade gerada nos mercados financeiros internacionais.

22. Enquanto os países asiáticos aumentaram sua inserção na economia internacional por meio do comércio, selecionando investimentos capazes de produzir esse resultado, o Brasil optou por privilegiar a inserção financeira. Juntou-se assim, alegremente, ao grupo dos grandes perdedores da nova ordem internacional. Os países periféricos que seguem essa trajetória mantêm-se à tona enquanto oferecem ativos atraentes ao capital internacional. Fernando Henrique privatizou e desnacionalizou empresas produtivas, além de fragilizar empresas nacionais privadas, que foram vendidas em massa.

Depois de oferecer o sistema de Previdência, o governo Lula inventou estímulos fiscais para que investidores não-residentes comprem títulos da dívida interna, principal ativo financeiro do país, dotado de grande liquidez. Essa medida compromete o coração da nossa soberania: depois de vender grande parte de seus ativos reais, o Estado brasileiro está internacionalizando, diretamente, a sua capacidade de tributar, que é o lastro da dívida. Retornamos, assim, ao século XIX, quando, em situações de incerteza, a Inglaterra exigia controlar diretamente as rendas dos portos, a única fonte, na época, das receitas do Estado.

Quanto mais elevadas forem as posições com riscos, a participação de capitais estrangeiros voláteis de curto prazo e a alavancagem das carteiras, quanto mais ampla a abertura financeira, maior e mais abrupta será a repercussão de uma mudança de cenário causada pela redução da liquidez internacional. Mais frágil está o país.

23. Queremos mesmo nos autogovernar? – eis a primeira questão. Se a resposta for sim, parece óbvio que precisamos criar instituições, leis, regras e práticas capazes de reconstruir o espaço monetário nacional e impedir que movimentações especulativas desarticulem, a qualquer momento, a nossa economia. Por isso, o primeiro conjunto de medidas é aquele que restabelecerá o controle sobre o fluxo internacional de capitais, em nosso território, para devolver ao Estado os graus de liberdade perdidos, de modo a obrigar os investidores, domésticos ou estrangeiros, a acumular recursos em moeda nacional na proporção e no ritmo que interessam à sociedade como um todo.

Capitais indesejáveis, particularmente os de natureza especulativa, simplesmente não devem entrar no país. Cabe ao Banco Central definir as regras para afugentá-los, sob a forma de impostos e controles. Quanto à remessa de recursos ao exterior, a legislação brasileira em vigor, que vem sendo ignorada, apóia-se no princípio de que só têm direito a sair os capitais que previamente entraram, em proporções adequadas. Residentes não têm direito de exportar capital, podendo fazê-lo desde que autorizados a isso, conforme regras estabelecidas pelo Banco Central. Da mesma forma, empresas que não geram cobertura cambial em suas operações só devem endividar-se no exterior ou ser desnacionalizadas quando devidamente autorizadas. É da defesa da economia nacional, vista como um todo, que se trata aqui.

24. O controle sobre a movimentação de capitais especulativos permitirá reorganizar a atuação das instituições que comandam, ou deveriam comandar, a economia nacional. Hoje, a política econômica começa na definição, pelo

Banco Central, das taxas de juros que o sistema financeiro considera adequadas para não abandonar o real. Para suportar essas taxas, o Estado brasileiro necessita retirar do seu Orçamento vultosos recursos. Parte significativa dos tributos recolhidos da sociedade se esteriliza na forma do famoso superávit primário, entregue aos especuladores. O Orçamento da União é esquartejado na boca do caixa para caber no que sobra. Como a despesa financeira está solta, todas as demais têm de ser fortemente vigiadas e contidas. O superávit primário ganha um *status* compulsório, e as despesas que compõem o orçamento de custeio e de capital passam à condição de resíduo.

O Brasil funciona, pois, sem Orçamento. Ao longo do ano, agrupamentos e *lobbies* lutam para definir quais gastos serão de fato efetuados e quais serão “contingenciados”. Dono da chave do cofre, o Ministério da Fazenda apequena e subordina os demais ministérios, e o Executivo apequena e subordina o Legislativo. Tudo depende de decisões casuísticas, negociadas caso a caso, que não obedecem a um projeto e abrem os espaços para a perpetuação do fisiologismo e da corrupção. As relações entre os poderes deformam-se estruturalmente. Nenhum deles controla, de fato, os gastos públicos.

25. Não há democracia, na verdade, pois a arquitetura institucional da nossa política econômica está virada de ponta-cabeça. Em vez de manejar a dívida pública como um instrumento de política econômica, como fazem todos os países organizados, o Estado brasileiro é manejado por ela, por meio de um Banco Central independente, opaco, intimamente ligado ao sistema financeiro, permanentemente contracionista, inimigo do crescimento e socialmente irresponsável, que se sobrepõe ao poder político da Nação.

Alterar o *modus operandi* do Banco Central e do Ministério da Fazenda é essencial para reorganizar a ação de todo o Estado brasileiro. Na nova arquitetura, que propomos, o Banco Central precisará trabalhar de forma articulada e solidária com o Tesouro Nacional, para apoiar a execução orçamentária, ambos perseguindo objetivos combinados não só para a inflação – como hoje –, mas também para o emprego, a utilização da capacidade produtiva e o volume de crédito ofertado à economia real. Essa ação articulada deve assegurar que a economia seja irrigada com os fluxos monetários e financeiros necessários para conduzi-la, com relativa estabilidade de preços, a uma posição cada vez mais próxima do pleno emprego, ou seja, ao nível em que a produção efetivamente realizada coincida com o uso do potencial produtivo existente. Como veremos, isso lançará o país numa dinâmica de

crescimento que abrirá espaços para alterar mais profundamente o modelo em vigor.

26. Restabelecida a soberania sobre o espaço econômico nacional e redefinida a arquitetura institucional, torna-se possível promover outras mudanças na política macroeconômica, a começar, é claro, pela redução substantiva dos juros.

Ao assumir a Presidência, em janeiro de 2005, Fernando Henrique Cardoso encontrou uma dívida pública interna de R\$ 65 bilhões; durante seus oito anos de governo, o custo de rolagem dessa dívida foi de R\$ 620 bilhões; no fim de seus mandatos, apesar das privatizações de empresas estatais e da elevação da carga tributária – que geraram recursos extras para o Estado –, a mesma dívida atingira R\$ 650 bilhões.

Lula assumiu nessas condições, em janeiro de 2003; até maio de 2006, já havia pago R\$ 420 bilhões aos credores. Mas a mesma dívida, neste momento, ultrapassa R\$ 1 trilhão.

Não é preciso ser economista para compreender que há algo muito errado: quanto mais pagamos, mais devemos, e o ritmo de crescimento da dívida supera de longe o crescimento da capacidade produtiva da economia nacional. Esse processo desarticulou o Estado e está lançando a sociedade em uma crise sem precedentes.

A desproporção dos gastos com o serviço da dívida, em relação aos demais gastos do Estado, é chocante. No orçamento da União em vigor, um mês de pagamento de juros corresponde ao dispêndio anual de todo o Sistema Único de Saúde. Quinze dias correspondem ao gasto anual com educação. Dez dias, aos recursos alocados no Programa Bolsa Família, que unificou quase todos os programas sociais anteriores. Um dia de pagamento de juros cobre com sobras o gasto previsto, no ano, para a construção de habitações populares. Um minuto corresponde à alocação anual de recursos com a defesa dos direitos humanos.

27. O comprometimento de recursos fiscais com o pagamento de juros é crescente, não só em termos absolutos, mas também relativos: 6,48% do PIB durante o primeiro mandato de Fernando Henrique; 7,95% durante o segundo mandato; 8,24% durante os primeiros três anos do mandato de Lula. Em 2005 o montante de juros chegou a R\$ 157 bilhões, com o governo federal respondendo sozinho por R\$ 130 bilhões.

O novo governo terá de posicionar-se diante de uma questão fundamental: reiterar ou interromper essa marcha da insensatez. PT e PSDB já mostraram quais são as suas opções. A nossa é, exatamente, a inversa: nossa

primeira tarefa será retirar o Estado nacional da posição de refém dos interesses rentistas, nacionais e internacionais.

28. O principal argumento contra a baixa imediata da taxa de juros afirma que é necessário completar previamente o ajuste fiscal. Trata-se de um contra-senso. Significa condenar o país a um ajuste fiscal infinito, pois a única conta deficitária do Estado é, justamente, a conta de juros. Como os juros realimentam a dívida, eles, se permanecerem altos, sempre exigirão mais gastos futuros... com juros, que gerarão mais déficit... na conta de juros. Não haverá ajuste fiscal sem queda dos juros, e a queda dos juros realiza automaticamente o ajuste fiscal – eis o segredo de Polichinelo da macroeconomia brasileira. Enquanto as despesas financeiras permanecerem soltas, tratadas de forma irresponsável, o discurso da responsabilidade fiscal continuará sendo um engodo.

Ao aceitarem o caminho do ajuste fiscal infinito, PT e PSDB estão condenados a defender juntos, nos próximos anos, um ataque selvagem às derradeiras conquistas sociais da Constituição de 1988, incluindo os direitos previdenciários e trabalhistas, pois as alternativas já se esgotaram. Não há mais espaços relevantes para aumentar a carga tributária e cortar investimentos, que estão abaixo do limite mínimo para a simples manutenção do que existe.

Se o próximo governo mantiver o atual modelo macroeconômico, como defendem o PT e o PSDB, isso colocará na ordem do dia, inevitavelmente, o aumento da desvinculação de receitas, o corte de despesas obrigatórias, a rediscussão de transferências constitucionais e a diminuição de gastos sociais que hoje estão protegidos pela condição de direitos. Apesar do silêncio dos candidatos desses partidos, as propostas estão na mesa, passando de mão em mão: equilíbrio nominal pelo aumento do superávit primário, elevação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para 40%, diminuição dos benefícios previdenciários, reforma da legislação trabalhista.

Por isso, renova-se a ênfase no “déficit da Previdência”, no “alto custo do trabalho” e nas “despesas vinculadas”. São análises bastante ridículas: a Previdência brasileira, tal como definida na Constituição, é grandemente superavitária; o custo do trabalho no Brasil é muito reduzido; e as despesas vinculadas são o último refúgio da cidadania contra a volúpia dos especuladores financeiros.

29. Os juros correspondem hoje a cerca de 15% dos gastos totais do Estado brasileiro. É uma anomalia internacional. Boa parte do mundo, hoje, mantém taxas reais próximas de zero (Inglaterra, 1,57%; Rússia, 1,27%; Chile, 0,44%;

China, 0,29%) ou negativas (Estados Unidos, -1,09%; Zona do Euro, -1,89%; Japão, -2,6%; Argentina, -3,66%). Não há outro motivo para as taxas brasileiras, a não ser o de promover uma colossal transferência de renda do mundo do trabalho e da produção para o mundo da especulação financeira.

A despesa com juros é fortemente regressiva, do ponto de vista da distribuição da renda nacional. Tem sido financiada com a elevação de uma carga tributária igualmente regressiva. Assim, seja pelo lado do dispêndio, seja pelo lado da arrecadação, o Estado atua como elemento indutor da concentração de renda. Dada a maior dificuldade em conter despesas correntes, muitas das quais, até aqui, sujeitas a vinculações constitucionais, os cortes concentraram-se nos investimentos, que atingiram os menores patamares da história brasileira, criando sérios constrangimentos à retomada do crescimento.

Nesse contexto, a política fiscal também adquire caráter contracionista. A realização sistemática de superávits primários em torno de 4,5% do PIB representa uma esterilização de vultosos recursos. Pela tributação, retira-se poder de compra de segmentos sociais com alta propensão a consumir e, pelo pagamento de juros, transferem-se esses recursos aos detentores da dívida pública, que são aplicadores financeiros.

30. Também os governos subnacionais têm sido penalizados pelas políticas monetária e fiscal: pela concentração das receitas fiscais na União e pelo pagamento de altas taxas de juros, definidas unilateralmente pelo Banco Central. Sem receitas, de um lado, e com despesas financeiras crescentes, de outro, as finanças de estados e municípios se desorganizaram. Essa centralização não é casual: não há lugar para uma genuína Federação em um Estado submetido a um aperto fiscal infinito. Os recursos disponíveis têm de ser concentrados nas instâncias mais afastadas das demandas sociais e que respondem diretamente aos credores. Estes não gostam que os recursos da Nação fiquem distribuídos entre milhares de prefeitos e 27 governadores, eleitos pelo povo local. Preferem lidar diretamente com um só ministro da Fazenda que seja capacho seu.

A transformação do ajuste fiscal em uma característica perene da nossa política econômica, em um ponto fixo ideológico do debate nacional, ultrapassa a sua dimensão econômica. Contém também um perverso sentido estratégico. Tais políticas associam-se, como se sabe, ao baixo crescimento. Embora às vezes necessárias, não podem eternizar-se, especialmente em um país dominado pelas necessidades de desenvolver-se e de promover justiça social. Quem aceita essa receita fica para trás. Quem fica para trás perde as condições de exercer sua soberania.

Menos do que debates técnicos, estão em jogo relações de poder.

31. A queda dos juros é necessária para (a) recompor a capacidade de investimento do Estado, (b) permitir uma redistribuição funcional da renda nacional, com elevação da participação das rendas do trabalho, cadentes há pelo menos três décadas, (c) diminuir o custo de oportunidade do investimento privado, (d) diminuir a relação dívida / PIB, abrindo espaço para alongar o perfil da dívida e alterar a sua composição.

Restabelecidos os controles sobre movimentos externos de capital – e, portanto, eliminada a possibilidade de uma corrida do real para o dólar –, o Banco Central retomará a capacidade de fixar baixas taxas de juros, reduzindo-as sem dificuldade a um patamar compatível com a situação internacional, o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico. Se o mercado financeiro recusar as taxas menores oferecidas, ameaçando deixar de comprar novos títulos públicos, o Banco Central comprará os títulos vencidos, injetando liquidez no mercado interbancário. Ao mesmo tempo, usará todos os recursos que a lei lhe faculta para controlar a movimentação dessa liquidez. Os bancos terão de aceitar as novas taxas oferecidas, simplesmente porque não terão alternativas melhores para aplicar os recursos em caixa à sua disposição.

32. Isso não garante o início de um novo ciclo de crescimento. Será preciso estimular ativamente a demanda. Partindo-se de uma situação inicial marcada pelo alto desemprego e a queda da renda média do trabalho, com esgotamento dos mecanismos de endividamento da população, só há duas fontes autônomas de demanda, que não se excluem: as exportações e os gastos públicos.

A primeira vem sendo utilizada desde 2002, graças a uma conjuntura internacional excepcionalmente propícia, que não sabemos até quando durará. Talvez já esteja acabando. Independentemente disso, pelo menos dois fatores conspiram, hoje, contra o desempenho externo da economia brasileira a médio prazo. O primeiro é a composição da nossa pauta de exportações, centrada basicamente em *commodities* agrícolas e industriais, produtos de baixa intensidade tecnológica e bens intensivos em trabalho e em recursos naturais. De todas as exportações brasileiras, 40% referem-se a produtos em decadência, que experimentam variações negativas no comércio mundial, e 19% a produtos em regressão, que ainda variam positivamente, mas abaixo da média. As importações, por sua vez, apresentam um padrão inverso, com 60% delas concentradas em produtos de média e alta intensidade tecnológica.

Essa inserção comercial desfavorável, muito vulnerável a inflexões de ciclo no comércio internacional, tem-se demonstrado bastante rígida, tanto em

termos setoriais como em termos de intensidade tecnológica, o que mostra a crescente defasagem da economia brasileira no cenário internacional. Depois de dezesseis anos de discurso neoliberal modernizante, temos uma economia muito mais atrasada, em relação à economia mundial atual, do que tínhamos em 1980, em relação à economia mundial daquela época.

33. O segundo fator que conspira contra o nosso desempenho externo é a persistente apreciação do câmbio, que foi uma marca do governo Fernando Henrique até 1999 e voltou a ocorrer a partir de 2002. Não é verdade que ela decorra dos saldos comerciais, pois a fixação do câmbio, na esfera das transações reais, deve expressar o resultado na conta-corrente – que é quase equilibrado –, e não, apenas, na balança comercial.

A distorção permanece porque a determinação da taxa de câmbio no Brasil passou a ser feita, basicamente, pelo circuito especulativo. Os especuladores vendem posições futuras em dólar e compram posições presentes em juros, apreciando artificialmente o real. O Banco Central sanciona esses movimentos, mantendo altas as taxas de juros, interessado em atingir as metas de inflação. E as filiais de empresas multinacionais aproveitam para remeter grandes quantidades de recursos às matrizes; os altos lucros que obtêm no Brasil, basicamente no circuito financeiro, não se transformam em investimentos locais, por insuficiência de demanda. As empresas de infra-estrutura que foram desnacionalizadas não só torcem para que o movimento de apreciação da moeda siga em frente, como usam seu poder de operar nas finanças globais para garantir esse resultado, que aumenta suas remessas de lucros em moeda forte. Forma-se, assim, a grande aliança que conspira pela permanente apreciação do câmbio, deformando o sistema de preços relativos, contra a economia real.

Um período prolongado de valorização cambial, em um contexto de abertura comercial, provoca profundo impacto negativo na economia de qualquer país. A cadeia produtiva dos setores intensivos em tecnologia e capital perde densidade, pois neles os riscos do investimento são mais elevados. A estrutura produtiva regride. A indústria, como um todo, tende a concentrar-se mais na finalização de produtos, pois nesses casos os componentes importados são quase iguais ao produto final.

A combinação de taxas de câmbio valorizadas e de passivos externos líquidos muito elevados é a receita do desastre anunciado.

34. O destino das contas externas brasileiras não pode continuar nas mãos dos capitais voláteis. Sem uma taxa de câmbio competitiva, a economia brasileira não crescerá. Se essa taxa não for relativamente estável e

minimamente previsível, continuará sendo impossível realizar o cálculo econômico.

As soluções propostas pelo governo para enfrentar a permanente valorização do real aprofundam o problema. Todas, sem exceção – as já adotadas, as anunciadas e as que estão sendo estudadas –, aumentam a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a expõem a riscos crescentes, que ficarão evidentes quando terminar o atual ciclo de liquidez internacional. Com a diminuição (e, no limite, eliminação) da cobertura cambial às exportações, recentemente anunciada, os fluxos de dólares gerados pelo comércio passarão a se subordinar às mesmas variáveis que comandam os fluxos de capitais, especialmente o diferencial de juros e a expectativa de valorização cambial. O circuito da especulação será ampliado.

A flutuação administrada do câmbio, em torno da taxa de equilíbrio – aquela que garante máxima utilização da capacidade produtiva com equilíbrio no balanço de pagamentos –, diminuindo sua volatilidade, representaria um poderoso estímulo às atividades produtivas brasileiras. Essa nova política cambial não terá impacto inflacionário, pois a estabilidade monetária não depende do nível em que está colocada a taxa de câmbio; só é influenciada pela sua variação, realizada ou esperada. O período de transição é que precisa ser monitorado.

35. As exportações brasileiras são muito concentradas em grandes empresas, especialmente filiais de multinacionais, que já atuam tradicionalmente no comércio exterior. Elas foram responsáveis por 75% do crescimento das exportações entre 1998 e 2004. No primeiro semestre de 2006, apenas 69 grandes empresas realizaram 52% de todas as vendas externas do país. O modelo exportador beneficia poucos. Tem baixo efeito multiplicador sobre o conjunto da economia.

A demanda externa, embora importante para o equilíbrio do balanço de pagamentos, tem também um efeito relativamente pequeno na geração líquida de emprego, como se viu nos últimos anos. Pois o emprego não varia conforme a totalidade das exportações, nem mesmo do superávit comercial; ele depende do resultado em conta-corrente, no qual, por motivos estruturais, o Brasil não poderá obter ganhos muito expressivos em curto prazo.

O foco de uma política de redução do desemprego e de promoção do pleno emprego tem de ser, pois, o aumento da demanda interna, cujo impulso inicial só pode vir do aumento do dispêndio público não inflacionário. A macroeconomia clássica diz que esse dispêndio deve ser deficitário. No caso brasileiro atual, não é necessário que seja assim. Basta obter equilíbrio

orçamentário nominal, baixando a taxa de juros, o que reforça o caráter não inflacionário da proposta.

A idéia de que o governo deve ser sempre superavitário não encontra respaldo em macroeconomia. É fácil entender por quê: superávit no setor público é a contraface contábil de um déficit na sociedade. Se o governo recebe mais do que gasta, os agentes privados – empresas e famílias –, na sua relação com o governo, gastam mais do que recebem. Se, ao contrário, o governo gasta mais do que recebe, os agentes privados recebem mais do que gastam. Ambas as situações têm vantagens e desvantagens. Por isso, contas públicas em superávit ou em déficit são receitas legítimas, dependendo da conjuntura econômica. O Brasil, porém, escolheu o pior dos mundos: tem superávit primário (a sociedade tem déficit na relação com o Estado) e déficit nominal (os rentistas têm superávit ainda maior na relação com o Estado).

36. O equilíbrio nominal, obtido com a queda nas taxas de juros, liberará recursos que estão presos no superávit primário. No nível praticado hoje, esse superávit significa que o governo retira da economia cerca de R\$ 90 bilhões por ano, para pagar parte dos juros da dívida (a outra parte é incorporada ao principal, e por isso a dívida não pára de crescer). O primeiro efeito é produzir uma transferência de renda dos pobres, os maiores pagadores de impostos, para os ricos, que detêm os títulos da dívida. Como esses títulos têm a mesma liquidez da moeda, sendo negociados diariamente no *over*, podemos chamá-los de “moeda financeira”.

Nossa economia funciona com dois tipos de moeda: a moeda comum, à qual todos têm acesso e que se desvaloriza conforme a taxa de inflação; e a moeda financeira, que rende juros muito acima da inflação. Só os mais ricos e os bancos têm acesso a esta última. Esta anomalia, até onde sabemos, não existe em nenhum outro país. É, de longe, o principal mecanismo de concentração da renda nacional.

Mas há mais: o dinheiro (moeda comum) trocado por títulos (moeda financeira) também não é investido pelo Estado. O Banco Central o esteriliza, diminuindo a circulação dos meios de pagamento. Garante ganhos extraordinários aos aplicadores financeiros, enquanto comprime o crédito, provoca baixo crescimento e aumenta o desemprego na vida real. Fases de recuperação da atividade são logo abortadas. A resultante é uma reiterada tendência ao baixo crescimento quando se observam séries mais longas.

37. Essa engrenagem precisa mudar. Na seqüência de uma nova política fiscal-monetária, o mercado monetário será progressivamente descolado do mercado financeiro, separando-se, por um gradiente de taxa de juros, o que é

moeda virtual e o que é poupança genuína, com regras próprias de recurso a liquidez. Feito isso, sustentando-se baixas taxas de juros e retomando o crescimento econômico, pode-se perder o medo da dívida pública. Ela sempre foi e continua a ser um recurso legítimo dos Estados nacionais, e por isso existe no mundo todo. Gastos de hoje beneficiam as gerações futuras, e é justo que elas repartam os custos com as gerações atuais. Além disso, a dívida pública tem uma importante função macroeconômica, como reguladora da liquidez. O Brasil não precisa repudiá-la, mas retomar o controle sobre ela, diminuindo dramaticamente o seu custo de rolagem e alterando o seu perfil. Cerca de 40% dos títulos vencem em menos de um ano, e quase toda a dívida vence em dois anos. É essencial alongar esses prazos, pois quanto maior é a velocidade com que os investidores privados podem alterar a composição de suas carteiras, tanto menor é a capacidade de o governo administrar a dívida.

38. Os R\$ 90 bilhões anuais, hoje esterilizados no superávit primário, precisam ser usados para financiar dispêndio público em educação, saúde, habitação popular, reforma agrária, agricultura, saneamento, infra-estrutura, segurança e defesa. Milhões de empregos diretos poderão ser criados assim. Com o aumento das compras governamentais e da massa salarial, outros milhões de empregos se seguirão no setor privado. O financiamento disso, como vimos, não é intrinsecamente inflacionário, pois não se trata de emissão primária de moeda. Trata-se de dinheiro que foi retirado da sociedade por meio de impostos.

A expansão dos serviços públicos não obedece apenas a um imperativo social. Ao contrário do comércio, dos bancos, das fábricas e da agricultura empresarial, que incorporaram regras “industriais” de divisão do trabalho, com automação dos procedimentos, os serviços não vinculados à produção – como educação, saúde, habitação popular, saneamento e segurança, tipicamente prestados pelo Estado – permanecem intensivos em trabalho. Como a urbanização aumenta a demanda por esses serviços, tanto em termos absolutos como relativos, abrem-se por essa via enormes possibilidades de expansão do emprego. Se em vez de 50 alunos em cada sala de aula tivermos 25, o ensino será de melhor qualidade e dois professores trabalharão no lugar de um. Se quisermos prover saúde pública de qualidade, milhares de profissionais, de todos os níveis, serão requisitados. Espalhar saneamento é melhorar a qualidade de vida e disseminar trabalho.

Para os que acham que isso incharia a máquina do Estado, basta lembrar que o emprego público corresponde a apenas 8,5% do emprego total no Brasil. Nos Estados Unidos ele corresponde a 16%; na França, a 27%.

39. Removidos os obstáculos da política monetária, a retomada do crescimento exigirá a combinação de três elementos dinâmicos: (a) investimentos públicos em serviços e em infra-estrutura, que desempenham o papel de gasto autônomo e removem gargalos, aumentando a competitividade sistêmica; (b) consumo das famílias, que responde por 60% do PIB e representa o elemento endógeno necessário para conferir estabilidade ao novo ciclo; (c) exportações, que também desempenham o papel de gasto autônomo e ajudam a remover restrições externas.

Isso significa romper com a visão dominante de política econômica. Segundo ela, a única contribuição que essa política pode dar ao crescimento é assegurar uma inflação baixa. O aumento da taxa potencial de crescimento da economia brasileira, ela diz, só pode ser obtido por meio de ganhos microeconômicos e de reformas institucionais, em geral para definir marcos regulatórios mais favoráveis ao capital. Desconsidera-se, assim, a influência da taxa de juros na decisão de investimento das empresas e no crescimento de longo prazo.

Para aumentar a taxa potencial de crescimento da economia brasileira para 6% a 7% ao ano, supondo constantes os valores da relação capital/produto e da taxa de depreciação do estoque de capital, será necessário elevar a taxa de investimento para cerca de 26% do PIB. Isso significa aumentar a formação bruta de capital fixo em 7% do PIB, o que, no início, depende crucialmente da retomada do investimento público, pois o investimento privado não pode desafiar o ciclo econômico.

Hoje, o Banco Central age para que nada disso aconteça e, para justificá-lo, nos apresenta um raciocínio perfeitamente circular. Mantém altos os juros para que a taxa “saudável” de crescimento, fixada em 3,5%, não seja ultrapassada. Mas não leva em conta que as elevadas taxas de juros deprimem, elas mesmas, a formação bruta de capital fixo, pois nesse contexto poucos projetos mantêm-se economicamente viáveis. Assim, a ação do próprio Banco Central contribui para reduzir a taxa potencial de crescimento da economia. A profecia realiza a si mesma.

40. Um dos subprodutos do baixo crescimento crônico é a desorganização do mercado de trabalho, com a manutenção de um desemprego elevado, que atinge especialmente os jovens. Entre 1999 e 2004, a economia nacional cresceu 14,5% (variação média de 2,7% ao ano), enquanto a taxa de investimentos, como proporção do PIB, diminuía sensivelmente. Por isso, a recuperação do emprego ocorreu fundamentalmente por meio da ocupação da capacidade ociosa do setor produtivo. Nesse contexto, criam-se principalmente postos com baixa remuneração. Muitas vezes isso ocorre sob o

estímulo da elevação da rotatividade do trabalho, com substituição de um posto de trabalho mais bem remunerado pela contratação de maior número de empregados com ínfima remuneração. A rotatividade aumentou 14% em período recente, e a metade dos empregados, em todo o país, têm menos de dois anos de emprego. A má qualidade da inserção internacional também contribui para isso.

A tabulação dos dados do Ministério do Trabalho permite uma conclusão estarrecedora: durante todo o governo Lula não há saldo líquido de emprego em faixas de renda acima de três salários mínimos. Nada menos que 64% dos novos postos de trabalho, abertos entre 1999 e 2004, pagam até um salário mínimo, e o saldo remanescente se concentra basicamente em empregos até 1,5 salário, com amplo destaque para os empregos domésticos; decresce a partir de então e se torna negativo em todas as faixas acima de três salários. Aumentou o emprego formal e caiu o rendimento médio do trabalho, o que representa, é claro, maior taxa de exploração do trabalho.

Nosso mercado de trabalho especializou-se em gerar, quase exclusivamente, postos de vínculo precário, de baixa produtividade e de baixa remuneração. O trabalho qualificado está desaparecendo da economia brasileira. Não é possível exagerar as conseqüências disso para o futuro do país.

41. Não é verdade que o Estado tenha ficado menor no período de hegemonia neoliberal. Depende do ponto de vista. O gasto com investimento, é verdade, caiu de 1,4% para 0,4% do PIB nos últimos oito anos, ficando abaixo da taxa de reposição. Mas a arrecadação de impostos e as despesas da União cresceram pelo menos 9% do PIB, por causa das despesas financeiras.

A retomada do crescimento também abrirá espaço para uma diminuição relativa da carga fiscal. Depois de um aumento brutal dessa carga entre 1998 e 2006, são compreensíveis as demandas para que ela seja reduzida. Porém, sem alterações na política monetária, essa medida provavelmente não produziria aumento do gasto ou do investimento privado, favorecendo o emprego. Sem queda da taxa de juros básica, um programa de redução tributária poderia ter um paradoxal efeito contracionista, pois empresas e famílias tenderiam a desviar sua renda adicional para o *over*, aumentando a dívida interna. O efeito sobre a demanda agregada seria desprezível; sobre as contas públicas, seria negativo. No contexto brasileiro atual só faz sentido reduzir a carga tributária, em termos relativos, por efeito do próprio crescimento econômico, pelo menos até obtermos uma queda substancial nas taxas de desemprego.

Com crescimento, torna-se possível diminuir progressivamente a carga, como proporção do PIB, sem afetar a capacidade de gastos do setor público,

que, como vimos, será o componente decisivo na retomada do crescimento. Se a economia crescer 7% ao ano durante cinco anos seguidos e a carga tributária aumentar, em termos absolutos, em 2% ao ano, ritmo pouco superior ao crescimento populacional, ela cairá, em termos relativos, dos atuais 37% para 28% do PIB. Também a relação dívida / PIB cairá rapidamente. Será necessário, tão-somente, manter-se um equilíbrio fiscal nominal, objetivo muito fácil de ser atingido no novo contexto.

42. Com taxas de juros mais baixas, muitas outras decisões de investimento em ampliação da capacidade produtiva serão viabilizadas, aumentando a formação bruta de capital fixo e, junto com ela, como vimos, a taxa de crescimento potencial da economia. Nesse processo, podem ocorrer tensões inflacionárias localizadas e temporárias, decorrentes do hiato entre as decisões de investimento e o aumento subsequente da capacidade produtiva. Pressões desse tipo são admissíveis em qualquer processo de desenvolvimento.

Não haverá, porém, crise inflacionária. Pois não tem sentido imaginar que o Brasil possa ingressar em uma crise desse tipo em um mundo em que as taxas de inflação são muito baixas, com tendência a deflação. O grau de interligação das economias e os instrumentos à disposição do Banco Central impedem isso.

A política antiinflacionária será alterada. Em uma economia aberta, com câmbio flutuante e preços fundamentais em regime administrado, apenas um pequeno grupo de preços – os concorrenciais e destinados exclusivamente ao mercado interno – reage ao aumento de juros como arma de controle inflacionário (mesmo nesse caso, a eficácia dos juros é controversa). Por isso, o controle da inflação por meio, basicamente, da taxa de juros é muito imperfeito, tem efeitos colaterais indesejados e, no caso brasileiro, exige sempre uma *overdose*. A inflação brasileira é fundamentalmente de custos, e não de demanda. Pode ser inteiramente explicada por choques de oferta e pela inércia trazida pelos contratos indexados.

As *commodities* e os setores que têm preços administrados representam 69% do IPCA, adotado como referência para fixar e apurar as metas de inflação. Como as *commodities* variam com o câmbio, os preços administrados são regulados pelo governo e o segmento oligopolizado é capaz de defender seu *mark-up*, a política antiinflacionária baseada na contração da demanda tem de deprimir, de forma desproporcional, os preços concorrenciais. Isso se faz com doses cavalares de juros (deixaremos de lado o fato bizarro de que, para perseguir suas metas, o BC baseia-se em pesquisas de opinião realizadas com analistas de bancos, justamente os que têm muito a ganhar com taxas de juros mais elevadas). A baixa inflação, assim obtida,

reflete uma média que esconde uma altíssima dispersão de preços, a qual penaliza as empresas que atuam em mercados não oligopolizados e produzem para o mercado interno.

A recuperação de graus de liberdade na operação da política cambial, a desindexação do reajuste das tarifas públicas e uma ativa política de rendas serão muito mais efetivos para controlar a inflação do que o atual regime de metas, que sobrecarrega a política monetária. E, em um contexto de retomada do crescimento e redução da relação dívida / PIB, o controle da liquidez também poderá ser feito com a utilização de políticas de *open market*, sem desencadear os efeitos colaterais que conhecemos. Em uma etapa subsequente, se aparecerem pressões inflacionárias de demanda, resultantes do próprio crescimento, poderemos recompor um superávit, sem aumento da carga tributária, ao estilo de uma política macroeconômica anticíclica.

43. Por meio de mil e um expedientes, o governo Lula está tentando demonstrar, todo o tempo, que a acumulação financeira desenfreada é social e politicamente sustentável. Não é. O reiterado anúncio de que o Brasil entrou em uma nova fase de crescimento é uma farsa. Em primeiro lugar, não há crescimento, pois a renda *per capita* continua virtualmente estagnada. Em segundo, o que aí está não se sustentará.

Desde meados de 2002, até hoje, a única fonte estável de estímulo à nossa economia têm sido as exportações, impulsionadas por um ciclo extremamente favorável no comércio internacional. As restrições estruturais ao nosso crescimento permanecem inalteradas: demanda interna reprimida, baixíssimo investimento público, infra-estrutura precária, crédito caro, pequenas escalas de produção, crescente concorrência de outras economias em ascensão, câmbio apreciado e volátil. Nesse contexto, são inócuas – quando não, simplesmente, mal-intencionadas – as propostas de marcos regulatórios mais favoráveis ao capital, de parcerias público-privadas e outras invencionices. Não há risco jurisdicional ao investimento no Brasil. O risco é de natureza econômica e decorre dos fundamentos do modelo neoliberal.

No plano interno, a principal novidade foi o aumento do crédito de consumo para as famílias, por meio do crédito consignado. Cerca de 80% dos usuários dessa modalidade de crédito foram aposentados e funcionários públicos, o que reduz praticamente a zero o risco das operações. Mesmo assim, elas têm sido feitas com taxas de juros que seriam consideradas extorsivas em qualquer outro país: 2,9% ao mês, ou 40% ao ano. A ampliação do crédito, como se sabe, se esgota rapidamente quando as taxas de juros são muito superiores ao crescimento da renda.

Como os ciclos da economia internacional se transmitem com muita intensidade para dentro da economia brasileira atual, nos momentos de baixa desses ciclos não resta, hoje, nenhum componente de demanda agregada capaz de sustentar o nosso crescimento. A recuperação da capacidade de investimento público e a elevação sustentada dos rendimentos do trabalho são essenciais para formar um eixo dinâmico endógeno a partir da demanda doméstica, decisivo em uma estratégia de longo prazo. Só o crescimento firme do mercado interno e o aumento substancial da qualificação do trabalho realizado no Brasil poderão alterar esse quadro.

44. A nova política macroeconômica pode ser assim sintetizada: (a) restabelecer controles sobre entrada e saída de capitais, para que essa movimentação não desarticule, nem ameace desarticular, a economia nacional; (b) redefinir a arquitetura institucional em que a política econômica se realiza, para que o Orçamento seja, finalmente, uma peça de planejamento democrático dos gastos públicos, e para que o Banco Central atue de forma solidária com o conjunto do Estado brasileiro, tendo em vista três objetivos: relativa estabilidade de preços, crescimento econômico e busca do pleno emprego; (c) reduzir rapidamente a taxa de juros para níveis compatíveis com a realidade internacional, o equilíbrio das contas públicas e a retomada do crescimento econômico; (d) conter a influência dos circuitos especulativos sobre a taxa de câmbio, tornando-a menos volátil e mantendo-a tão próxima quanto possível do nível adequado para garantir equilíbrio nas contas externas e utilização plena da capacidade instalada; (e) usar a folga fiscal, criada pela queda das despesas com juros, para financiar de forma não inflacionária um ambicioso programa de investimentos em infra-estrutura econômica e serviços essenciais; (f) usar a folga fiscal também para renegociar dívidas de estados e municípios, de modo a fortalecer a Federação; (g) eliminar a indexação em preços administrados pelo próprio Estado, principal fonte remanescente de inflação.

A dinâmica do novo ciclo

45. A gestão macroeconômica abre um caminho de transição a um outro modelo de economia e de sociedade. Sua função é, antes de tudo, resgatar a nossa capacidade de fazer política econômica para retomar, em novas bases, a construção da Nação.

Nosso problema econômico mais relevante, no curto prazo, é conciliar crescimento e distribuição. O elo entre ambos é o mercado interno. A consolidação desse mercado como um elemento dinâmico é a nova face fundamental da questão nacional, marcada em décadas anteriores pela defesa dos recursos naturais e a opção industrializadora. É o aspecto central de um novo ciclo de desenvolvimento econômico.

Três elementos gerais decorrem dessa orientação: (a) aumentar a produtividade média (e não, principalmente, a produtividade marginal) do trabalho; (b) reter em nosso espaço econômico a maior parte possível da riqueza gerada; (c) distribuir essa riqueza da forma mais equitativa possível.

46. É perfeitamente possível estabelecer dessa forma uma nova dinâmica econômica. Ainda contamos com uma base produtiva relativamente moderna, articulada, mas que não está na ponta tecnológica; e com um mercado de consumo que conserva imensa sede de produtos tradicionais. São diferenças marcantes em relação à situação dos países mais ricos – diferenças decorrentes, é claro, do nosso atraso relativo atual. Mas, paradoxalmente, essa desvantagem contém elementos que, vistos no contexto de uma estratégia correta, representam oportunidades relativamente fáceis de desenvolvimento. Pois as mutações na estrutura produtiva podem ser mais velozes e mais radicais no Brasil, onde a força de trabalho está distribuída por segmentos que apresentam os mais distintos níveis de produtividade. Deslocando trabalhadores dos setores mais atrasados para os mais modernos, ou modernizando esses setores atrasados, por meio da difusão de técnicas já conhecidas, há grande elevação da produtividade média, com difusão desse ganho para a sociedade como um todo. Ao contrário do que ocorre nos países mais ricos, nós não precisamos operar com um horizonte tecnológico indeterminado.

Além disso, temos grande quantidade de recursos e capacidades que se encontram ocultos, dispersos ou subutilizados, pela longa ausência de um projeto coerente. Nosso desenvolvimento dependerá, em grande medida, da capacidade de os mobilizarmos.

47. São imensos os ganhos de eficiência disponíveis para ser capturados pela economia brasileira com a modernização de setores e atividades retardatários, melhor organização social da produção e da distribuição, e maior difusão de técnicas, com forte impacto sobre o nível de emprego. Quanto à renda, quanto mais igualitária for a sua distribuição, maior e mais variada será a demanda, e mais rapidamente o mercado interno alcançará dimensões que permitam ganhos de escala, o que aumenta também a nossa capacidade de competir no exterior.

É preciso interromper a interminável sucessão de ajustes recessivos, realizando em seu lugar um outro ajuste – muito mais profundo – que combine restrição seletiva da demanda de bens supérfluos, especialmente os que implicam elevado componente de importações, e expansão da oferta de bens essenciais, em um movimento coordenado. A expansão sustentada do mercado interno induzirá essa reorganização gradual do setor produtivo, com ganhos de escala e alteração na composição setorial do produto.

48. O Estado precisará definir um conjunto de políticas destinado a baratear significativamente os custos da alimentação, da habitação e dos transportes. A mais recente Pesquisa de Orçamento Familiar, realizada pelo IBGE, mostra que mais de 75% da renda das famílias brasileiras dirigem-se apenas a esses três itens. Nas famílias pobres esse percentual é ainda maior, podendo chegar a 100%. Além de ser um indicador de baixa qualidade de vida – pois as pessoas apenas moram (mal), se deslocam (mal) e comem (mal) –, é uma informação decisiva para a política econômica, pois explica a atrofia do mercado interno. Nos três setores o Estado tem muito a fazer, de modo a diminuir o comprometimento da renda familiar com a comida, o aluguel e o transporte, liberando poder de compra para os outros bens e serviços, cuja produção seria assim dinamizada.

49. A recuperação e a ampliação da infra-estrutura também demandarão novas políticas e grandes investimentos. Aí aparece com clareza o desmonte do Brasil.

Na energia elétrica, o processo de privatizações prometia aumento de oferta: gerou racionamento e incertezas. Prometia energia barata: as tarifas subiram 182% para a energia residencial, 130% para a industrial e 130% para a comercial e 110% para a rural, em um período em que a inflação acumulada foi de 58%. Prometia dólares para o Brasil, quando se sabe que geração e distribuição de energia, assim como ocorre nas demais áreas de infra-estrutura, são pagos em reais; a remessa de lucros das empresas estrangeiras vindas para esse setor passaram a sangrar permanentemente as reservas brasileiras. Tudo

resultou em uma desordem física, legal e institucional que o governo Lula não teve coragem de consertar, ao optar por um modelo híbrido, incapaz de reintroduzir o planejamento estratégico em todas as suas dimensões e de aproveitar as vantagens comparativas do Brasil. O Operador Nacional do Sistema aponta novo risco de déficit a partir de 2010 e talvez antes, se a economia voltar a crescer.

No petróleo, 60% das ações da Petrobrás foram vendidas a investidores privados, a preços ridículos, sendo 40% delas na Bolsa de Nova York, o que transformou a empresa em grande exportadora de divisas. Mantiveram-se os leilões de áreas petrolíferas brasileiras, com exportação do óleo extraído, o que nos reconduzirá à condição de importadores em futuro próximo – pois nossas reservas não são abundantes –, quando a disputa pelo petróleo estará muito mais acirrada e os preços, ainda mais altos.

Nos transportes, a manutenção da rede de estradas – por onde transitam 75% da carga que cruza o território nacional, excetuando-se o minério de ferro – exigiu, historicamente, 0,6% do PIB. Durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram investidos 0,3%; no de Lula, 0,1%. A expressão mais dramática desse descaso, além da ineficiência econômica, é a quantidade de acidentes: um milhão por ano, com 300 mil pessoas hospitalizadas e 47 mil mortes.

Na mineração, convivemos com uma lembrança vergonhosa para o Brasil. A Companhia Vale do Rio Doce, maior mineradora do mundo e maior empresa de logística do hemisfério americano, foi vendida por R\$ 3,4 bilhões, quando tinha R\$ 700 milhões em caixa ou em recebíveis de curto prazo. Desde então, não somou ao seu patrimônio nenhum novo ativo relevante. Todas as suas minas, ferrovias, portos e navios, além de participações em siderurgias, já existiam. Hoje, poucos anos depois, a própria companhia informa, oficialmente, que vale R\$ 127 bilhões. Há fortes indícios de que o mesmo grupo econômico realizou a modelagem da venda, inclusive com a definição do preço, e participou da compra de ações colocadas na Bolsa de Nova York, atuando nas duas pontas do processo.

Nas telecomunicações, o Brasil privatizou o sistema sem garantir, no novo modelo, a presença de uma operadora nacional forte e predominante. A indústria nacional de equipamentos e os centros de pesquisa praticamente desapareceram, levando consigo milhares de postos de trabalho qualificados. Concedendo-se enormes subsídios estatais, montou-se um sistema crescentemente irracional, que funciona com quase 25% de ociosidade, cobra as tarifas mais altas do mundo, contribui para desequilibrar as contas externas, pela alta remessa de lucros ao exterior, e é estruturalmente incapaz de cumprir a meta de universalização do acesso. Os serviços se adensaram principalmente

nas áreas de altas rendas e se expandiram muito menos, horizontalmente. O volume de tráfego de pulsos telefônicos praticamente não aumentou, e a rede, como um todo, já parou de crescer: para cada telefone instalado, outro é cortado.

50. Ineficiência e crises em energia, transportes e telecomunicações transformam-se em ineficiência e crises sistêmicas, que atingem todos os empreendimentos. O Brasil é auto-suficiente no domínio das técnicas e na capacidade de execução na maior parte desses setores, que exigem projetos grandes e de longa maturação, sempre relacionados a um planejamento estratégico. Precisa usar essa capacidade.

Investimentos em infra-estrutura diferenciam-se dos investimentos comuns pela escala, integração e indivisibilidade. Implicam custos fixos de instalação muito elevados. Exigem a construção de vastas redes de distribuição. São intensivos em capital e em tecnologia. Exigem coordenação de decisões. Têm de prover bens e serviços ininterruptamente. Demandam profissionais qualificados. Precisam de recursos volumosos em manutenção. Em muitos casos, constituem monopólios naturais. Não é verdade, pois, que a precariedade de investimentos privados nessas áreas decorra de riscos regulatórios. Estes não são investimentos típicos de um capitalismo privado financeirizado, muito menos em um ambiente de instabilidade macroeconômica.

Um planejamento integrado da infra-estrutura é essencial para reforçar sinergias, sem as quais há enorme perda de potencial, e modernizar eixos espaciais de desenvolvimento, que precisam voltar a ter como principal referência a integração do território e a dinamização do mercado interno. O papel do Estado na elaboração dessa visão sistêmica e na realização desses investimentos permanece insubstituível.

O montante mínimo necessário de investimentos em infra-estrutura econômica, a fim de evitar maior deterioração, é da ordem de R\$ 58 bilhões anuais, pouco mais de 1/3 do que o país gasta hoje com juros. Em 2005, a despesa empenhada em infra-estrutura, pelo governo federal, foi de R\$ 7,8 bilhões. Isso só reforça o que afirmamos na segunda parte deste documento, sobre a necessidade de recuperar a capacidade de investimento do Estado.

Além da infra-estrutura econômica, há a social: 83 milhões de pessoas ainda não são atendidas por sistemas de esgoto, 45 milhões carecem de distribuição de água potável e 14 milhões não dispõem de coleta de lixo. Cerca de 65% das internações hospitalares de crianças de zero a cinco anos decorrem da precariedade nesses serviços. O investimento necessário para universalizar os serviços de água e esgoto no país, conforme o Ministério das

Cidades, é de cerca de R\$ 10 bilhões por ano, durante 20 anos, também muito acima do que o que temos realizado. Há um déficit habitacional estimado em 7 milhões de residências.

51. Para ajustar a estrutura produtiva brasileira ao novo ciclo será necessário estruturar um núcleo endógeno de desenvolvimento. Sua consolidação não será um processo espontâneo, como não foi em nenhum outro país.

Nele estão, é claro, o setor financeiro, as indústrias de insumos básicos e de bens de capital, o setor agrícola e as empresas que podem desempenhar o papel de corporações estratégicas. Entre estas, por seu tamanho, integração nacional e/ou inserção internacional, destacam-se a Companhia Vale do Rio Doce, em mineração, logística e atividades correlatas; a Petrobrás, no complexo petrolífero, incluindo pesquisa, extração, refino, transporte e comercialização; o Sistema Eletrobrás, pelas grandes massas de capital que movimenta e a importância do insumo que produz, atuando em um setor em que é vital o planejamento com larga antecedência. Tais empresas têm capacidade técnica, financeira e de organização não só para operar em escala nacional e, se necessário, internacional, como para assegurar que a economia brasileira abrigue complexos sistemas de planejamento estratégico com função estruturante.

Além delas, precisaremos criar estruturas poderosas –provavelmente, novas empresas – que atuem em fronteiras tecnológicas, como as biotecnologias, as técnicas agroecológicas e as energias renováveis, todas elas demandantes de trabalho qualificado em alto grau.

52. O Estado ocupará seu lugar no provimento da infra-estrutura e na organização desse núcleo endógeno. As privatizações de empresas estatais serão submetidas a auditorias, cujos resultados definirão os caminhos a seguir. A Eletrobrás assumirá o papel de uma “Petrobrás” da eletricidade, realizando e coordenando investimentos em larga escala para garantir que a oferta de energia volte a se antecipar à demanda, crescendo à taxa mínima de 9% ao ano, necessária para sustentar o crescimento esperado, de 6% a 7% do PIB. Os leilões de áreas petrolíferas serão suspensos, e revistos os contratos de concessão dessas áreas para empresas estrangeiras; o Brasil voltará a planejar cuidadosamente o uso desse recurso estratégico não renovável.

O novo governo apresentará um novo Plano Nacional de Viação (o último foi elaborado em 1973), com um conjunto de projetos estruturais para atualizar e modernizar a matriz de transportes. A expansão das atividades pelo território tornou disfuncional a matriz criada na década de 1950, baseada em

rodovias, que respondia à necessidade de integração basicamente regional e de estímulo à indústria automobilística, que liderava o crescimento na época. É necessário um pacote de investimentos para recuperá-la e alterá-la, com ampliação e modernização das redes ferroviária, hidroviária e de cabotagem.

Os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), do Fundo de Serviços em Telecomunicações (Fust) e de outras fontes, hoje contingenciados no superávit primário, serão liberados para, junto com recursos orçamentários, elevarem substancialmente o investimento público em todas as áreas.

53. Numa economia de porte continental, como a nossa, com extraordinária dotação de fatores, não existe um dilema entre expansão sustentada da demanda interna e ampliação das relações comerciais com o resto do mundo. Ao contrário. Preservadas certas opções estratégicas do ponto de vista da segurança e do bem-estar, o país pode e deve ser superavitário em certos setores e abastecer-se em outros no mercado internacional, tendo em vista otimizar a operação do seu próprio sistema produtivo.

Mas essa inserção no sistema internacional deve ser feita de modo a: (a) ajudar a superar os desequilíbrios estruturais internos da sociedade brasileira, e não contribuir para agravá-los; (b) estimular a alocação ótima dos nossos fatores de produção, e não a subutilização ou o desmonte desses mesmos fatores; (c) ser compatível com o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos e a autonomia das bases monetárias da economia nacional.

Isso exige alterar o nosso padrão de inserção, com modificação da pauta de exportações, em direção a produtos de maior valor agregado, substituição de importações, regulamentação da conta financeira e seleção de investimentos estrangeiros.

A distribuição de renda e riqueza

54. Entre as políticas de distribuição de renda, destaca-se a elevação sistemática do salário mínimo. Ele perdeu poder de compra durante um longo período, o que o levou a um patamar muito baixo. Nos dez últimos anos iniciou-se um movimento de recuperação, o que é positivo, mas tal movimento ainda está subordinado ao jogo político-eleitoral de cada ano.

Não é possível adotar, hoje, uma política de reajuste abrupto, como o de 1953. As implicações do aumento do mínimo sobre os setores público e privado são atualmente muito mais amplas. Proporemos uma pactuação, na forma de lei, para garantir a continuidade da recuperação do salário mínimo em um horizonte temporal ampliado. A lei, a ser negociada com o Congresso Nacional e o movimento sindical, poderá estabelecer que o reajuste será calculado pela soma da taxa de inflação do ano anterior, mais a taxa do crescimento do PIB *per capita* (que expressa o aumento da produtividade), mais um fator adicional de aumento, por exemplo, de 5% ao ano (que corresponderia a um ganho acima da produtividade, para compensar o longo período de arrocho).

Isso significaria, na prática, pactuar a duplicação do poder de compra do salário mínimo em um horizonte de cerca de sete anos. A lei poderá valer por dez anos, quando então se rediscutirá a questão.

55. É falsa a alegação de que a folha salarial do setor público não permite essa política. Entre os servidores federais, apenas 1% recebe até um salário mínimo, e o seu peso na folha é de apenas 0,09%; entre os servidores estaduais, eles são 6% do total e pesam 0,92% na folha; na esfera municipal, chegam a 25% do total de funcionários e correspondem a 7,1% da folha. Visto como um todo, o impacto desse aumento não é muito significativo.

É fato, no entanto, que há diferenças regionais importantes. A elevação do salário mínimo afeta mais fortemente um conjunto de municípios das regiões Norte e Nordeste. Mas sua elevação em, por exemplo, 10% ao ano, em termos reais, beneficiando 450 mil servidores, exigiria apenas cerca de R\$ 80 milhões adicionais sobre a folha salarial desses municípios. O impacto sobre a massa salarial de todas as prefeituras seria de apenas 1,3%, com um gasto adicional de R\$ 170 milhões para favorecer 800 mil servidores. Isso poderia ser facilmente absorvido por meio de maiores transferências ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

56. O aumento do salário mínimo terá, provavelmente, impacto mais positivo sobre as finanças municipais (via dinamização das economias locais) do que negativo (via folha de salários). Em 3.546 dos 5.561 municípios brasileiros (quase 2/3 do total), as transferências previdenciárias são maiores que as do FPM. Isso mostra que o grande momento distributivo, no Brasil contemporâneo, foi a entrada em vigor da Constituição de 1988, cujos principais dispositivos sociais, como vimos no item 28 deste documento, serão desmontados por eventuais governos do PT ou do PSDB nos próximos anos.

Para preparar e legitimar esse ataque aos direitos, grande ênfase tem sido dada a programas do tipo Bolsa Família, que se adaptam perfeitamente às políticas de austeridade fiscal: são muito baratos, não têm valor mínimo especificado, não têm recursos vinculados e são flexíveis quanto à suspensão dos benefícios. Não são direitos de cidadania. São favores do governo. É tudo o que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional recomendam.

57. O Regime Geral de Previdência Social mantém 22 milhões de aposentadorias e pensões; 12,8 milhões correspondem a trabalhadores urbanos; 6,9 milhões a trabalhadores rurais; 2,3 milhões a benefícios assistenciais a grupos mais vulneráveis, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), com 1,6 milhão de beneficiários.

A distribuição dos benefícios revela elevada concentração na faixa inferior, equivalente ao piso de um salário mínimo: 2,2% do total estão abaixo do piso; 62,9% equivalem ao piso; 12,5% estão entre um e dois salários mínimos; 7,1%, entre dois e três salários. Portanto, 65% dos benefícios têm valor de até um salário mínimo e 85% de até três salários. Segundo o IBGE, para cada beneficiário direto há 2,5 beneficiários indiretos, membros da família (o Censo de 2000 mostrou que 62,4% dos idosos eram responsáveis por domicílios).

Direta ou indiretamente, o sistema beneficia cerca de 77 milhões de pessoas, mais de 45% da população brasileira. Transfere 7% do PIB (o Bolsa Família transfere 0,3%). A recuperação do valor real dos benefícios, na mesma proporção do salário mínimo, melhorará as condições de vida desse enorme contingente. Será compatível com a saúde das finanças públicas? Sim. Um aumento real de 10% do salário mínimo, por ano, equivaleria a R\$ 4,6 bilhões a mais nas despesas da Seguridade Social. Para os que acham que isso é insuportável, basta lembrar que corresponde a um aumento de 0,5% na taxa de juros, hoje.

58. A Seguridade Social brasileira é superavitária. Somando-se, de um lado, as receitas do sistema geral, tal como definidas na Constituição de 1988

(Cofins, CSLL, participação em loterias e contribuições específicas de empregados e empregadores), chegamos a R\$ 278 bilhões em 2005. A despesa total do sistema, no mesmo ano, foi de R\$ 221 bilhões, sempre segundo dados oficiais. Situação semelhante aparece quando observamos o regime de servidores civis e militares: superávit de R\$ 28 bilhões em 2005.

O suposto déficit decorre do sistemático desvio de verbas da Seguridade Social para pagamento de juros. Esse desvio vem sendo garantido pela chamada Desvinculação das Receitas da União (DRU), cujo prazo de validade termina no fim deste ano. O nosso governo não renovará a DRU. Em vez disso, recomporá o Orçamento da Seguridade, separando-o do Orçamento Fiscal, tal como definido pela Constituição. Nenhuma perda de direitos haverá.

59. Além da distribuição de renda, pelo aumento do emprego e do salário mínimo, três reformas estruturais são necessárias para levar adiante uma distribuição consistente do estoque de riqueza.

A primeira é a reforma agrária, compreendida como um complexo de medidas voltadas para retirar o rural brasileiro da profunda crise estrutural em que está. Não obstante a modernização da agricultura brasileira nos últimos trinta anos, com aumentos da produção e da produtividade, a maior parte das famílias que habitam no campo situa-se abaixo da linha de pobreza. Segundo o Censo de 2000, existem no meio rural 5 milhões de famílias cuja renda mensal é inferior a meio salário mínimo *per capita*.

O padrão do rural brasileiro precisa mudar. A agricultura que produzia fundamentalmente bens de exportação e enviava gente para as cidades era funcional, sob certo ponto de vista, na fase primário-exportadora e nos primórdios da industrialização. Hoje, as cidades não precisam de mais gente, e a pauta exportadora não pode mais depender de produtos agrícolas. A agricultura, ao contrário, deve ampliar as oportunidades de trabalho no campo, dinamizar as redes de pequenas e médias cidades, e baixar o custo da alimentação.

A agricultura familiar tem grande papel nisso tudo. O último censo agropecuário do IBGE mostra que ela ocupa 21% da área agrícola, mas realiza 38% do investimento total, emprega 81% da mão-de-obra empregada no meio rural e responde por 47% do valor da produção agropecuária (incluindo-se aí o suprimento de 56% de alimentos e matérias-primas vegetais e de 67% da oferta interna de alimentos de origem animal). Numa palavra, é ela que gera comida e emprego. Além disso, nas regiões de agricultura familiar a renda é mais bem distribuída, e as tecnologias agrícolas, menos padronizadas e menos

dependentes de insumos químicos, ajustam-se muito melhor ao ambiente local.

As menores estimativas falam em 3,3 milhões de famílias que poderiam ser beneficiadas com a reforma agrária. Destas, 230 mil estão acampadas em beiras de estrada, lutando por terra. Vivem como refugiadas em seu próprio país. Nosso projeto visa a assentar 250 mil famílias por ano, durante quatro anos, com custos de R\$ 6 bilhões por ano, perfeitamente compatíveis com a capacidade financeira do Estado.

A distribuição de terras precisa atingir essa magnitude para provocar modificações na estrutura agrária, pois, caso contrário, os mecanismos regressivos dessa estrutura continuarão a operar. Será essencial, no entanto, combinar adequadamente essas ações com aquelas dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, a fim de que os assentados possam explorar economicamente a terra e auferir renda suficiente para viver com dignidade.

O programa completo de reforma deve abranger: (a) redistribuição de terras e regularização de posses; (b) fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e ambiental; (c) fornecimento dos meios indispensáveis à exploração racional da terra aos beneficiários da reforma e aos demais agricultores familiares; (d) dinamização da economia e da vida social e cultural das cidades e regiões sob forte influência rural.

A menos dos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Rondônia, nos demais há terras suficientes para atender à demanda, podendo-se desapropriar exclusivamente terras improdutivas acima de 15 módulos fiscais, pelo critério econômico de inobservância da função social, tal como previsto na Constituição. A terra será transferida mediante contratos de concessão de uso, com vinte anos de duração, período em que os beneficiários ressarcirão ao Estado os recursos utilizados.

Uma reforma agrária abrangente, articulada a políticas de desenvolvimento local e regional, será decisiva para dinamizar o interior do país, pois as cidades de pequeno e médio porte gravitam em torno da atividade agrícola. A crescente importância da população urbana não deve obscurecer o fato de que, em termos absolutos, a população rural mantém dimensões consideráveis, em torno de 50 milhões de pessoas. E a existência de 3.300 municípios com menos de 25 mil habitantes dá uma idéia aproximada da extensão territorial dessa economia interior que pode ser estimulada.

60. A segunda é a reforma tributária. Ele deve conduzir a um sistema progressivo de tributação e a uma relativa descentralização de recursos. Isso implica: (a) aumento de impostos sobre patrimônio (ITR e impostos sobre transferência e herança); (b) redução de impostos indiretos; (c) fim da isenção

de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e sobre remessas ao exterior; (d) fim da isenção da CPMF para recursos aplicados em bolsas de valores; (e) fim dos incentivos fiscais a investidores estrangeiros para a aquisição de papéis brasileiros; (f) redefinição das faixas de incidência do imposto de renda sobre pessoas físicas; (g) redistribuição da receita fiscal entre União, estados e municípios. Também será preciso modificar a Lei da Responsabilidade Fiscal, para que ela imponha limites aos gastos financeiros do Estado, garantindo-se que também pelo lado do dispêndio o setor público atue de forma distributiva.

61. A terceira é a reforma do sistema financeiro. Frouxamente regulamentado e amplamente dominado por atividades especulativas, o sistema brasileiro – poderoso, lucrativo e moderno – não mobiliza recursos para o investimento produtivo, especialmente o de longo prazo, nem apóia as famílias, os trabalhadores ou as pequenas e médias empresas. Funciona como parasita do setor público e contribui para deixar a economia mais vulnerável aos choques externos, dadas as suas crescentes ligações com o capital especulativo internacional e os paraísos fiscais. Os vinte maiores bancos já concentram 80% dos ativos. Não houve barateamento dos serviços nem expansão do volume de crédito: em dezembro de 2005, ele correspondia a apenas 31% do PIB, nível baixíssimo, quando comparado com outros países. As taxas de juros médias para contratos de crédito pessoal permaneciam em torno de 82%; para pessoas jurídicas, eram de 31,7%.

A queda nas taxas de juros – ou seja, a suspensão dos subsídios públicos aos bancos privados, pois é disso que se trata – iniciará uma reorganização do setor. As instituições públicas vão liderar essa reforma, que visa a preparar um choque de crédito na economia nacional. Elas ainda detêm 35% dos ativos bancários, contra 42% de bancos privados nacionais e 22% de bancos estrangeiros, que vêm ampliando sua participação.

62. Tamanha reorientação da economia brasileira não poderá ser conduzida, evidentemente, pelas forças de mercado. Embora necessário, esse mecanismo é incapaz de promover mutações estruturais nos estoques de riqueza e, quanto aos fluxos, só impulsiona as atividades produtivas que geram rentabilidade para o setor privado. Inúmeros bens e serviços essenciais permanecem subofertados, pois os portadores dessas necessidades não têm renda monetária suficiente. Além disso, especialmente nos países retardatários, o desenvolvimento exige inúmeras decisões que não podem ser tomadas isoladamente.

Torna-se necessário, portanto, contar com mecanismos de coordenação supramercado, que garantam a visão de conjunto e de longo prazo. Isso não se confunde com a estatização da economia. Para conduzir reformas estruturais, controlar as variáveis macroeconômicas decisivas, prover bens e serviços coletivos, explorar serviços de natureza monopolista, induzir distribuição de renda e riqueza, estruturar conglomerados estratégicos, estabelecer a forma de exploração de recursos não renováveis, promover o progresso científico e tecnológico e regular o intercâmbio com o exterior, o Estado não precisa controlar diretamente a maior parte da base produtiva. A sociedade deve poder combinar diferentes mecanismos de alocação de recursos, entre os quais o planejamento e o mercado, na forma de uma economia mista.

No novo padrão de desenvolvimento, diversos tipos de propriedade e de organização da produção devem existir de forma equilibrada, inclusive as propriedades estatal, pública não-estatal e privada, com generoso espaço para os empreendimentos de porte pequeno e médio, as cooperativas e todas as expressões da economia solidária. Com a expansão do mercado interno, o setor privado não monopolista será incrementado, via multiplicação de pequenas e médias empresas, com a abertura de inúmeras oportunidades.

63. O fortalecimento do Estado exige que sejam ainda mais fortalecidos, em paralelo, os mecanismos de controle da sociedade sobre o próprio Estado, sem o que ele tenderá a maior burocratização, maior arrogância, maior corrupção e maior propensão a errar. Daí a importância de uma poderosa esfera pública não estatal e de uma profissionalização da administração.

A alternância no poder, que é um ponto positivo dos regimes democráticos, precisa ser contrabalançada pela existência de uma burocracia pública estável e de alto nível, que represente o elemento de continuidade também necessário para o bom funcionamento de uma instituição complexa, como um Estado nacional, ao longo do tempo. Mudanças de milhares de quadros a cada quatro anos, com recrutamento indiscriminado desses quadros fora do aparelho de Estado, a partir de arranjos político-partidários, exacerbam a alternância a ponto de fazer preponderar seu aspecto negativo, por tornar errático o desempenho da administração. Nesses casos, decisões de curto e de curtíssimo prazo prevalecem amplamente sobre quaisquer outras considerações. O loteamento de cargos, além disso, o mais das vezes é apenas a face pública de um enorme complexo de redes de corrupção, que se disseminaram. Presidentes da República e partidos que patrocina esse tipo de “governabilidade” são cúmplices delas.

Nosso governo completará sua equipe rapidamente, com cerca de trezentas pessoas altamente selecionadas, sem privilégios partidários, cujos

nomes serão divulgados e que responderão ao núcleo dirigente organizado em torno da Presidência da República. Todos os demais cargos do Estado brasileiro serão preenchidos por funcionários de carreira, concursados, promovidos por mérito. Os famosos 25 mil cargos que a Presidência distribuiu para aliados políticos deixarão de existir. Isso exigirá, evidentemente, estabelecer uma relação republicana com o Congresso Nacional, como poder independente, sob a vigilância de uma opinião pública bem informada.

População e território

64. Todos os caminhos, que vimos até aqui, exigem uma alteração no sistema de poder. Precisam ser afastados os grupos ansiosos por enriquecer ultrapidamente na especulação, que são os sócios menores da globalização financeira. Também precisam ser afastados os grupos que loteiam e parasitam o Estado. Ambos estão em conflito aberto com as aspirações da sociedade. No lugar deles, precisa entrar no poder o povo brasileiro. É com povo e território – os dois elementos permanentes da Nação – que terminaremos esse documento programático.

É o povo que pode tirar o Brasil da crise. É ele que precisa que o sentido de comunidade prevaleça, que as instituições públicas funcionem, que a cidadania se fortaleça e que a economia se desenvolva. Imerso no mundo do trabalho, ele pode ver com clareza a viabilidade do país, cujo potencial conhece bem. Sem expectativas de enriquecimento desenfreado, pode dispensar a atração de capital especulativo e vagabundo. Portador de necessidades simples, não precisa de uma economia que se oriente para a difusão seletiva de altos padrões de consumo, ao preço da desagregação social.

65. O maior patrimônio de uma Nação é seu povo, e o maior patrimônio de um povo são suas capacidades culturais. Ainda temos cerca de 13% de analfabetos adultos no Brasil. Todas as metodologias de avaliação, nacionais e internacionais, apontam para uma gravíssima crise no sistema educacional brasileiro: 54% das nossas crianças terminam a quarta série do ensino fundamental sem terem sido alfabetizadas, quando esta é uma meta que deveria ser alcançada no final da primeira série; uma pesquisa por amostragem em brasileiros adultos encontrou 74% de analfabetos funcionais; e uma pesquisa aplicada em 31 países, coordenada pela OCDE, colocou a qualidade da educação brasileira em último lugar. O problema se torna maior no ensino médio, com a falta de vagas: apenas 28% dos jovens brasileiros estão matriculados em escolas de segundo grau, correspondentes à sua faixa etária. É surpreendente a passividade com que governo e sociedade brasileiros aceitam esses resultados e essa realidade.

O Brasil será convocado a realizar um mutirão educacional, e os recursos para isso serão garantidos pelo Estado. Precisamos transformar a disseminação do aprendizado em prioridade nacional, revitalizar a escola pública, devolver dignidade ao ofício de ensinar, incrementar um processo

intensivo de estímulo à criação e à difusão do saber, para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo nacional de conhecimentos e práticas.

A eliminação da pobreza e da incultura, sob todas as suas formas e manifestações, deve ser um objetivo explícito ao qual a sociedade subordina os demais. Esse objetivo nunca será alcançado se for tratado, como hoje, como o resultado presumido de um modelo econômico qualquer.

66. Somos um país de jovens. Temos uma relação muito favorável entre demografia e recursos. Pela nossa posição na transição demográfica, manteremos durante as próximas décadas uma população desejosa de trabalho, sem enfrentarmos nenhuma explosão demográfica. Parte do nosso povo está apta a se inserir na produção moderna, formando uma massa crítica capaz de transmitir sua base técnica, educacional e cultural aos demais, em um contexto em que a disseminação do aprendizado se torne prioridade nacional.

Outra potencialidade estrutural do Brasil é o seu território, ainda em processo de integração, com novos espaços sendo abertos à ocupação produtiva. Ele pode ser muito mais bem aproveitado com a realização da reforma agrária e a definição de um novo modelo – inteligente e ecologicamente sustentável – para a Amazônia, que corresponde a mais da metade do Brasil.

Este é um urgente desafio. Há menos de cem anos obtivemos o direito jurídico sobre todo o nosso território atual, mas nunca desenvolvemos um modo de ocupação adaptado às condições e às potencialidades da floresta tropical úmida, que predomina no Norte. Por não o termos desenvolvido, mantivemos enormes extensões frouxamente ligadas ao conjunto do país, cada vez mais submetidas a uma exploração predatória. O aumento da importância dessa região no século XXI – por seu potencial hídrico, energético, alimentar, mineral e genético – renova e apressa o desafio. Precisamos criar poderosas instituições nacionais – como a Petrobrás foi criada, em 1950 – que integrem e coordenem o trabalho de milhares de pesquisadores e cientistas capazes de conceber e consolidar, junto com as populações locais, um modelo inteligente, moderno e sustentável para o desenvolvimento da região.

67. Temos também um continente à espera de integração. O mundo contemporâneo tem sido marcado pela formação de blocos regionais, como o Leste da Ásia ou o Nafta, ou mesmo megaestados, como a União Européia, cada qual contendo o seu próprio núcleo histórico: o eixo China-Japão, os Estados Unidos, e o eixo Alemanha-França. Para superar sua marginalização

no cenário internacional, a América do Sul deve caminhar na mesma direção. O Brasil é insubstituível na criação do núcleo histórico desse novo arranjo regional de cooperação e desenvolvimento – latino e americano – que poderá vir a configurar um novo bloco, ou uma federação de nações, no futuro.

É um continente com grande potencial. Um eixo formado por Venezuela, Brasil e Argentina, constituído de forma consistente, apresentaria uma alternativa de aglutinação. A complementaridade das economias é enorme. A Venezuela é o segundo país mais importante do mundo em recursos energéticos, só atrás da Rússia. A Argentina tem uma agricultura fortíssima. Dos dez países mais bem dotados em recursos biológicos, seis estão na Amazônia. Temos gás, petróleo, minérios, capacidade de geração elétrica, água, terras, insolação abundante. Podemos ser facilmente superavitários em alimentação e energia, duas áreas muito sensíveis no mundo atual. Nossos povos podem construir com facilidade uma identidade comum.

68. Terminamos este documento programático da Frente de Esquerda apresentando, explicitamente, os cinco os compromissos fundantes do novo projeto:

(a) O compromisso com a soberania. Ele representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, buscando recuperar para o Brasil um grau suficiente de autonomia decisória;

(b) O compromisso com a solidariedade. Ele nos diz que essa continuidade deve se dar em novas bases, voltada para a edificação, pela primeira vez em nossa história, de uma nação de cidadãos, eliminando-se as chocantes desigualdades na distribuição da renda, da riqueza, do poder e da cultura;

(c) O compromisso com o desenvolvimento. Ele expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica;

(d) O compromisso com a sustentabilidade. Ele estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade de inventarmos um novo conceito de desenvolvimento, adequado ao ambiente de uma grande nação tropical, formada por diferentes biomas; um desenvolvimento que valorize as pessoas e seja amigo da natureza;

(e) O compromisso com a democracia ampliada. Ele aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e verdadeiramente plurais, nas quais se inclui a ampliação dos espaços públicos e o resgate da função pública em todos os níveis.

Esses compromissos são solidários entre si. Não podem ser dissociados. Constituirão a permanente fonte de inspiração do nosso governo. Para retirar o

Brasil da crise, mobilizar os brasileiros e prosseguir na construção de uma sociedade livre, solidária e justa. Uma sociedade socialista.

Anexo estatístico

Anexo 2

Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir

o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou

aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia. Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio.

Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações.

Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises.

O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva
São Paulo, 22 de junho de 2002

Anexo 3

Lançamento do P-SoL

Lançamento do P-SOL

Heloísa Helena

Dom, 06 de junho de 2004 21:00

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro na Casa um evento extremamente importante que aconteceu no último fim de semana: o lançamento do P-SOL - Partido Socialismo e Liberdade. Partilho com a Casa e com os que acompanham nosso mandato na TV Senado e na Rádio Senado que estamos muito felizes. É um momento muito especial das nossas vidas.

Senador Pedro Simon, estamos entregando ao povo brasileiro um abrigo para a esquerda socialista, democrática, que não faz a mediocre opção de se lambuzar no banquete farto do poder ou de ser prisioneira dos cárceres dos palácios.

Neste primeiro semestre, todos conhecemos o que é o monstro da legislação eleitoral, da qual não estamos a reclamar. Sua aprovação no Congresso visava justamente a impedir o aparecimento de tantos dos chamados partidos nanicos, que acabam se submetendo simplesmente a fazer negócios no período eleitoral. Não estamos reclamando da legislação eleitoral. Certamente, será o primeiro Partido a conquistar um registro sob a égide da nova legislação eleitoral, porque nenhum dos partidos que estão hoje apresentados ao povo brasileiro teve de submeter-se à estrutura burocrática a que vamos ter que nos submeter.

No entanto, estamos muito felizes, porque não vendemos as nossas convicções e não rompemos com a tradição da esquerda socialista e democrática. Há o cansaço e a exaustão física, pois montamos um fórum de debates durante todo o primeiro semestre. Percorremos o Brasil todo estabelecendo concessões coletivas nos agrupamentos de esquerda para a construção do nosso programa provisório, do nosso estatuto.

Identificamos como está maravilhosamente enraizado na alma do povo brasileiro o sentido democrático. Das pessoas mais simples, como o camelô nas praças e o catador de lixo, às pessoas mais sofisticadas nos saguões dos aeroportos, como elas entendem que temos o direito de defender aquilo em que efetivamente acreditamos!

Ao se transformar na ferramenta triunfalista do neoliberalismo; ao trair a esquerda socialista e democrática e aprofundar o modelo neoliberal, negando todas as concepções programáticas acumuladas por meio da dor, do sofrimento, das lágrimas e do suor de milhares de militantes da esquerda socialista e democrática na América Latina, no Brasil e no mundo; ao mudar de lado, se alguns pensavam que conseguiriam liquidar com o que existe de mais belo e precioso na esquerda socialista e democrática, enganaram-se redondamente, porque a ninguém são dadas as bandeiras históricas. Ninguém, nenhum Partido - nem o novo Partido estará -, nenhuma Liderança está ungida pelos deuses do universo ou autorizada pela classe trabalhadora a liquidar as bandeiras históricas e as concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática.

Então, se o que era o maior Partido de esquerda da América Latina se transformou na ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo, e o Governo Lula, que se comprometeu com mudanças estruturais profundas, hoje nada mais é do que o aprofundamento do modelo neoliberal, estamos entregando ao povo brasileiro o P-SOL, o Partido Socialismo e Liberdade.

Espero que o povo brasileiro, que renasce a cada dia com o sol, em coragem, solidariedade e esperança, possa estar nos ajudando a fazer com que o P-SOL, Partido Socialismo e Liberdade, o novo Partido, consiga as 438 mil assinaturas necessárias do ponto de vista da legislação eleitoral.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos Senadores, independentemente das convicções ideológicas e da identidade, bem como os funcionários da Casa e muitos que acompanham o nosso mandato parlamentar, sabem como ficou profundamente marcado, na nossa alma e no nosso coração militante, o processo de expulsão. Então, eu não poderia deixar de partilhar com esta Casa a minha alegria de entregar ao povo brasileiro o P-SOL, Partido Socialismo e Liberdade, um abrigo para a esquerda socialista e democrática, para a esquerda livre que - volto a repetir - não se predispõe a ser prisioneira dos cárceres do poder e nem a se lambuzar no banquete farto dos palácios, por mais sedutores e cômodos que eles efetivamente sejam.

É só, Sr^a Presidente.

Fonte: Senado Federal, 7 de junho de 2004.

Anexo 4

Fundação do P-SoL

Companheiros trabalhadores: estamos muito felizes pois, no último final de semana, dias 5 e 6 de junho, em Brasília, a primeira etapa de uma importante luta para nós, trabalhadores, foi concluída: nasceu o P-SOL, o Partido Socialismo e Liberdade. Socialismo e liberdade porque as experiências do século passado que se diziam socialistas, infelizmente, foram destruídas por questões básicas: a falta de democracia e de liberdade.

Junto à Deputada Luciana Genro, ao companheiro Deputado João Fontes, à companheira Senadora Heloísa Helena e a milhares de trabalhadores e jovens, iniciamos este processo desde o momento em que Heloísa Helena recusou-se a votar em Henrique Meirelles, do Banco de Boston, para a Presidência do Banco Central, e em José Sarney para a Presidência do Senado, imposições do presidente Lula, que além de romper com compromissos históricos, por parte do PT, seriam empecilhos concretos na tentativa de avançar em mudanças em favor da classe trabalhadora.

Essa aliança, logo acrescentada com o que há de pior na política brasileira, que significou um salto na degeneração do PT, veio para aplicar todo o projeto neoliberal determinado pelo Fundo Monetário Internacional, o mesmo que Fernando Henrique Cardoso seguiu à risca durante seus oito anos de governo e que a bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa havia combatido diariamente, desde as privatizações até a própria reforma da Previdência.

Essa nova aliança, encabeçada pelo “new PT”, veio para atacar a classe trabalhadora, atacar os próprios construtores do Partido dos Trabalhadores, como sem dúvida foram os servidores públicos. Pior ainda, Lula utilizou sua figura e seu prestígio nos meios de comunicação, para jogar a sociedade contra os servidores a fim de justificar o injustificável: uma reforma previdenciária que acabava com a aposentadoria dos servidores públicos, que cobrava dos aposentados a contribuição de 11% e que, na verdade, entregava o dinheiro dos servidores públicos nas mãos dos fundos de pensão. Este exemplo de servilismo ao sistema financeiro, ao que poderíamos agregar outros, é fundamental para perceber a profunda ruptura da direção que os trabalhadores brasileiros construíram nos últimos vinte anos, Lula e o PT, com sua base histórica.

Por isto não tínhamos outro caminho a não ser construir uma nova ferramenta política. E este primeiro passo é o que acabamos de dar. O encontro que germinou no final de semana em Brasília, e cuja semente foram as imponentes passeatas e greves dos servidores públicos contra a Reforma da Previdência, superou nossas expectativas. Após nossa expulsão, com a qual sentiram-se expulsos milhares de companheiros, iniciamos uma caminhada por este País afora, fazendo reuniões, atos e seminários, eu, a Senadora Heloísa Helena e os Deputados Luciana Genro e João Fontes, junto com dirigentes sindicais, com os trabalhadores que passaram a aderir ao nosso movimento, servidores públicos, trabalhadores sem terra, da cidade, estudantes, donas de casa, e lutadores dos mais variados setores que se engajaram neste projeto. Nessas atividades, fomos debatendo o programa, o estatuto e aprofundando a discussão sobre a concepção partidária e a necessidade de um funcionamento democrático de partido, para superar o velho PT. Por isto, este novo partido, o P-SOL, nasce com toda a força e, sem sombra de dúvida, é o resultado desse amplo debate.

Foi emocionante vermos companheiros se deslocando de Roraima ao Rio Grande do Sul, do Amazonas a São Paulo e Rio de Janeiro, que se organizaram por meio de suas próprias finanças. Saíram de barco ou de ônibus, como uma delegação do Pará, que passou 40 horas pelas estradas destruídas deste País, para chegar à Capital Federal. Companheiros chegaram do Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, deslocaram-se do norte e do sul do País porque estavam imbuídos da necessidade de construir uma nova referência política para a classe trabalhadora deste País.

Um outro capítulo fundamental de nosso Encontro, foi a participação da intelectualidade comprometida com a esquerda, unida aos lutadores que estão enfrentado as políticas neoliberais do governo Lula. Ficamos orgulhosos da presença do sociólogo Chico Oliveira, um dos intelectuais mais respeitados do país, não apenas pela sua produção intelectual, mas principalmente pela contribuição que deu e continua dando para a luta de classes deste País. Ele foi um dos fundadores do PT. É bom ressaltar que Chico Oliveira, no dia da nossa expulsão, deu entrada a seu pedido de desfiliação do Partido dos Trabalhadores, não apenas como um ato de protesto por nossa expulsão, mas por não concordar com os rumos tomados pelo governo do PT.

A revolta do Chico, era a expressão da revolta de milhares que entregaram os melhores momentos de sua vida na construção desse partido. O PT tinha uma história de lutas, mas, ao assumir o Governo, decidiu entregar-se ao capital internacional, aos banqueiros e aliar-se ao que sempre condenamos na política brasileira, que vai do PP, de Maluf, ao PMDB, de Jader Barbalho, Orestes Quércia, José Sarney e Renan Calheiros, ao PTB, de Roberto Jefferson. Ninguém esquece que todos estes partidos, juntos com o PFL, e o PSDB são os principais responsáveis de grave crise que atravessa o país e historicamente massacraram a classe trabalhadora brasileira.

Mas não apenas Chico Oliveira somou-se a nosso projeto, também o fez o estudioso Ricardo Antunes, o reconhecido filósofo Paulo Arantes, o professor Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, que além de incorporar-se a esta alternativa, são parte dos 101 membros da direção provisória do novo partido. Temos muito orgulho de que venham esses companheiros, porque são representantes não apenas da intelectualidade brasileira, mas ligados à luta dos trabalhadores e da juventude deste País.

Também nos sentimos honrados de contar em nossas fileiras o companheiro e ex-deputado Milton Temer. hoje

Vice-Presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Quem conhece a história de Milton Temer sabe de seu comprometimento histórico desde a época em que participou do Partido Comunista Brasileiro, da luta diária contra a ditadura militar. Junto a outros importantes dirigentes, este companheiro faz parte hoje da Executiva do Partido Socialismo e Liberdade.

Um programa a serviço dos interesses da classe trabalhadora

Os 750 representantes dos trabalhadores do campo e da cidade, dos estudantes, dos que lutam diariamente contra as políticas deste governo, impostas pelo imperialismo e a barbárie capitalista, que acabamos de fundar o P-SOL, fizemos importantes definições políticas para estabelecer os parâmetros que nortearão nosso partido. Queremos que esta alternativa seja claramente classista, de luta, anticapitalista, antiimperialista, internacionalista e democrática, para lutar pelo socialismo como a única saída para resolver os graves problemas que afetam a classe trabalhadora.

Este partido surge para impulsionar a ação dos trabalhadores e suas lutas, desde as menores e imediatas, como a luta pelo salário, o emprego, a educação, a saúde, a moradia ou a terra, até as maiores ou históricas, como derrotar o capitalismo, passando pela inevitável necessidade de romper com o imperialismo e as organizações a seu serviço como o FMI e o Banco Mundial, que sugam as riquezas de nosso país. Desta forma, com estes objetivos, e ligados umbilicalmente à luta dos trabalhadores, será possível avançar na solução dos problemas dos explorados e excluídos de nosso país e na construção do socialismo.

O belo “SOL” nasceu com luz própria, com a luz da greve dos servidores públicos no ano passado, com a greve da Polícia Federal, dos servidores públicos dos mais variados Ministérios, da luta dos estudantes contra a Reforma Universitária que o Governo Lula tenta implementar a serviço do FMI. Este SOL nasce com luz própria para enfrentar-se com o PT da estrela cadente, que decidiu se aliar ao que há de pior na política brasileira para votar leis contra os trabalhadores nesta Casa. Um PT submisso não só à burguesia nacional, à política do Fundo Monetário Internacional, mas ao próprio George Bush, invasor do Iraque e mandante de torturas contra a população indefesa. Por isso, a classe trabalhadora, e nós com ela, estamos enfrentando este Governo.

Orgulho-me de estar junto com tantos companheiros, de dirigentes sindicais e camponeses, de jovens e de lutadores dos mais variados setores com os quais estamos elaborando uma saída para o país. Queremos lutar e disputar o governo com um programa claro, em benefício dos interesses da classe trabalhadora, e de ruptura com a política do Fundo Monetário Internacional. Batalharemos para que este País declare moratória de sua dívida para poder investir na saúde, na educação, em novas universidades públicas e gratuitas e na reforma agrária. Precisamos derrotar as políticas deste governo, que em nome da “estabilidade” arrocha o gasto social e produz um enorme superávit primário para pagar os juros da imoral dívida externa, por isso as promessas de campanha de assentamentos rurais, fome zero ou criação de postos de trabalho, não saem do papel.

Há saída para este país, mas não com a atual proposta executada pelo new PT, pelo Governo Lula, que submete a este Congresso Nacional aos mandados do FMI e este se submete vergonhosamente em troca de emendas, de distribuição de cargos. Vejamos o que está acontecendo com o Presidente do PP, Pedro Correia, nomeado na CPI da Pirataria no caso dos combustíveis. Casualmente, o Partido dos Trabalhadores concedeu exatamente ao PP a direção da distribuição de combustíveis na PETROBRAS. Esse é o Governo de Lula e do new PT, que tão rapidamente entra na senilidade envolvido, também, em fatos de corrupção.

Nós, trabalhadores, não temos nada a ver com esse governo que está aí e só nos resta lutar para derrotar suas políticas. Lutar pela reforma agrária, por melhores salários, por empregos, e, sem sombra de dúvida, pelo rompimento com a política neoliberal que Lula implementa a serviço do imperialismo norte-americano e europeu e contrária à classe trabalhadora brasileira. Atrelado a esta luta iremos construindo este novo partido, o P-SOL, que para ser reconhecido legalmente necessitará coletar perto de 450 mil assinaturas com o correspondente número do título eleitoral. Chamamos os trabalhadores do campo e da cidade, os companheiros servidores desta Casa, o servidores públicos federais que nos acompanharam nas lutas, aos estudantes, às donas de casa, enfim, a todos aqueles que, de verdade, querem mudar a vida, a que nos ajudem a coletar as assinaturas necessárias para conseguir a legalidade do novo partido.

Vamos colher assinaturas, sim, mas, participando das greves e colhendo assinaturas; ajudando nas ocupações de terra e colhendo assinaturas; ajudando nas ocupações urbanas e colhendo assinaturas; participando da luta contra as Reforma Sindical e Trabalhista, - mais ataques que Lula quer fazer aos trabalhadores - e coletando assinaturas.

Tenho certeza de que a classe trabalhadora deste País saberá reconhecer os que se mantiveram coerentes com as propostas históricas do PT, que sempre defendemos, aos que não aceitaram trocar votos por cargos ou por emendas, aos que não aceitaram baixar a cabeça perante um Palácio que se curvou ao imperialismo. Nossa classe, reconhecerá aqueles que continuam, conseqüentemente, lutando para construir uma referência política, de luta, classista e antiimperialista, um partido socialista, democrático e com liberdade.

Companheiros trabalhadores: pelo salário, pelo emprego, pela terra e por uma sociedade socialista, vamos construir o Partido Socialismo e Liberdade, cujo símbolo, o SOL, será a energia que estará presente em cada luta dos explorados e dos excluídos deste país contra as políticas neoliberais do governo Lula e mostrando o brilho do futuro socialista.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)